

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

LARISSA MOREIRA DE OLIVEIRA ARANTES

**“TARIFA ZERO É MAIS”: a construção do argumento no debate sobre
mobilidade urbana pelo movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2017

LARISSA MOREIRA DE OLIVEIRA ARANTES

**“TARIFA ZERO É MAIS”: a construção do argumento no debate sobre
mobilidade urbana pelo movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom-UFMG) como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação Social.

Área de Concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de pesquisa: Processos comunicativos e práticas sociais

Orientadora: Dra Rousiley Celi Moreira Maia
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

2017

301.16 Arantes, Larissa Moreira de Oliveira
A662t "Tarifa zero é mais"[manuscrito] : a construção do
2017 argumento no debate sobre mobilidade urbana pelo
movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte / Larissa Moreira
de Oliveira Arantes. - 2017.
131 f.
Orientadora: Rousiley Celi Moreira Maia .

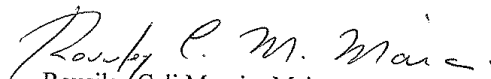
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Comunicação – Teses. 2.Movimentos sociais - Teses .
3.Mídia digital – Teses. 4.Redes sociais on-line - Teses I.
Maia , Rousiley, 1965-. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.

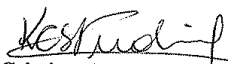
*“TARIFA ZERO É MAIS”: a construção do argumento no debate sobre mobilidade
urbana pelo movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte*

Larissa Moreira de Oliveira Arantes

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora:



Rousiley Celi Moreira Maia

(Universidade Federal de Minas Gerais)



Kelly Cristina de Souza Prudencio

(Universidade Federal do Paraná)


Ana Carolina Soares Costa Vimieiro

(Universidade Federal de Minas Gerais)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017.

AGRADECIMENTOS

A caminhada para chegar até aqui foi longa, e eu tenho orgulho de dizer que contei com o apoio de muitas pessoas. Eu agradeço, primeiramente, ao Bernardo. Sem ele, eu jamais teria conseguido finalizar minha dissertação. O dia a dia foi muito mais difícil do que imaginávamos, e foi ele que me deu forças para continuar a dar cada passo. Obrigada por tudo. Eu agradeço profundamente à minha família. À minha mãe, pela guerreira que é. Sem ela, eu jamais teria me preparado o suficiente para conseguir concluir o mestrado. À minha avó, minha referência de bondade e ética. À minha irmã, que me mostrou que a vida precisa ser dividida. Agradeço também à Rousiley, pela orientação e por me guiar em momentos de muitas dúvidas. Foi uma honra para mim ser sua orientanda. Um obrigado mais que fundamental às queridas e aos queridos do grupo de pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME). O apoio de vocês foi essencial para a minha vida. Eu tenho muito orgulho de ter conhecido todos e poder ter dividido meus questionamentos e meus achados. Obrigada por me acalmarem e por vibrarem comigo as minhas conquistas. Não posso deixar de agradecer também aos meus colegas e chefes, especialmente no jornal O Tempo. Sem a benevolência do Candinho, eu nunca teria passado do meu primeiro semestre. Meu muito obrigada também à Michele, que pensou rapidamente em uma solução para a minha restrição de horários por causa das aulas e dos seminários. Agradeço, ainda, a todos os professores e aos colegas que me auxiliaram ao longo desses dois anos. Sou muita grata por toda a experiência. Com certeza sou uma pessoa muito melhor.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte constrói o debate sobre mobilidade urbana na capital por meio da construção de argumentos racionalmente embasados e socialmente aceitáveis em três ambientes diferentes: 1) na mídia, 2) no Facebook e 3) nos debates face a face. A metodologia de análise é feita a partir de material coletado nas três arenas entre os meses de agosto, setembro e outubro de 2015. A codificação foi realizada em três etapas: 1) mapeamento dos assuntos debatidos, com a classificação de quais se enquadravam como argumento e quais não; 2) categorização dos argumentos de acordo com aqueles identificados no material; e 3) decomposição da estrutura de cada um conforme a proposta de Brian Adams (2014). Foi realizada, também, uma breve análise do fluxo de argumentos de um ambiente para o outro e, ainda, das construções imagéticas do coletivo no Facebook. Identificou-se, desse modo, que, apesar das formas tradicionais de manifestação dos movimentos sociais, a argumentação racional e compreensível a todos os setores da sociedade é um importante recurso dos ativistas para fortalecer o debate sobre mobilidade urbana.

Palavras-chave: Debate. Argumento. Mobilidade urbana. Movimento social. Mídia e redes sociais. Reuniões face a face.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the Zero Tariff movement in Belo Horizonte builds the debate on urban mobility in the capital by constructing rationally grounded and socially acceptable arguments in three different environments: 1) in the media, 2) on Facebook and 3) face-to-face discussions. The methodology of analysis is made from the material collected in the three arenas between August, September and October of 2015. The codification was carried out in three stages: 1) mapping of the subjects debated, with the classification of which were framed as argument and which ones do not; 2) categorization of the arguments according to those identified in the material and; 3) decomposition of the structure of each according to the proposal of Brian Adams (2014). A brief analysis was also made of the flow of arguments from one environment to the other and also of the collective imagery constructions on Facebook. It was thus identified that, therefore, that despite the traditional forms of manifestation of social movements, rational and comprehensible argumentation for all sectors of society is an important resource for activists to strengthen the debate on urban mobility.

Keywords: Debate. Argument. Urban mobility. Social movement. Media and social networks. Meetings face to face.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Jornal sensacionalista antitarifário	119
Figura 2 – Imagem sobre o Move.....	120
Figura 3 – Dia Mundial sem Carro	121
Figura 4 – Meme sobre o reajuste.....	122
Figura 5 – Imagem explicativa da rede de advogados.....	123
Gráfico 1 – Ocorrência de argumentos nas arenas.....	88
Gráfico 2 – Argumento com maior ocorrência: “Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular”	89
Gráfico 3 – O segundo argumento com maior ocorrência: “Autojustificação do movimento” .	89
Gráfico 4 – Registros do argumento: “Gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas”	90
Gráfico 5 – Registro do argumento “as tarifas são altas porque garantem o lucro de empresas privadas” em cada arena.....	100
Gráfico 6 – Ocorrência de “discussão sobre ações de divulgação do movimento” em 3 ambientes.....	103
Gráfico 7 – Disparidade de ocorrências nas reuniões	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livro de Códigos.....	71
Quadro 2 – Lista de Argumentos.....	74
Quadro 3 – Estrutura do argumento.....	80
Quadro 4 – Proposta de decomposição do argumento.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teste de confiabilidade	87
Tabela 2 – Ocorrência por assunto: “ações de divulgação do movimento”	91
Tabela 3 – Ocorrência por assunto: “discussão sobre o aumento/liminar referente ao reajuste”...91	
Tabela 4 – Presença de argumentos na mídia	93
Tabela 5 – Presença de argumentos na mídia	94
Tabela 6 – Presença de argumentos no Facebook.....	97
Tabela 7 – Ocorrência de argumentos nas três arenas.....	104
Tabela 8 – Tipos de garantia em cada arena	107
Tabela 9 – Registros de tipos de conclusão	110
Tabela 10 – Registro de tipos de Evidência.....	112

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	HISTÓRIA E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO TARIFA ZERO DE BH	17
2.1	O movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte e o debate sobre mobilidade [...] ..	17
2.2	Mobilidade urbana: histórico e conceitos	21
2.3	O cálculo da tarifa e os impactos na renda do cidadão	24
3	REPERTÓRIO DE AÇÃO E COMUNICAÇÃO	29
3.1	Repertório de ação e comunicação.....	29
3.2	Movimento social: definições e problematização.....	34
3.3	O estudo sobre movimentos sociais ao longo das décadas.....	37
3.4	Os movimentos sociais no Brasil, na América Latina e no mundo	39
3.5	A dimensão político-ideológica do ativismo do Tarifa Zero	41
4	ARGUMENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	45
4.1	Argumentação e mobilização em um ambiente híbrido e interconectado	45
4.2	Movimentos sociais na democracia vibrante: as críticas ao modelo deliberativo rígido.....	50
5	OS DIFERENTES AMBIENTES PARA AÇÕES ATIVISTAS: MÍDIAS DIGITAIS, REUNIÕES FACE A FACE E A MÍDIA	55
5.1	As mídias digitais e o ativismo	55
5.1.1	<i>Jornalismo e ativismo</i>	59
5.1.2	<i>As reuniões face a face e a consolidação das ações e dos discursos</i>	62
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	65
6.1	Introdução: panorama sobre as práticas de pesquisa acerca dos movimentos sociais.....	65
6.2	Recorte de análise e critérios de coleta	67
6.3	Proposta de análise em três etapas.....	69
6.4	Terceira etapa: a proposta de Brian Adams	77
6.5	As categorias de Brian Adams.....	80
7	A CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO EM TRÊS ARENAS	87
7.1	Ocorrência de argumentos nas três arenas.....	87
7.2	Análise por arena.....	92
7.2.1	<i>Mídia</i>	92
7.2.2	<i>Facebook</i>	96
7.2.3	<i>Reuniões</i>	101
7.3	A análise dos argumentos a partir da proposta de Brian Adams.....	106
7.4	O fluxo de argumentos e ações nas arenas.....	113
7.5	Breve análise das imagens e memes	118
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

O ativismo e os movimentos sociais ganharam notoriedade após as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Coletivos atuantes se multiplicaram por todo o país, e muitos deles continuam mobilizados até os dias de hoje diante de temas contemporâneos, como é a questão da mobilidade urbana. Nesse contexto insere-se o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte (TZ). Contudo, diante de tantas causas acionadas por grupos ativistas, por que escolher o Tarifa Zero? A principal justificativa, a que fundamentalmente motiva esta pesquisa, diz respeito ao fato de o grupo investir em diferentes frentes de atuação que consideram a comunicação a chave para a construção de argumentos racionalmente embasados e socialmente aceitáveis e que, assim, fortalecem o debate nos diferentes fóruns da cidade e a luta por suas bandeiras.

Partimos da premissa, portanto, de que a comunicação possui um papel central para as mobilizações sociais urbanas na construção de argumentos que circulem em diferentes arenas. Por meio desse raciocínio, guiamo-nos de acordo com a seguinte pergunta: Como, a partir do desenvolvimento de argumentos racionalmente embasados e socialmente aceitáveis, o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte constrói o debate sobre mobilidade urbana em diferentes ambientes? Os objetivos principais foram compreender: 1) como ocorre a construção de argumentos nos diferentes espaços, 2) quais os argumentos são acionados em cada um deles e 3) qual a relação entre as arenas nesse processo de elaboração de argumentos.

Para responder às indagações desta pesquisa, selecionamos o período de agosto a outubro de 2015, momento de grande efervescência de ações e repercussões do TZ. O corpus de análise é constituído por material coletado em três arenas: mídia, página do coletivo no Facebook e encontros face a face. Nos media, todas as matérias veiculadas nos jornais impressos e nos portais de *O Tempo* e *Estado de Minas* foram avaliadas. Na rede social, todas as postagens do coletivo durante o período foram consideradas na pesquisa. Quanto às reuniões semanais, três delas foram objeto de análise, tendo ocorrido uma em cada mês.

A partir do material coletado e dos dados gerados pela análise, acreditamos que esta pesquisa apresenta algumas contribuições para os estudos em Comunicação, especialmente aqueles que focam as mobilizações sociais. Apontamos duas questões principais. Primeiro, nossos dados revelam que a construção de argumentos se dá em espaços diferenciados; esses espaços modulam a expressão das demandas e os tipos de argumentos mobilizados. Segundo, nossa análise mostra a importância da troca pública de razões, por meio da comunicação, para a construção das ações do coletivo, como um processo dinâmico.

Para além do campo da Comunicação ao qual esta pesquisa está diretamente relacionada, enfatizamos ainda as contribuições para a interface com outros campos, como os estudos sobre movimentos sociais e deliberação. Destacamos a importância da articulação teórica e metodológica de autores que pensam no processo racional de construção dos argumentos e daqueles que se debruçam sobre iniciativas ativistas. Os resultados obtidos mostram que a união de ambas as linhas de pesquisa é profícua para compreender o fenômeno da mobilização. Apontamos, ainda, a colaboração desta investigação para os recentes debates sobre a análise sistêmica de diferentes ambientes.

A escolha por esse recorte específico de pesquisa partiu de um interesse particular sobre os movimentos sociais em grandes centros urbanos. Compreender como sujeitos transformam problemas do cotidiano em causas pelas quais lutar em nome de toda a população da cidade nos aproximou do Tarifa Zero de Belo Horizonte. Chamou-nos a atenção, ainda, a atualidade das discussões sobre mobilidade urbana. Por isso, fizemos as opções teóricas e metodológicas que serão detalhadas nos capítulos desta dissertação.

A pesquisa é apresentada em seis capítulos. O primeiro revela o que é o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte, suas bandeiras, suas ações e seus projetos. Fazemos um paralelo com temas primordiais para a discussão sobre mobilidade urbana na atualidade, seu contexto histórico e a situação contemporânea do Brasil em relação a essa questão.

O segundo capítulo apresenta a sequência de reflexões teóricas que embasa toda a pesquisa. Apresentamos algumas das principais ideias sobre movimentos sociais a partir dos autores que temos como referência, como Donatella della Porta, Alice Mattoni e Charles Tilly. A partir da problematização de conceitos e do histórico de diferentes linhas de pesquisa que se debruçam sobre a questão do ativismo, mostramos um retrospecto da atuação dos movimentos no Brasil e na América Latina. Por fim, inserimos o TZ em um contexto de luta e poder para compreender as dimensões política e ideológica desse coletivo.

No terceiro capítulo, focalizamos a relação entre argumento, deliberação e ativismo. Baseamos nossa reflexão em autores da Democracia Deliberativa, especialmente aqueles que destacam as conexões entre esses três eixos. Dessa forma, refletimos acerca da importância das justificativas racionalmente construídas e socialmente aceitas para a reivindicação de direitos dos cidadãos.

Já no quarto capítulo, fazemos a caracterização de cada arena – mídia, página do coletivo no Facebook e encontros face a face – com base nos autores que refletem acerca do potencial do ambiente virtual, da mídia e dos encontros presenciais. A reflexão teórica presente

nessa parte é o que embasa a construção do método de análise utilizado nesta pesquisa, apresentado no capítulo subsequente.

As explicações acerca da metodologia elaborada estão no quinto capítulo. A codificação em etapas é revelada por meio do Livro de Códigos e da Lista de Argumentos, com exemplos que ilustram as escolhas feitas. Apresentamos ainda a proposta de decomposição de argumentos em elementos essenciais para a compreensão dos interlocutores, também com exemplos que facilitam a visualização da divisão esquemática inspirada em Brian Adams (2014).

Por fim, evidenciamos os resultados da análise, feita por meio da categorização do material coletado. Examinamos a ocorrência de argumentos nas três arenas. Revelamos também quais os argumentos mais recorrentes em cada ambiente e como eles são estruturados. Propomos, ainda, uma breve investigação sobre fluxo de argumentos e ações entre os espaços. Na sequência, fazemos uma breve análise das construções imagéticas da página do coletivo no Facebook. Posteriormente, apresentamos as considerações finais, com base em três aspectos principais para os quais acreditamos que a pesquisa tenha feito contribuições.

2 HISTÓRIA E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO TARIFA ZERO DE BH

O principal objetivo deste capítulo é apresentar o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte, suas bandeiras, ações e projetos. Para isso, fazemos um paralelo com temas primordiais para a discussão como mobilidade urbana e formas de financiamento das passagens de ônibus na atualidade. Primeiramente, apresentamos como o movimento se define para a sociedade e suas principais bandeiras. Recuperamos o contexto histórico acerca da proposta da gratuidade das passagens de ônibus nos grandes centros urbanos e como o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte surgiu, em 2013. Revelamos, ainda, por meio de uma sistematização feita por André Veloso (2015), algumas das principais ações e projetos do grupo.

Na segunda parte do capítulo, esclarecemos o conceito formal de mobilidade urbana e problematizamos dados que revelam a realidade do sistema de transporte público atualmente no Brasil e em Belo Horizonte. Na terceira e última parte, destacamos informações técnicas acerca do tema que mostram a lógica do cálculo da tarifa e sobre formas de financiamento dos bilhetes com uma breve comparação com outros países ao redor do mundo.

2.1 O movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte e o debate sobre mobilidade urbana

O Tarifa Zero de Belo Horizonte se definiu para a sociedade como um coletivo organizado por cidadãos em busca de uma pauta de conquistas políticas comum em setembro de 2013. É nesse momento que o coletivo cria o site e a página no Facebook para defender o transporte público de qualidade para toda a população. O coletivo se define da seguinte maneira na definição postada na página do movimento no Facebook¹: “Tarifa Zero é uma proposta de mudança na forma de financiamento do transporte público. Ao invés de se cobrar no momento do uso, o transporte deve ser financiado como os outros serviços públicos: por toda a sociedade”. Como o próprio nome já diz, a luta central do coletivo é pela gratuidade do serviço. A ideia é explicitada no site² por meio da seguinte indagação: “já pensou que o transporte é um dos poucos serviços públicos pagos no momento do uso?”.

A ideia da extinção da passagem surgiu em 1990, em São Paulo, na gestão da então prefeita, Luiza Erundina (PT). Um projeto de lei elaborado pelo Executivo previa que a passagem passaria a ser financiada por um Fundo de Transportes, que recolheria partes de uma cobrança progressiva do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para o custeio das tarifas de toda a população. A proposta foi derrotada na Câmara Municipal, mas continuou como

¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/tarifazerobh/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 19 abr. 2016.

² Disponível em: <<http://tarifazerobh.org/wordpress/>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

objetivo de diversas iniciativas, como o movimento Passe Livre e Tarifa Zero, ambos de São Paulo, e acabou replicada em diversas outras cidades do país.

Em Belo Horizonte, o Tarifa Zero surge a partir de outro movimento, o Assembleia Popular Horizontal (APH), que tem sua origem nos protestos de junho de 2013 na capital mineira. A APH se formou organizada em 11 eixos temáticos, entre eles o de mobilidade urbana – no qual o Tarifa Zero se organizou – com diversas comissões que articulam as decisões a serem tomadas em cada reunião. Assim que o coletivo se organizou enquanto tal, três iniciativas geraram grande repercussão na cidade. Um breve histórico das primeiras iniciativas do grupo revela que seus integrantes tinham objetivos claros de atuação. Segundo sistematização feita pelo pesquisador André Veloso (2015):

Julho de 2013: o Tarifa Zero denuncia ilegalidades na isenção de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS) às empresas de ônibus feita à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A denúncia motivou a abertura de investigação e de uma ação contra o então prefeito da capital mineira, Marcio Lacerda, por improbidade administrativa.

Agosto de 2013: o TZ denuncia ilegalidades na licitação e na execução contratual do sistema de transporte por ônibus. Também foi endereçada à mesma Promotoria do MPMG, mas acabou arquivada.

Setembro de 2013: encabeça a iniciativa de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a implantação da tarifa zero no transporte por ônibus para ser apresentado na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Porém, não atingiu as 95 mil assinaturas necessárias. O total alcançado foi de 15 mil a 20 mil assinaturas³.

Muitas dessas ações atingem o poder público formal, como é o caso da denúncia feita contra a administração do prefeito Marcio Lacerda. Revela ainda a aposta na relação institucional com outros poderes, como é o caso do Judiciário. Como destaca Veloso (2015):

A sequência de atividades e movimentações que contam a história do Tarifa Zero BH pode ser dividida em dois tipos. Por um lado, apesar da heterogeneidade de vivências e concepções políticas que compunham o movimento, havia certa homogeneidade de juventude universitária de classe média em seus membros – com algumas exceções – que dava a diretriz de um debate mais acadêmico e a respeito das institucionalidades e burocracias a disputar, com todas as contradições que essa perspectiva pode acarretar. Sendo assim, um forte eixo de ações do movimento sempre foi a atuação junto a instituições do Estado e sociedade civil, a elaboração de documentos, estudos e análises sobre a questão da mobilidade urbana em Belo Horizonte e no Brasil. (VELOSO, 2015, p. 217)

³ Total estimado em 2015.

Ao se tornar independente da APH, além da bandeira principal da gratuidade do acesso aos ônibus de Belo Horizonte, o coletivo passa a defender diversas causas relacionadas à mobilidade urbana na capital. Seus integrantes destacam a necessidade de se pensar em formas democráticas e estendidas a toda a população de deslocamento pelos grandes centros urbanos com dignidade. Eles também denunciam os problemas e as irregularidades do sistema. Ainda no âmbito institucional, por exemplo, o movimento se organiza para conseguir apresentar na IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte a proposta de criação de um fundo municipal de subsídio ao transporte público, em fevereiro de 2014. De acordo com Veloso (2015), a medida garantiria o subsídio de 100% do valor das passagens de ônibus, que não ficariam mais atreladas aos aumentos anuais feitos pelas empresas que controlam o sistema na capital. Porém, apesar de ter sido aprovada na conferência, não chegou a ser analisada pela Câmara Municipal. A sugestão foi incluída no Projeto de Lei do Plano Diretor da cidade, que está sob análise do Legislativo Municipal, mas ainda não foi concluído o processo de votação. O artigo diz o seguinte:

Art. 364 - Fica criado o Fundo Municipal de Melhoria da Qualidade e Subsídio ao Transporte Coletivo - FSTC, cujos recursos serão prioritariamente destinados a subsidiar o serviço de transporte coletivo no Município, com vistas à manutenção e redução das tarifas cobradas pelo mesmo. (BELO HORIZONTE, 2015)

Outra ação que busca integrar as diferentes interfaces do debate sobre mobilidade urbana é o “Busona sem Catracas”: um ônibus que rodaria em trajetos específicos pela cidade, sem cobrar a passagem, em dias específicos como finais de semana e feriados. A primeira experiência foi feita no Carnaval de 2014, organizada pelo próprio Tarifa Zero, após o pedido formal feito à prefeitura e à BHTrans não ter sido sequer respondido.

A intervenção da Busona sem Catracas é percebida aqui como uma das mais potentes do movimento, e a que mais se aproxima de conciliar as diversas facetas apresentadas nessa narrativa: a festiva, a combativa, a propositiva e o trabalho de base e de formação. (VELOSO, 2015, p. 248)

O site criado pelo coletivo, apesar de pouco atualizado, principalmente a partir do início de 2016, fornece uma ideia bastante ampla e aprofundada das propostas do Tarifa Zero. Uma espécie de FAC (Frequently Asked Questions⁴) é elaborado, recurso muito presente em sites para tirar dúvidas de pessoas interessadas. É importante destacar que o movimento não se concentra apenas em dizer para os usuários do transporte público por que a discussão sobre o financiamento dos bilhetes é fundamental. Mas também para aqueles que não dependem ou não optam pelos ônibus. Como no exemplo abaixo:

⁴ Em tradução livre, “perguntas feitas frequentemente”.

Eu não uso ônibus. O que eu ganho com essa Tarifa Zero?

Com a diminuição dos engarrafamentos, quem anda de carro ou moto também sai ganhando com menos tempo e menos stress no trânsito. Além disso, todos os negócios da cidade serão beneficiados. Hoje os ônibus são utilizados quase que só para ir e voltar do trabalho. Sem pagar tarifa, as famílias também passarão a utilizá-lo à noite e aos finais de semana, para fazer compras, ir ao cinema, ao parque, etc. O resultado será um grande incremento na economia de toda a cidade, geração de empregos e o aumento da arrecadação de impostos, que ajudará a custear o novo sistema.

Há também melhorias para a saúde de toda a população. Os carros poluem até 5 vezes mais do que os ônibus por passageiro transportado. E hoje a poluição do ar mata mais em grandes cidades do que o cigarro, a aids ou a dengue. Com mais gente usando o ônibus, o trânsito diminui, os acidentes também, o ar fica mais limpo e a saúde de todos fica melhor. (TARIFA ZERO BH, 2015⁵)

Em outra resposta, o movimento tenta quebrar o paradigma de que a passagem gratuita é uma utopia. Uma discussão que é fortemente presente também nas reuniões presenciais e nas postagens do grupo no Facebook. Afinal, é fundamental mostrar que é possível para, assim, angariar apoiadores para as ações de mobilização.

Mas Tarifa Zero não é uma utopia?

Tarifa Zero já funciona em muitas cidades do mundo, incluindo algumas no Brasil. A maior cidade do mundo a aderir integralmente ao sistema foi Tallin, capital da Estônia. Contando com 400 mil habitantes e com um orçamento público per capita próximo ao de Belo Horizonte, a cidade reduziu em 15% os carros nas ruas em apenas 3 meses e tem sido estudada como modelo para outras capitais europeias.

No Brasil, a proposta surgiu em São Paulo no início da década de 90, mas só chegou a ser implantada em um bairro-piloto, Cidade Tiradentes. Outras dezenas de cidades pelo Brasil e pelo mundo que possuem os ônibus gratuitos estão listadas no site tarifazero.org e na página sobre a tarifa zero na wikipédia em inglês. Isso demonstra que não existem impedimentos de ordem técnica e que a mudança na cobrança do sistema de transporte é sobretudo uma opção política. (TARIFA ZERO BH, 2015⁶)

As diferentes iniciativas tomadas pelo coletivo são apontadas por Veloso (2015) como oportunidades que diversificaram a atuação do grupo e geraram uma forma interessante de contato com os diversos atores com os quais o movimento possuía interlocução e também de atração de novos ativistas. “De uma forma ou de outra, em um espaço curto de tempo, o Tarifa Zero BH conseguiu construir um imaginário de sua atuação na cidade” (VELOSO, 2015, p. 252). O autor pontua, ainda, que o TZ surgiu “como um dos portadores da continuidade das mobilizações e, principalmente, como um ‘receptáculo’ das grandes expectativas sociais geradas por junho de 2013”, mas que “falhou em debater estrategicamente as consequências que essa visibilidade tinha para a origem do movimento e o futuro de suas ações” (VELOSO, 2015, p. 257). Veloso (2015) conclui que o TZ alcançou uma visibilidade que poucos grupos

⁵ Disponível em: < <http://tarifazero.org/wordpress/fac/>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

⁶ Disponível em: < <http://tarifazero.org/wordpress/fac/>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

ativistas receberam, especialmente no momento do surgimento do coletivo em 2013. O grupo não soube, porém, encarar com “seriedade a necessidade de se construir uma sólida base social de apoio e o encaminhamento estratégico de longo prazo de suas ações” (VELOSO, 2015, p. 258). Esse conjunto específico de iniciativas é chamado por ele de “trabalho de base”, em alusão à parcela da população que realmente depende do transporte público para se locomover, como a que vive nas regiões periféricas da cidade.

2.2 Mobilidade urbana: histórico e conceitos

As lutas por transporte público nas periferias dos grandes centros urbanos ganharam força na década de 1970, mas surgiram ainda de forma isolada e com reivindicações muito pontuais como aumento do número de linhas e a lotação de passageiros muito além da capacidade dos ônibus. Quando as tarifas eram elevadas por algum motivo específico, os usuários faziam protestos e acabavam por depredar os coletivos e outros equipamentos públicos. Já na década de 1980, os grupos se uniram em torno de causas comuns relacionadas ao transporte coletivo e formaram a Articulação Nacional das Lutas Por Transporte (ANLUT). Algumas conquistas foram registradas ainda naquela época como a implantação do vale-transporte nas empresas.

Porém, mesmo com uma série de tentativas de institucionalização da luta pela mobilidade urbana, de acordo com o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade Para Todos (MDT), o tema não foi incluído na agenda política e econômica do país. O que fez com que diversos grupos surgissem para reivindicar melhores condições como o movimento estudantil pelo Passe Livre e as iniciativas pela Tarifa Zero. Para o MDT, a mobilidade urbana deve ser garantida a todos e precisa ser pensada na perspectiva do direito à cidade. Nesse âmbito, três eixos são estruturadores para a organização: a) o direito de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade; b) o direito ao espaço público, seu uso e apropriação; e c) o direito a acessar os serviços e os equipamentos públicos.

O MDT, formado em 2003, do qual fazem parte 14 entidades, tem uma visão bastante crítica em relação a como o tema é tratado no Brasil atualmente. A iniciativa aponta um desenvolvimento excludente das grandes cidades, quando dificulta a moradia próxima aos centros e obriga o cidadão a viver cada vez mais distante e dependente dos serviços públicos de transporte, que não têm qualidade. A organização defende o que chama de Mobilidade Urbana Sustentável, que leva em conta não apenas o deslocamento pela cidade em si, como todo o conjunto de regras de ocupação urbana como um direito à cidade. Por isso, afirma o MDT que

é preciso valorizar o deslocamento do pedestre com prioridade para o transporte público coletivo e outros meios não motorizados, como a bicicleta, em harmonia com as demais políticas de ocupação do espaço urbano, de moradia, trabalho e serviços.

A expressão “mobilidade” urbana é amplamente utilizada, mas do que estamos falando exatamente ao mencionarmos esse termo? A definição institucional elaborada pelo Ministério das Cidades e reproduzida em estudos técnicos de diversas entidades é a seguinte:

A mobilidade urbana é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas, etc) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. Isso significa que a mobilidade urbana é mais do que o que chamamos de transporte urbano, ou seja, mais do que o conjunto de serviços e meios de deslocamento de pessoas e bens. É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. (BRASIL, 2005)

Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2014, intitulado de Mobilidade Urbana e Cidadania: percepções do usuário de transporte público no Brasil, destaca que a questão da mobilidade urbana é um desafio central para o país porque abarca outras iniciativas ligadas aos direitos dos cidadãos nas cidades. Para a entidade, é preciso avaliar, nesse contexto amplificado do tema, a qualidade do serviço público, a relação entre Estado e sociedade civil, mobilização social, participação política e as condições de vida nas grandes metrópoles.

A realidade para os usuários de transporte público, no entanto, continua dura e os afasta cada vez mais das formas coletivas de deslocamento. Levantamento feito pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU), também em 2015, mostra que houve uma queda de 6,5% na quantidade de passageiros nas linhas municipais da capital mineira naquele ano na comparação com 2014. Em números absolutos, enquanto no ano passado os coletivos levaram cerca de 332 milhões de passageiros (331.958.731), no ano anterior, o patamar foi de quase 355 milhões (354.961.112). A quantidade atingida em 2015 foi a menor desde 2005. Belo Horizonte esteve entre as cinco capitais brasileiras com as maiores quedas de procura pelo transporte público no Brasil ao lado de Curitiba (-8%), Goiânia (-7,9%), Teresina (-7,8%) e Porto Alegre (-6,1%).

De acordo com especialistas em mobilidade urbana, um dos principais aspectos que contribuem para afastar os cidadãos dos ônibus da cidade é o alto preço da passagem, a principal bandeira do movimento Tarifa Zero. De acordo com o MDT, o valor das tarifas é calculado com base nos custos relacionados à frota que vão desde o combustível até a folha de pagamento dos funcionários das empresas, por isso, quanto maior for o custo e menor a quantidade de passageiros pagantes, mais cara fica a tarifa. Relatório do MDT aponta, ainda, que a qualidade

do serviço tem sido cada vez menor. Isso porque as cidades têm expandido cada vez mais, e, com isso, as distâncias percorridas pelos ônibus também aumentaram, mas não houve um aumento correspondente no número de viagens, assim, houve a elevação do tempo de intervalo entre as viagens e de espera dos usuários pelo coletivo. O movimento denuncia que o transporte coletivo não é tratado como prioridade pelo poder público como determina a Constituição Brasileira.

Nesse sentido, existe um movimento liderado pela Frente Nacional de Prefeitos para criar uma taxa municipal sobre os combustíveis para subsidiar o preço das passagens. Outras cidades ao redor do mundo já subsidiam, ao menos em parte, as tarifas de coletivos como forma de baratear o acesso ao transporte público. Em Madrid e Berlim, o subsídio corresponde a mais da metade do valor total, outras localidades, como Londres, Paris e Montreal, também já adotaram esse tipo de “financiamento”. Vale destacar que o Tarifa Zero de Belo Horizonte reforça sempre que possível a demanda pelo subsídio público das tarifas, não apenas como forma de diminuir o custo, mas de torná-las gratuitas. O modelo seria similar ao apresentado na década de 1990 pela então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. O MDT também defende o subsídio pelo poder público como forma de tornar os preços mais acessíveis, como mostrado no tópico anterior na proposta do fundo de financiamento do Plano Diretor de BH.

Não apenas o valor da tarifa é a reclamação dos passageiros para evitar o transporte público nas grandes capitais. O estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre Mobilidade Urbana e Cidadania revela que 40% dos entrevistados estão “muito insatisfeitos” e 33% “insatisfeitos”. Somando, portanto, 73% de passageiros que não aprovam as atuais condições dos coletivos, total muito similar ao encontrado pela pesquisa em quesitos ainda mais controversos quando o tema é serviço público como saúde e segurança. No caso do transporte público, “muito satisfeitos” e “satisfeitos”, por sua vez, somam 17%, com 10% se dizendo “indiferentes”.

Entre as condições gerais de utilização do transporte, a falta de segurança parece ter um peso maior em relação aos outros pontos como a quantidade de viagens, por exemplo. A conclusão do levantamento da FGV afirma que 72% das pessoas disseram se sentir inseguras em relação à criminalidade ao utilizar os coletivos, contra 28% que disseram não se sentir inseguras, e que esse seria um dos fatores que revelariam a necessidade de se pensar a questão do transporte público de maneira integrada, como uma política pública que depende de outras ações para de fato contemplar as necessidades dos cidadãos. O estudo afirma, ainda, que parte dos problemas do transporte público pode ser explicada com base nas falhas da gestão pública da área. O documento revela que a má avaliação dos governos municipais, estaduais e federal, somada ao baixo nível de satisfação dos usuários, aponta a relação entre esses dois aspectos.

“Não se trata, portanto, somente de uma questão orçamentária, mas também – e principalmente – de gestão e de orquestração de políticas públicas entre as três esferas federativas”⁷.

Dessa forma, acreditamos ser imprescindível para esta pesquisa contextualizar a importância de abordarmos a questão da mobilidade urbana em um cenário amplo de garantia de cidadania àqueles que vivem nos grandes centros urbanos, e a mobilização do Tarifa Zero de Belo Horizonte nos oferece um terreno extremamente favorável para esta investigação.

2.3 O cálculo da tarifa e os impactos na renda do cidadão

O estudo que serve de referência para as recentes pesquisas sobre mobilidade urbana no país é a Nota Técnica Número 2 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgada em julho de 2013. Ela fornece um amplo cenário de como a passagem é calculada no país, sobre os impactos da tarifação nas condições socioeconômicas das famílias e as possibilidades de outros modelos de financiamento com base em experiências de outras cidades ao redor do mundo.

Assim como os estudos já citados neste tópico, a nota do Ipea reforça que os benefícios sociais trazidos pelo uso do transporte público coletivo são positivos para toda a população e não apenas para aqueles que utilizam os ônibus. O órgão defende, portanto, que esses aspectos sejam levados em consideração na discussão sobre a definição dos valores dos bilhetes. Para se ter uma ideia, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve alta de 125% no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2012, o índice de aumento das tarifas dos ônibus teve alta de 192%, subindo, portanto, 67 pontos percentuais acima da inflação.

Apenas alguns itens subiram acima da inflação, como a gasolina, mas a política de manutenção das taxas que vigorou nos últimos anos fez com que mesmo assim ela subisse menos do que a tarifa em si. As taxas para compra de veículos individuais, como carros e motos, tiveram alta de apenas 44%, também abaixo do IPCA, em decorrência da política de incentivo para adquirir esse tipo de bem realizada pelo governo federal até 2015. O barateamento do transporte individual tem consequência direta sobre a escolha do cidadão em utilizar ou não o ônibus. Vale destacar que, de acordo com Ipea (2013), não só os gastos com carros e motos são mais atrativos, como a tarifa dos coletivos subiu muito além da inflação, tornando-o ainda menos atrativo. Além dos altos preços, reiteramos que os coletivos concentram ainda diversas reclamações sobre qualidade para os passageiros.

⁷ Dados e trecho que constam na publicação da Fundação Getúlio Vargas, Mobilidade Urbana e Cidadania: percepções do usuário de transporte público no Brasil, 2014.

As passagens têm efeito direto na renda das famílias e, segundo o Ipea (2013), o gasto médio é de 3%. Entre as mais pobres, o gasto chega a 13,5% em 2009, sendo que em 2003 esse valor chegava a 15%. A faixa logo acima dos mais vulneráveis precisa destinar 10,3% e, anteriormente, o valor total era de 11,7%. O que mais chama a atenção neste tópico do estudo é que entre os 10% mais pobres do país, 30% não utilizam o transporte público por conta do alto preço. Segundo o Ipea, esse é um indicador de exclusão dessas famílias.

Para compreender a discussão sobre o transporte público, é preciso entender como é feito o cálculo da tarifa. Basicamente, os custos de produção são divididos entre os indivíduos pagantes. A equação explica o motivo de a tarifa estar em processo crescente de aumento ao longo dos anos, já que os preços dos insumos estão encarecendo e a quantidade de passageiros caindo. Além dos itens como combustível e custos de manutenção da frota, outros elementos como a folha salarial dos funcionários das empresas pesam na determinação da tarifa. Assim como os tributos diretos e indiretos, que têm impacto direto no custo total para o cálculo das passagens. Por isso, a discussão sobre a redução das passagens passa pela desoneração do setor. Como expõe o Ipea (2013, p. 8):

Para que traga benefícios à população, a desoneração do setor de transporte público deve ser condicionada à contrapartida das empresas para redução das tarifas e melhoria da qualidade dos serviços. Isso coloca em questão os desafios da regulação do setor. É importante que haja transparência dos contratos e dos parâmetros de operação e custos do sistema e um desenho de incentivos adequado à eficiência do sistema.

As distorções do sistema de financiamento do transporte público no Brasil são claras e, mais uma vez, seguem em caminho contrário ao adotado por países europeus e da América do Norte, como apontam os estudos mencionados acima. A primeira delas é o financiamento exclusivo feito pelo orçamento tarifário, isto é, não existe nenhum tipo de subsídio governamental para auxiliar na queda das tarifas. O instituto cita São Paulo como a única exceção no país, uma vez que uma parte do orçamento total da prefeitura e do Estado é destinada para bancar uma parcela dos custos do sistema de transporte, o que corresponde a 20% do total. Apesar de citar este modelo como uma possibilidade de não atrelar a manutenção estrutural apenas a uma fonte de renda fruto das passagens, o Ipea é enfático em dizer que a porcentagem destinada pelos governos é ainda muito inferior à dos demais países que já adotam esse tipo de modelo.

Outra distorção apontada é: como não há subsídio, todos os usuários pagantes acabam tendo que bancar a parcela que tem gratuidade, como os idosos. O órgão aponta esse aspecto como uma distorção porque a parcela mais pobre que utiliza o ônibus acaba tendo que

arcar com a gratuidade de grupos que estão em classes mais altas, já que idosos com boas condições financeiras, por exemplo, podem se deslocar sem pagar a passagem. Este é mais um fator que contribui para a elevação dos valores. Algumas cidades, como Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, destinam parte dos recursos das prefeituras e do Estado para subsidiar parte da gratuidade desses setores da sociedade.

Os cidadãos que mais precisam do transporte público são os que moram nas periferias, distantes dos grandes centros urbanos, por terem rendas mais baixas e precisarem fazer longos deslocamentos pela cidade para trabalharem. Segundo o Ipea (2013), são as linhas de ônibus das periferias que são as menos rentáveis. Fato que explica, por exemplo, uma constatação recorrente de que os bairros mais distantes e nas regiões metropolitanas têm os piores atendimentos de ônibus se comparados com bairros das regiões mais centrais e abastadas dos grandes centros urbanos. Se essas são as linhas menos rentáveis, o empresariado não vê motivos para colocar mais ônibus e correr o risco de ter prejuízos. Como afirma Veloso (2015, p. 19):

O espaço urbano, como meio de produção inerente ao serviço de ônibus, é elemento que gera uma série de contradições. A forma como a cidade funciona, os locais que geram deslocamentos, a tendência à economia de aglomeração, tudo isso gera para o transporte público uma tendência à concentração espacial da demanda. Essa tendência, agravada para o caso das metrópoles latino-americanas, dificulta a oferta do serviço nas periferias e gera uma concorrência ineficiente nos centros da cidade, demandando do poder público uma concepção do serviço como um sistema em rede (e não apenas linhas individuais), para que se possa pensar mecanismos de compensação.

Em países europeus, o financiamento governamental gira em torno de 40% a 50%. O modelo une a receita gerada pelas passagens ao financiamento gerado pelos tributos, o que não ocorre no Brasil. Na França, por exemplo, toda empresa com mais de nove funcionários paga um imposto chamado de Taxa de Contribuição para o Transporte (Taux du Versement Transport), que é direcionada para o sistema de transporte público. Dessa forma, as empresas que precisam arcar com o pagamento de vale-transporte dos funcionários – muitas vezes tendo que bancar parte do valor – seriam beneficiadas diretamente com o subsídio ao sistema. Já que abriria uma oportunidade de a passagem ser barateada.

O contexto revelado neste capítulo mostra, portanto, algumas das razões que embasam a luta do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. Mostramos como o coletivo surgiu, suas principais bandeiras e qual é a realidade brasileira em relação ao transporte público, especificamente, o ônibus. No próximo capítulo, evidenciaremos o referencial teórico que fundamenta a pesquisa em seus diferentes eixos. Nesta primeira parte, problematizamos alguns

conceitos importantes, tais como o repertório de ação e comunicação e, ainda, a definição de movimento social.

3 REPERTÓRIO DE AÇÃO E COMUNICAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar algumas das principais ideias sobre movimentos sociais a partir dos autores que temos como referência para a pesquisa, como Donatella della Porta, Alice Mattoni e Charles Tilly. Na primeira parte, utilizamos um conceito fundamental para a compreensão do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte acerca do repertório de comunicação e da ação dos coletivos ativistas. Seguimos para a segunda parte, em que problematizamos definições específicas de movimento social e buscamos, também, uma aproximação com explicações que abarquem a realidade brasileira. Na terceira e na quarta parte, nos ancoramos no trabalho de estudiosos da área para recuperarmos as linhas de pesquisa sobre esses grupos ao longo das décadas. Mostramos, ainda, um retrospecto da atuação dos movimentos no Brasil e na América Latina. Por fim, inserimos o TZ em um contexto de luta e poder para compreender as dimensões política e ideológica às quais o coletivo está inserido. Analisamos nessa parte a cidade enquanto espaço de resistência e reivindicação de direitos dos cidadãos.

3.1 Repertório de ação e comunicação

O contexto democrático não é estático, e as mudanças vividas pelo sistema alteram as oportunidades políticas para que os movimentos sociais promovam engajamento e mobilização (DAHLGREN, 2013; TILLY, 20010. Isso faz do estudo sobre as iniciativas ativistas um grande desafio. Não apenas pelo caráter não volátil das situações, mas também pelas peculiaridades de cada lugar onde são realizadas as ações, os objetivos de cada grupo e como os sujeitos irão tratar os diversos atores sociais envolvidos no âmbito reivindicatório (MATTONI, 2013).

Primeiramente, trabalhamos a definição de “repertório de comunicação”. Segundo Mattoni (2013, p. 7, tradução nossa)⁸, esse conceito corresponde a “todo o conjunto de práticas de mídia que os ativistas podem conceber como possível e, em seguida, desenvolver as fases de mobilização para, então, alcançar atores sociais posicionados dentro e fora do coletivo”. Nesse contexto, é importante para a pesquisadora compreender como o “repertório desenvolvido pelos movimentos possibilita o entendimento sobre as variadas estratégias comunicativas que esses grupos empregam para sustentar interações com as arenas políticas”

⁸ The entire set of relational media practices that social movement actors might conceive as possible on the basis of knowledge media practices, and then develop in the latent and visible stages of mobilization to reach social actors positioned both within and beyond the social movement milieu.

(MATTONI, 2013, p. 5, tradução nossa)⁹. Ou seja, olhar para como o conjunto de práticas possibilita avaliar qual tipo certo de mobilização é colocado em ação e, a partir disso, deduzir a existência de uma coletânea de ação dos movimentos sociais. Como ela propõe, os coletivos passam a ter um “mapa semântico” do ambiente midiático e voltam suas ações de acordo com esse conhecimento adquirido. São, portanto:

1) Práticas sociais rotinizadas e criativas que 2) incluem interações com objetos que funcionam como meio (como celulares, laptops, pedaços de papel) e os sujeitos que compõem a mídia (como jornalistas, profissionais de relações públicas, outros ativistas); 3) analisar como os objetos e os sujeitos que compõem a mídia são “perseguidos” e como o ambiente midiático é compreendido (MATTONI, 2013, p. 15, tradução nossa)¹⁰.

Os movimentos sociais na atualidade estão envolvidos em um ambiente multifacetado em que diferentes formas de comunicação são arranjadas o tempo todo (MATTONI, 2013) e são encaradas como possibilidades de ganho de visibilidade na mídia e na sociedade. De acordo com a autora, o “objetivo e o estágio da mobilização” são dois aspectos relevantes para entender o conceito de repertório de comunicação.

Mattoni (2013) constrói o conceito de repertório de comunicação com base na definição de Tilly (2006) de repertório de ação. Para a autora, é latente nos dias de hoje se pensar o arcabouço de ações dos movimentos sociais a partir das iniciativas comunicativas. Recuperamos brevemente o pensamento de Tilly (2006) acerca do repertório de ação. Segundo o autor, é a partir da elaboração de “identidades, laços sociais e formas organizacionais que as reivindicações surgem e ganham significado para as pessoas” (TILLY, 2010, p. 42, tradução nossa)¹¹. Ou seja, é no dia a dia que os cidadãos se reconhecem como pessoas de direito na sociedade e, quando se sentem violados de alguma forma, podem atuar no sentido de retomarem aquilo que pertence a eles (HONNETH, 2009). No caso da mobilidade urbana, o nosso objeto de estudo mostra que o desrespeito é sentido de maneira cotidiana pelos sujeitos, ao se deslocarem pela cidade de transporte público. “No contexto da disputa política ou ao ver outros lutando, as pessoas aprendem que as interações podem fazer uma diferença política em suas vidas, assim como o significado compartilhado dessas interações” (TILLY, 2006, p. 42,

⁹ The concept of communication repertoire serves to understand the variety of communicative strategies and tactics that social movement actors employ to sustain interactions within broader political arenas.

¹⁰ I define activist media practices as “1) both routinised and creative social practices that; 2) include interactions with median objects (such as mobile phones, laptops, pieces of paper) and media subjects (such as journalists, public relations managers, other activists); 3) draw on how media objects and media subjects are perceived and on how the media environment is understood and known.

¹¹ Repertoires draw on the identities, social ties, and organizational forms that constitute everyday social life. From those identities, social ties, and organizational forms emerge both the collective claims that people make and the means they have for making them.

tradução nossa)¹². Essas interações auxiliam os ativistas a criarem os seus repertórios de ação porque eles também são construídos com base no que já foi vivenciado ou observado pelos integrantes dos movimentos sociais. Nem tudo é inventado de maneira inovadora e vanguardista pelos coletivos ativistas. Os grupos estão em constante processo de interpretação de ações dos demais atores envolvidos na mobilização na cidade e de preparo de reações a essas iniciativas (McADAM; TARROW; TILLY, 2010). A variabilidade é uma característica intrínseca à dinâmica organizacional dos grupos ativistas, como destacam os autores.

Segundo Della Porta e Diani (2006), o repertório de ação é um conjunto de ações que atravessa o tempo e acaba sendo repetidamente utilizado pelos movimentos sociais mesmo depois de décadas, como são os atos de rua. Afirmam os autores: “porque eles (os repertórios) são o que as pessoas sabem e como eles querem protestar” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p.182, tradução nossa)¹³:

Os repertórios não são apenas instrumentos: eles pertencem e representam a cultura de um movimento, o que está ligado aos valores dos ativistas. As demandas, nesse sentido, não justificam completamente os significados, e a maior parte do debate dentro dos movimentos sociais sobre temas relacionados aos repertórios não apenas endereçam sua eficácia como também seu significado e valor simbólico. (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 181, tradução nossa)¹⁴

Ao aproximar a teoria de Della Porta e Diani (2006) das nossas observações junto ao movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte, percebemos que os repertórios de ação do grupo traduzem a cultura interna de organização e mobilização. O caráter aberto das reuniões, a ampla divulgação na página do grupo no Facebook e a horizontalidade da tomada de decisões traduzem os princípios de atuação do coletivo.

Um ponto fundamental do repertório de ação e comunicação dos movimentos é a ação coletiva. Tilly (2006, p. 49) a define como o conjunto de “ocasiões em que as pessoas rompem com suas rotinas diárias para concentrar suas energias em tornar visível demandas, reclamações, ataques ou manifestações de suporte antes de voltarem para suas vidas diárias”. É importante observar que, “tanto a capacidade governamental como a extensão forte da democracia afetam as formas com que as pessoas fazem suas reivindicações coletivas entre os cidadãos e como as autoridades respondem a esses pedidos” (TILLY, 2006, p. 210, tradução

¹² In the course of contending or watching others contend, people learn the interactions that can make a political difference as well as the locally shared meanings of those interactions.

¹³ Thus, repertoires are handed down, reproduced over time, because they are what people know how to do when they want to protest.

¹⁴ But repertoires are not just instruments: they belong to, and represent, a movement culture, and are therefore linked to the activists' values. The aims, in this sense, do not fully justify the means, and much of the debate inside social movements about issues of repertoires does not only address their efficacy but also their meaning and symboli value.

nossa)¹⁵. A combinação desses diversos fatores é o que definirá como esses repertórios irão prevalecer em um determinado intervalo de tempo e no espaço. Pois, como argumenta o autor, assim como os contextos políticos se alteram com o passar do tempo, o mesmo precisa ocorrer com as estratégias criadas pelos movimentos sociais para que alcancem seus objetivos na cidade. Essa mudança de perspectiva é algo que pode ser claramente percebida no movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. O caráter horizontal das deliberações sobre os temas que envolvem a mobilização de seus integrantes já surge na origem no grupo quando o coletivo ganha forma dentro da Assembleia Popular Horizontal (APH). Como o próprio nome já indica, a APH tratava de questões de maneira aberta e sem hierarquias como a de liderança, por exemplo.

Ao discutirmos sobre o repertório de ação dos movimentos sociais, alguns pontos são evidentes, como a relevância das grandes marchas e dos atos de rua e a necessidade de se ter o maior número de apoiadores possível (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Por mais que pareça óbvio, essas ainda são questões que rendem bastante discussão e que, em diversos momentos, são o principal tema de debate. De forma resumida: “a lógica dos números é coerente com os princípios da democracia representativa: é feita uma tentativa de influenciar a opinião pública, o repositório final da política de poder” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 172). Não que os movimentos sociais se baseiem apenas nessa “lógica dos números”, mas, como atentam os autores, ela é importante em um contexto de demonstração pública de poder. Até mesmo para conseguir alcançar outros âmbitos de destaque, como é o caso da grande mídia. Quanto maior a repercussão de um ato de rua, maiores as chances de elas estamparem as páginas dos jornais e sites de notícias, quiçá capas e manchetes. Nesse sentido, a “lógica dos números” tem um relevante papel. Ainda que os movimentos adquiram este mapa semântico do ambiente midiático, Maia (2012, p. 46, tradução nossa)¹⁶ ressalta os possíveis “efeitos contraditórios” dos discursos da mídia e suas representações: “Em algumas circunstâncias, eles podem promover um senso de impotência, fomentar um comportamento cínico, e excluir o engajamento democrático, já em outras situações, eles podem potencializar uma autorreflexão e encorajar uma discussão pública e o engajamento cívico”.

Apesar da criação de um repertório de comunicação que dura ao longo dos anos de atividades dos grupos ativistas, com o passar do tempo, as estratégias se alteram – em um

¹⁵ Both governmental capacity and extent of democracy strongly affect the ways that people make collective claims on each other and how authorities respond to those claims.

¹⁶ Media discourses and representations may produce contradictory effects: In some circumstances, they may promote a sense of powerlessness, foster cynical behavior, and preclude democratic engagement, whereas in other situations, they may trigger self-reflection and encourage public discussion and civic engagement”.

sentido físico e simbólico –, assim como os atores, as oportunidades e os oponentes, e criam o que os autores chama de “ciclo do protesto” (DIANI; DELLA PORTA, 2006; TILLY; TARROW; McADAM, 2009). Esse ciclo influencia diretamente a elaboração do repertório de ação dos movimentos sociais. Em um contexto cíclico, portanto, a análise das oportunidades políticas nos permite compreender como os diversos atores – institucionais e não institucionais – se relacionam a partir da mobilização dos coletivos urbanos. Como destacam os autores, “como eles são influenciados inicialmente e de maneira mais forte pelo sistema político. O conceito de estrutura de oportunidade política se tornou central para interpretar a interação entre os atores institucionais e não institucionais” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 196, tradução nossa)¹⁷.

Em momentos nos quais decisões políticas que afetam o movimento são tomadas, como o anúncio de aumentos nas passagens de ônibus, os integrantes se mobilizam mais fortemente para levarem suas reivindicações para as ruas. Destacamos, em especial, a oficialização do reajuste que ocorreu em meados de 2015 e que, em sua natureza, já era considerado ilegal por ser o segundo em menos de seis meses. A controvérsia, portanto, acaba se tornando uma “boa oportunidade” política para que as ações ganhem mais corpo, inclusive, com aumento do número de participantes dos atos e até mesmo de integrantes fixos que acabam se unindo ao núcleo principal e perene do movimento.

Não necessariamente o Estado é visto como inimigo dos movimentos sociais (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Cabe lembrar que o apoio do poder público é necessário para que muitas das metas sejam alcançadas. Ao considerarmos a realidade do Tarifa Zero, por exemplo, a proposta primária de um fundo de financiamento do transporte público que garantiria a gratuidade das tarifas – a proposta mais clássica desenvolvida pela ex-deputada Luiza Erundina em São Paulo, quando o primeiro movimento pela gratuidade das passagens surge – dependeria da gestão da própria prefeitura, o que não impede uma mobilização em torno do tema. Ainda que não alcancem sucesso em suas metas inicialmente colocadas, os grupos precisam criar um campo multiorganizacional em que diferentes atores possam interagir (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

¹⁷ It has already been noted that the activities of social movements are in part expressive; in part instrumental; in part directed at their own members; in part designed to transform the external environment. In their protest activities social movements are eminently political: as such they are influenced by and influence first and foremost the political system. As was noted in the introductory chapter, the concept of political opportunity structure has become central to interpretations of interaction between institutional and noninstitutional actors.

3.2 Movimento social: definições e problematização

Compreendemos que a definição de “movimento social” é complexa e, em alguns momentos, controversa, mas acreditamos que problematizar o conceito seja o caminho para compreender as dimensões da mobilização e da ação coletiva. Exploramos o trabalho de Mario Diani e Donatella della Porta (2006) e trazemos, ainda, outros autores que tencionam o termo em função de sua complexidade. De forma resumida, segundo os autores, movimento social é um “processo social distinto, que consiste em mecanismos através dos quais atores se engajam em ações coletivas” (DIANI; DONATELLA, 2006, p. 211). A ação coletiva acontece, portanto, quando as pessoas rompem com suas rotinas diárias e concentram seus esforços para tornar suas demandas ou reclamações visíveis (TILLY, 2006). O termo “movimento social” reuniria, portanto, a noção de atores sociais que protagonizam ações coletivas na sociedade civil (GOHN, 2010). É importante ressaltar ainda que “os movimentos geram solidariedade social e coesão, eles impulsionam as pessoas sem auferirem nenhuma renda” (GOHN, 2010, p. 40).

A definição de Della Porta e Diani tem raízes na obra de 1992 do autor quando ele afirma que movimento social é um conjunto de “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em conflitos políticos ou culturais, com base em identidades coletivas compartilhadas” (DIANI, 1992, p. 1). Ou seja, esse conceito abarca a heterogeneidade de sujeitos que integram o grupo, que se formou justamente com base em interações informais, e se engajam em um contexto de confronto político para colocar a mobilidade urbana em debate e encarar o poder público na medida em que problematiza o direito à gratuidade da passagem de ônibus à população da cidade.

Portanto, para que possamos ampliar e complexificar a definição aqui proposta, é necessário pensar ainda em quais são as condições ou características principais desses coletivos para que se enquadrem na definição de movimento social. Para Della Porta e Diani (2006, p. 212), três pontos básicos precisam ser contemplados: “seus integrantes identificam claramente seus oponentes; estão ligados em um denso sistema de interconexão e dividem uma identidade coletiva distinta”.

Ao observar o Tarifa Zero, identificamos claramente esses elementos. A única ressalva que pode ser feita é em relação à identidade. O coletivo, a princípio, não busca reconhecimento fundamentado na identidade comum de seus participantes, como, por exemplo, buscam os movimentos negros que fazem dessa identidade a principal bandeira de luta, pois é nela que reside a busca por respeito e dignidade. Mas não é porque a demanda primordial do grupo passa fortemente por uma questão econômica que eles não lancem mão de estratégias

que focalizam justamente a formação de uma identidade do grupo que seja reconhecida pelos demais cidadãos. Um exemplo é a identificação visual que utiliza cores vibrantes como o rosa e o amarelo. Seja nas postagens no Facebook ou mesmo em camisas e outros acessórios produzidos pelo coletivo, o reconhecimento é imediato. Outro exemplo é a criação e a divulgação de slogans. O “Tarifa Zero é mais” é um clássico e acompanha diversas ações de publicização da pauta de reivindicações.

Os dois primeiros elementos citados pelos autores são visivelmente identificáveis no Tarifa Zero, já que os oponentes são alvo constante de críticas e reclamações. É possível citar diversos representantes do poder público, como a Câmara Municipal ou mesmo o governo do Estado, mas o oponente principal é a Prefeitura de Belo Horizonte e, muitas vezes, “projetada” na Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans). Políticos e integrantes do Judiciário também fazem parte do rol de oponentes, nos termos definidos por Della Porta e Diani (2006).

A questão da identidade também pode ser considerada no âmbito da criação de uma “política de identidade”, de acordo com Gohn (2010). Ou seja, a discussão vai além de “uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, gênero ou uma idade [...]. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta perante a sociedade civil e política” (GONH, 2010, p. 32). Sob essa perspectiva, a bandeira e a própria forma de luta seriam parte dessa “política de identidade” do Tarifa Zero.

Na perspectiva de Tilly (2010 p. 149), a identidade não passa estritamente pela criação de laços apenas entre os membros do mesmo grupo, mas entre os integrantes do coletivo e os demais atores com os quais o movimento se envolve:

Os movimentos sociais combinam três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição. As reivindicações de identidade consistem em declarações de que “nós” – os reivindicadores – constituímos uma força unificada a ser enfrentada. Demonstrações de VUNC (valor, unidade, números e comprometimento) constituem um apoio para as reivindicações de identidade. Reivindicações de posição afirmam laços e similaridades com outros atores políticos como, por exemplo, minorias excluídas, grupos de cidadãos propriamente constituídos, ou leais defensores do regime. Algumas vezes, elas dizem respeito à posição de outros atores políticos.

Ao levantar a questão da identidade, Tilly (2010, p. 137) nos oferece uma definição de movimento social que une três elementos – programa, identidade e posição –, mas o que chama atenção é o termo VUNC: “demonstrações de valor, de unidade, de números e de comprometimento por parte dos participantes e/ou de seus partidários”. O autor consegue reunir em apenas uma sigla quatro pontos fundamentais para olharmos para os grupos ativistas, não só do ponto de vista organizacional dos movimentos, mas também da relação destes com o

mundo exterior. Quando mostram para a sociedade o que defendem (valores), que estão unidos em torno de uma causa comum (unidade), que têm membros suficientes para garantir a mobilização (números) e que estão comprometidos com a bandeira que levantam (comprometimento), os participantes do movimento podem angariar mais apoio e ampliar o horizonte de mobilização.

Tilly (2010) resume no termo VUNC aspectos primordiais da ação reivindicatória, mas, se considerado isoladamente, faz parecer que o ativismo pode ser analisado apenas sob essa perspectiva pragmática. Mas a complexidade das ações e grupos é muito maior. Por isso, o autor destaca que é importante não perder de vista a “política contenciosa” na qual os movimentos estão inseridos. O autor recupera um conceito desenvolvido por ele, Tarrow e McAdam, em 2001, que concebe as organizações ativistas como “uma forma de política contenciosa”. “Contenciosa, no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem” (TILLY, 2010, p. 136). Podemos pontuar esse “outrem” ao qual os autores se referem, no caso do Tarifa Zero de Belo Horizonte, como sendo a Prefeitura de Belo Horizonte, a BHTrans ou mesmo as empresas de ônibus da capital.

Quando Della Porta e Diani (2006) abordam esses três pontos como definidores do conceito de movimento social, alguns esclarecimentos são feitos no sentido de nortear as pesquisas na área. Ao apontarem a existência de “opponentes”, os autores se referem à contestação da ordem vigente e à vontade de mudança social. Ao pensarem a densa rede nas quais os grupos se integram, os autores fazem referência à necessidade de estabelecimento de laços que ajudem na existência dos movimentos e a troca de recursos – não visto aqui simplesmente como econômicos, mas de experiências de organização, por exemplo. E ainda a identidade coletiva, que faz com que a solidariedade entre seus integrantes para alcançarem uma meta comum motive o grupo a ir além de eventos ou iniciativas esporádicas e os engaje em uma integração perene (DELLA PORTA; DIANI, 2006; HONNETH, 2009). Os autores concluem que “como resultado, atores individuais e organizacionais se envolvem na ação coletiva não mais apenas para perseguir objetivos específicos, mas para se considerarem elementos de um processo de mudança muito maior ou de resistência para mudar” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 223).

Gohn (2010) destaca que, com a ascensão da atuação em rede, o novo cenário dos coletivos ativistas precisa ser repensado, principalmente, com a utilização das novas tecnologias de informação. “Além da ampliação dos sujeitos protagonistas de ações coletivas, ocorreram alterações no formato das mobilizações e na forma de atuação – agora em rede. Isso também

resulta no alargamento das fronteiras dos conflitos e tensões e sociais” (GOHN, 2010, p. 25). Vale destacar que alguns estudiosos têm utilizado o termo “mobilização social” em vez de movimento social como forma de tentar resolver algumas das polêmicas que envolvem a expressão. Gohn (2010) critica a opção pelo termo “mobilização social”. “Nestas abordagens, a dimensão do político é esquecida ou negada, substituída por um tipo de participação, construída-induzida (GOHN, 2010, p. 28). Uma das polêmicas que a expressão “mobilização social” tenta afastar é a questão da identidade. Nem todo coletivo ativista cobra reconhecimento identitário enquanto grupo, em alguns casos, a luta não perpassa obrigatoriamente a questão da identidade. Como é o caso do Tarifa Zero. Mas podemos considerar que a identidade atravessa outras perspectivas da luta em si, da bandeira do grupo, como mencionamos acima.

3.3 O estudo sobre movimentos sociais ao longo das décadas

Os estudos sobre movimentos sociais foram fundamentados em diferentes teorias ao longo dos anos. Cada uma delas revela a tendência da época acerca do perfil dos movimentos, de como o Estado encara suas ações e ainda de quais ideias predominam no ambiente acadêmico em determinada época. Baseamo-nos, primordialmente, nas ideias de autores que integram ou se inspiram na corrente construcionista, como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Donatella della Porta. Recorremos também a Maria da Glória Gohn (2012, 2013) para compreendermos como essas tendências de estudos chegaram ao Brasil e como foram aplicadas e modificadas pelos pesquisadores brasileiros.

Recuperamos neste tópico as principais tendências que regeram os estudos sobre movimentos sociais ao longo das décadas. Apesar de não ser algo extenso, destacamos a importância desta compilação de teorias, tendo em vista a dificuldade de se encontrar textos aprofundados que façam essa necessária recuperação histórica. Gohn (2012) destaca a “escassez” de trabalhos que se dediquem a esse tipo de abordagem, o mesmo constatamos nesta pesquisa. Por isso, o nosso esforço de não apenas fazer um mapeamento geral, como revelar como o pensamento norte-americano e o europeu ecoaram no hemisfério sul. Além disso, destacamos quais ideias-chave foram apropriadas no Brasil e na América Latina como um todo também tendo como referência o trabalho da autora.

Gohn (2012, 2013) defende que os movimentos sociais são “como lumes indicadores da mudança social” e que “acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN, 2012, p. 20). Esta é uma noção que ascende à área de pesquisa sobre mobilização e ativismo na década de 1970 e a ela se soma o conjunto de iniciativas que

surgem nos anos de 1950 e 1960 na Europa e nos Estados Unidos, como os movimentos feministas e ambientalistas, e passam a ser denominados de “novos movimentos sociais”. Eles passam a alcançar patamares cada vez mais altos de ação e passam a problematizar questões até então não tematizadas, como as identitárias. Na América Latina, como nos lembra Gohn (2012), os novos movimentos eram aqueles articulados por vários agentes sociais como a Igreja Católica. No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, predominam os estudos ligados às ideias europeias e de forte vertente marxista. O paradigma regional da época pode ser resumido na seguinte pergunta: “qual o objetivo e o significado dos movimentos? Construir estratégias (americanos) ou identidades (europeus)?” (GOHN, 2012, p. 23).

As teorias contemporâneas, que passam a ser utilizadas a partir dos anos 2000, podem ser divididas em cinco eixos, de acordo com Gohn (2012). A primeira corrente é a cultural, que tem como expoentes Melucci e Touraine, com foco na análise dos processos de identidade, de construção de vínculos a partir da elaboração de significados e, com isso, o desenvolvimento de ações coletivas. A segunda linha elencada por Gohn (2012) é a dos autores inspirados pela Teoria Crítica, como já mencionado acima, que seguem o pensamento da escola de Frankfurt para explicar as lutas por reconhecimento, em Axel Honneth, e as questões de redistribuição, em Nancy Fraser¹⁸. A terceira linha concentra o entendimento sobre os movimentos sociais na luta contra o neoliberalismo. A crítica forte é direcionada aos “falsos consensos” gerados pela política institucional para que os cidadãos se sintam incluídos nas políticas públicas. Thompson e Negri são alguns dos estudiosos que representam essa corrente.

Para detalhar a quarta linha, Gohn (2012) faz um recorte específico naquela que olha diretamente para a América Latina: a Teoria Pós-colonial, também chamada como das racionalidades alternativas. O rol de autores é amplo e vai desde Boaventura Souza Santos a Stuart Hall. “As análises reivindicam uma descolonização do saber e do poder para pensar os movimentos a partir das experiências próprias do continente sul. A fundamentação deste poder está no controle do conhecimento” (GOHN, 2012, p. 28). Os estudos que se inspiram nessa vertente buscam compreender como o pensamento crítico pode ser dificultado ou até mesmo barrado pela banalização das injustiças, a exploração e a pobreza das pessoas.

Por fim, a autora detalha as teorias que se voltam para o processo de institucionalização das ações coletivas, nas palavras de Gohn (2012). Essa corrente está preocupada em analisar as redes criadas entre cidadãos e grupos ativistas nas ações de mobilização, o desempenho das pessoas em fóruns formais de participação, as organizações

¹⁸ Cf. FRASER; HONNETH, 2003.

espaço-temporais dos ativistas, etc. Segundo Gohn (2012), a inspiração básica foram as teorias da privação social criadas pelos interacionistas simbólicos ainda no início do século XX. A Teoria da Mobilização dos Recursos, de viés fortemente econômico em 1960, aos poucos vai sendo remodelada para se pensar as estruturas de oportunidade política nos campos formais e informais de luta. Os protestos e os atos de rua passam a ser considerados essenciais para a mobilização em torno de assuntos que atinjam as pessoas e que coloquem em confronto os diversos atores da esfera pública. O conceito de repertório de ações coletivas, também um dos eixos desta dissertação, passa a ser central e pensado em conformidade com o regime político vigente.

Essas ideias ganharam força nos Estados Unidos e na Inglaterra a partir de 1990, segundo Gohn (2012), e chegam ao Brasil na metade da década ainda inspiradas na Teoria da Mobilização Política:

Nela, os movimentos sociais não são fenômenos extraordinários, ou apenas contestação da ordem vigente, porque eles têm um papel na sociedade moderna de expressar as reivindicações dos cidadãos; afirma-se que as mobilizações e protestos tornaram-se formas rotineiras de participação política. Os movimentos sociais são políticos porque as pessoas que participam dele estão exercitando a política. (GOHN, 2012, p. 31)

Ainda que esta seja a linha mais difundida na atualidade, ela é criticada a partir do momento em que “despolitiza os protestos e suas ideologias, ressignifica-os como elementos componentes do próprio jogo democrático” (GOHN, 2012, p. 31). É justamente nesse ponto em que estamos de acordo com a autora e, por isso, buscamos os pesquisadores latinos para que os movimentos sociais sejam vistos não apenas como atores de contestação da realidade local, mas também de todo um sistema neoliberal vigente que prejudica fortemente os países marcados pela desigualdade social e econômica.

James Jasper é um crítico da predominância das teorias estruturais nas pesquisas sobre movimentos sociais. “As teorias estruturais tendem a apresentar um modelo tipo ‘chave-fechadura’: escolher a estratégia correta vai abrir a porta das estruturas políticas” (JASPER, 2016, p. 49). Assim como Gohn (2012), o estudioso acredita que essa corrente deixa de lado aspectos cognitivos importantes para a compreensão das dinâmicas associativas e dos grupos antissistêmicos, nos termos de Falero (2012). Para Jasper (2016), não apenas a dimensão política-ideológica corre o risco de ser deixada de lado, como o âmbito psicológico e, como já dito, o cultural.

3.4 Os movimentos sociais no Brasil, na América Latina e no mundo

A diversidade dos movimentos no Brasil, tanto no âmbito do que os motiva, quanto no âmbito das ações propriamente ditas, faz com que seja necessária uma tomada histórica dos grupos ativistas no país. Para isso, iremos mais uma vez nos basear no trabalho de Maria Glória Gohn, especificamente em um livro que autora organizou exclusivamente com esse fim, em 2010. Um paralelo com a realidade na América Latina e no restante do mundo também será feito para buscarmos entender a influência desses universos em mobilizações como a do Tarifa Zero de Belo Horizonte.

Como forma de organizarmos a análise, dividimos os atuais grupos e as organizações ativistas em três grandes blocos, como propõe Gohn (2010): a) movimentos e ações de grupo que se unem por meio de laços de identidade e que lutam por direitos como os coletivos que batalham contra o racismo, por exemplo; b) movimentos e organizações que têm como bandeira melhores condições de vida e trabalho, âmbito em que podemos inserir o Tarifa Zero e, por fim, c) movimentos de atuação global como o Fórum Social Mundial.

Outra pontuação interessante que a autora faz sobre os movimentos contemporâneos é em relação às diferenças da forma de atuação dos grupos das décadas passadas. Gohn (2010) lembra que os movimentos não apenas lutam por necessidades básicas ou apenas reagem às demandas dos representantes do poder político formal. “Na atualidade, muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento” (GOHN, 2010, p. 16).

Por isso, a problematização das bandeiras dos movimentos sociais se faz necessária, já que vão além dos motes em si. Suas questões estão interligadas em redes complexas de garantias de direitos e reconhecimento dos cidadãos enquanto agentes de transformação e contestação do sistema vigente. A tematização na esfera pública de assuntos de pouca visibilidade na sociedade (MENDONÇA, 2006; GOHN, 2010; HENDRIKS, 2006; MAIA, 2012; MARQUES, 2009), por exemplo, é, ainda hoje, motivo de reflexão e análise.

Os grandes marcos ativistas que temos datam do século XIX e início do século XX com o movimento operário na Inglaterra e a Revolução Francesa. Algumas décadas depois, surgem os movimentos por direitos civis nos Estados Unidos, como os grupos feministas, contra a Guerra do Vietnã, entre outros. No Brasil, os movimentos são muitos durante todos os regimes de governo desde a colonização, mas passam a ser referência para os estudos aqueles que surgem durante o governo de Getúlio Vargas e os que se seguem nas décadas de 1970 e 1980, que lutam por melhores condições de vida e trabalho (GOHN, 2010), período de surgimento das iniciativas relacionadas ao transporte público.

Nos anos 2000, o cenário das dinâmicas associativistas torna-se diverso com diferentes demandas e projetos. Gohn (2010) recorre a alguns autores latinos para dar um panorama geral do que passa a acontecer em nossa região. Bolívia e Equador veem ressurgirem movimentos considerados tradicionais, especialmente os indígenas. No México, na Argentina e no Uruguai, o movimento popular de bairros eclode reivindicando garantias para a população (LEVY; GIANTELLI, 2008 apud GOHN, 2010). O fortalecimento dessas iniciativas fez com que os cidadãos conseguissem eleger representantes para o poder formal. A estudiosa cita, ainda, outros grupos que ganharam repercussão a partir de suas ações: piqueteiros na Argentina, cocaleiros na Bolívia, zapatistas no México, os ambientalistas no Uruguai e a retomada do movimento estudantil no Chile, com a “Revolta dos Pinguins”.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ganha os holofotes midiáticos. Nessa mesma época, eclodem iniciativas contra a construção de barragens e grandes hidrelétricas no país e dos contrários à transposição do Rio São Francisco. O movimento negro também avança e consegue a aprovação de um importante marco que foi a lei de cotas nas universidades públicas e o programa Universidade para Todos (ProUni). Os ativistas dos direitos das mulheres e LGBT. Ainda no Brasil, Gohn (2010) destaca as organizações e os fóruns que se dedicam a fiscalizar o poder público, que cobram a prestação de contas da utilização do dinheiro público, característica marcante também na Colômbia, segundo ela. Detalhamos, abaixo, as características político-ideológicas do movimento em estudo nesta dissertação.

3.5 A dimensão político-ideológica do ativismo do Tarifa Zero

O contexto de luta no qual o Tarifa Zero de Belo Horizonte está inserido suscita questionamentos dos mais diversos, e acreditamos que a reunião de atores tradicionais no campo de estudo dos movimentos sociais é fundamental, como já abordado anteriormente, mas também apostamos que é preciso ir além das teorias pensadas no hemisfério norte. O grupo mineiro integra uma realidade tipicamente brasileira e conectada diretamente com outros coletivos reivindicatórios da América Latina. O que sustentamos é que não é possível avaliar as ações e as intenções sem levar em consideração a dimensão político-ideológica do movimento. Esse âmbito pode e deve ser explicado com as ideias dos autores já consagrados, como Charles Tilly, Donatella della Porta e Alice Mattoni, e ainda por nomes que vivem o dia a dia das lutas nos países do hemisfério sul e, em especial, no Brasil. As especificidades dos países colonizados por grandes potências e que ainda vivem o desafio de consolidação de seus

sistemas democráticos arruinados por décadas de ditaduras militares fornecem uma chave de leitura que pode ser expandida a partir dos estudiosos da nossa região. Propomos, então, mostrar em quais aspectos o contexto local reflete e influencia as ações e os significados do grupo.

O final do século XX é marcado pela globalização e pela disseminação de novas formas de comunicação e circulação da informação no mundo. Com isso, os movimentos antissistêmicos e as dinâmicas associativas são reestruturados a partir da renovação dos atores sociais, a expansão das possibilidades de participação junto ao poder institucional, de uma certa autonomia da América Latina frente às iniciativas das grandes potências mundiais e, com ela, a ascensão de novas concepções de envolvimento político nos países do hemisfério sul (BRINGEL; GOHN, 2012; FALERO 2012). A principal constatação de Bringel e Gohn (2012) com a avaliação das mudanças nos cenários nacional e internacional é a de que os movimentos sociais passam a ser considerados “produtores de conhecimento” e, portanto, “atores centrais dos processos de mudanças e justiça social no mundo contemporâneo” (BRINGEL; GOHN, p. 10, 2012).

A globalização facilita a circulação de informação e reorganiza a agenda de reivindicações no mundo todo, mas traz à tona uma das principais características dos países da América Latina que é a desigualdade social (FALERO, 2012). E é esse aspecto que requer do pesquisador um olhar mais singular diante da realidade das ações contestatórias nesses locais. Por mais que os grupos ativistas lutem por demandas bastante específicas e a priori materiais, como é o caso do Tarifa Zero, existe um questionamento da ordem social vigente e do poder que a controla que não pode ser ignorado (FALERO, 2012).

Os estudiosos norte-americanos e europeus são capazes de captar esse pano de fundo comum a muitos coletivos ao redor do globo, mas a vivência diária das desigualdades fornece uma complexidade ainda maior para a pesquisa. Cabe, ainda, acrescentar que um movimento não se coloca isoladamente na realidade reivindicatória de determinada cidade ou país. Muito pelo contrário, ele está inserido em uma rede de ativismo que é fundamental para sua sobrevivência. O Tarifa Zero já fez algumas ações em parceria de grupos que lutam por moradia em Belo Horizonte, por exemplo. Como compreender, portanto, a ligação entre um coletivo que batalha por transporte público gratuito e de qualidade e outros que defendem o direito básico de ter onde viver? A resposta passa pelo denominador comum que atravessa a todos eles, que é a desigualdade social.

Não é possível falar de desigualdade social sem falar de capitalismo. O sistema é particularmente cruel em países como o Brasil, onde “se mantêm ainda hoje formas de produção semiescravistas junto à incorporação de formas caracterizadas como ‘pós-fordistas’”

(FALERO, 2012, p. 40). Neste contexto capitalista, Falero (2012) pontua que o desafio é o de considerar as demandas sociais enquanto direito social, e não como mercadoria. Exatamente o mesmo problema que encontramos quando tratamos da luta por transporte público. Aparentemente uma reivindicação que se limita à esfera redistributiva e material, nos termos de Nancy Fraser¹⁹, mas que, na verdade, é uma garantia constitucional brasileira. É um direito social que perpassa, ainda, outras questões que estão diretamente ligadas à mobilidade urbana e ao direito à cidade que torna ainda mais complexo o cenário contestatório. Sustentamos a afirmação de Falero (2012) quando o autor considera que a disputa direito social versus mercadoria é chave para compreender as demandas dos movimentos sociais latinos e, no nosso caso, brasileiros. Por isso, acreditamos que, neste estudo, é preciso:

Visualizar a tensa construção de uma cidadania ampliada frente a projetos sociopolíticos que a ela se opõem, de lutas para generalizar a consciência do direito a ter direitos e de práticas sociais que levam à abertura de aspirações de uma sociedade mais igualitária a participativa frente à perspectivas de sociedade onde o limite implícito é o princípio dominante, do direito à propriedade privada dos meios de produção. (FALERO, 2012, p. 41)

Os estudiosos de movimentos sociais na América Latina exaltam a necessidade de se compreender a influência do poder econômico sobre as lutas sociais (BRINGEL et al., 2012). A influência pode se manifestar de diversas maneiras desde o grupo de eleitos para representar a sociedade junto ao poder político formal até as grandes empresas que comandam o cenário econômico regional e nacional. Nesta pesquisa, esses poderes aparecem imbricados já que é um grande consórcio de companhias privadas o responsável por garantir o transporte público em Belo Horizonte. Apesar de ser fiscalizado e depender da prefeitura para ser selecionado por meios legais, precisa garantir lucro. Portanto, ainda que seja responsável por garantir um direito social resguardado pela Constituição, o consórcio opera na lógica capitalista. Se o lucro é colocado em xeque, o serviço ao cidadão também pode ser comprometido? Os questionamentos do Tarifa Zero muitas vezes passam por esse raciocínio.

Já abordamos a capacidade transformadora dos movimentos sociais. Ainda que os ganhos não sejam imediatos, os princípios defendidos pelos ativistas são capazes de mudar mentalidades e formas de sociabilidade ao longo dos anos. Nesse contexto, Falero (2012) destaca três chaves analíticas dos grupos latino-americanos, segundo as quais os movimentos: a) estão inseridos em processos sociais complexos e com soluções igualmente pouco simplistas; b) são produtores e não apenas reprodutores de aprendizados e de fatos históricos, portanto, têm

¹⁹ Cf. FRASER, 2001.

capacidade de mudanças futuras e c) podem mudar a realidade de maneira imediata, mas precisam ser analisados em intervalos de tempo ampliados.

Seguir por esse caminho, portanto, na análise dos movimentos sociais enquanto agentes transformadores da sociedade, nos possibilita compreender a relevância de ativistas na construção simbólica de realidades que problematizam os direitos dos cidadãos (FALERO, 2012) e que “permitem amarrar práticas coletivas a mudanças políticas e transformações simbólicas” (FALERO, 2012, p. 52). Dessa forma, a investigação que realizamos do Tarifa Zero de Belo Horizonte nos permite perceber o coletivo inserido nesse cenário reivindicatório amplo. O objetivo da dissertação, portanto, é observar a construção de argumentos em distintos ambientes como constituidores de cenário reivindicatórios.

Neste capítulo, evidenciamos conceitos e correntes teóricas que fundamentam esta pesquisa, a partir da perspectiva dos estudos sobre os movimentos sociais em diferentes países e na América Latina. Mostramos como as características do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte aproximam o coletivo de definições e contextos que são relevantes para compreender a realidade de luta e de reivindicações em nosso país. No capítulo seguinte, mostraremos, a partir de autores ligados à Democracia Deliberativa, a importância da construção do argumento para o ativismo do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte.

4 ARGUMENTAÇÃO, DELIBERAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A relação entre argumento, deliberação e ativismo é o foco deste capítulo. Para isso, na primeira parte, buscamos na perspectiva da Democracia Deliberativa de Jürgen Habermas elementos que mostrem a importância, principalmente, da argumentação para mobilização. Autores como Rousiley Maia e Ricardo Fabrino Mendonça destacam as conexões entre os três campos como a mídia e os próprios movimentos sociais. Na segunda parte, apresentamos as críticas ao modelo rígido de deliberação revelando que é possível aplicar os princípios deliberativos ao cenário ativista. Concluímos com uma reflexão acerca da importância das justificativas racionalmente construídas e socialmente aceitáveis para a reivindicação de direitos dos cidadãos.

4.1 Argumentação e mobilização em um ambiente híbrido e interconectado

Acreditamos que esta pesquisa contribui para evidenciar como os argumentos são elaborados pelo Tarifa Zero de Belo Horizonte e tornados públicos. Neste capítulo, exploramos a visão de autores que refletem acerca da importância dos movimentos sociais para a construção de argumentos na democracia atual a partir da troca de razões em diferentes ambientes. Contextualizamos, ainda, o papel da mídia como importante fórum cívico de debate (MAIA, 2012) e também enfatizamos como a interação em diferentes esferas discursivas é essencial para a luta empreendida pelos coletivos e para o processo de mudança de mentalidade da sociedade.

Partimos da definição de Maia (2009) sobre os pontos principais que compõem o argumento. De acordo com a autora, o argumento é a “explicação de premissas ou pontos de vista e do oferecimento de justificção” (MAIA, 2009, p. 99). Isto é, nem tudo que é proferido em um contexto ativista, ainda que busque angariar adeptos e simpatizantes para a causa, é argumento. De forma resumida, é preciso pontuar que o argumento é a justificativa por que algo é ou não bom, é ou não correto. O motivo pelo qual algo deve ou não deve ser feito. E assim são estabelecidas as trocas argumentativas ou trocas discursivas, a partir da teoria de Habermas. Jürgen Steiner (2012) reflete acerca dos elementos necessários no conceito de justificativa. “Na versão Habermasiana de deliberação, argumentos precisam ser justificados de forma racional, lógica e elaborada” (STEINER, 2012, p. 57, tradução nossa)²⁰. Steiner (2012) cita Habermas porque, ao desenvolver a teoria da racionalidade comunicativa, o autor alemão destaca as

²⁰ In the Habermasian version of deliberation, arguments need to be justified in a rational, logical, and elaborate way.

“pretensões de validade” dos atos de fala. “A justificada pretensão de verdade de um proponente deve ser defensável, através de argumentos, contra objeções de possíveis oponentes e, no final, deve poder contar com um acordo racional da comunidade de interpretação em geral” (HABERMAS, 2003, p. 12). O autor enfatiza:

[...] o que age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos de tipo contractual. Ou seja, ele é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar pretensões de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis, isto é, autônomos e verazes consigo mesmos e com os outros. (HABERMAS, 2003, p. 20)

Por isso, foram selecionados os argumentos destacados nos três ambientes investigados, e não todos os proferimentos, para focarmos as justificativas que sistematizam o conjunto de argumentos mobilizadores do coletivo ativista em questão.

Para analisar a construção do rol de argumentos do TZ, lançamos mão da abordagem sistêmica para dimensionar a complexidade do fenômeno. Poucos estudos fazem a comparação dos diferentes contextos em um “ambiente midiático híbrido e interconectado” (MAIA; REZENDE, 2016, p. 136) e pensamos que este vá contribuir neste sentido. Como afirma Maia (2009), é necessário fazer a integração “tanto com as relações que as associações cívicas estabelecem com as instituições políticas formais do centro do sistema político, quanto com as instâncias informais da vida cotidiana, em diversos ambientes socioculturais” (MAIA, 2009, p. 107). Defendemos, portanto, que a análise do processo de construção do argumento em um contexto interconectado de arenas fornece subsídios para entender essas diferentes interfaces. É importante destacar que:

Sobre uma dada questão, os agentes sociais ou as fontes podem adotar diferentes formas de comunicação: alguns buscam manter o silêncio e retiram-se da comunicação pública; outros desenvolvem discursos monológicos e autorreferenciais; e outros, ainda, se referenciam reciprocamente, consideram as proposições de seus parceiros, dão respostas e/ou reformulam seus proferimentos diante das opiniões e dos juízos publicamente disponíveis. Entre estes que buscam justificar suas premissas e preferências perante as dos outros, estabelece-se uma troca argumentativa, publicamente sustentada, que pode desenvolver-se por meio de padrões deliberativos, com diferentes graus de razoabilidade, reciprocidade e revisibilidade de opiniões. (MAIA, 2009, p. 110)

Neste cenário, ressaltamos o papel midiático que vai além da visibilidade e das ações estratégicas, torna-se importante entender os media também como uma “arena discursiva, em que opiniões e argumentos são trocados e disputados” (MAIA, 2009, p. 113). Segundo Maia (2012), o papel da mídia pode ser de incentivo à troca de razões e de formação de um fórum cívico para o debate. Por isso, a relevância de incluí-la na análise, já que esta configuração possibilita “a investigação de ambientes cujos desenhos participativos criam oportunidades e

constrangimentos distintos e, ainda, cujos espaços conversacionais são interdependentes.” (MAIA et al., 2015).

Pretendemos também analisar como o debate é construído a partir dessa dinâmica. Mendonça (2006) afirma que a “rede argumentativa” criada e na qual os grupos acabam inseridos é que faz com que todo o processo de discussão apresente resultados e mobilize outros sujeitos. Quando nos debruçamos sobre esta perspectiva teórica, podemos pontuar duas reflexões diferentes, mas que se complementam: a) como os problemas diários são compartilhados pelos cidadãos até virarem uma demanda conjunta da sociedade como um todo e b) como a argumentação é colocada quando o coletivo está em contato com representantes do poder público. Sobre a relação do movimento com a esfera pública formal, Prudencio (2014) destaca que os argumentos se voltam para os governantes. A partir de um estudo feito sobre o Movimento Passe Livre (MPL), que possui bandeiras e modos de organização semelhantes ao do Tarifa Zero de Belo Horizonte, a autora afirma:

Por ser um movimento social com alguma organização, é possível esperar que a cada anúncio de aumento na tarifa do transporte público o MPL se manifeste, pois as estruturas de mobilização são mais facilmente acionadas. No caso da mobilização de 2013, o ambiente foi propício e novamente interpretado como oportunidade política para comunicar à sociedade o projeto do passe livre, ainda que a campanha tenha sido especificamente contra o aumento. Nessa interpretação, o adversário, claro, está nos governos municipais, com os quais estabelece o confronto e para onde se dirigem os argumentos. (PRUDENCIO, 2014, p. 96)

No nosso entendimento, a rede argumentativa possibilitada e fortalecida pelo grupo é a conexão entre os dois universos: o cotidiano e a problematização das questões na esfera pública. Isto é, “na medida em que a constelação discursiva disponível na esfera pública permite o cotejamento e o embate de argumentos, podem-se produzir perspectivas que ultrapassam as posições de atores específicos” (MENDONÇA, 2006, p. 82). Este percurso, no entanto, não é simples. Em um contexto ativista, o argumento forte e muitas vezes principal ataca diretamente o poder público. Frequentemente, reside aí a dificuldade de que ele seja socialmente aceitável. Assim, a rede argumentativa fica ainda mais complexa e a relevância do papel dos movimentos sociais ganha uma nova perspectiva.

O “toma lá dá cá da argumentação”, como bem coloca Mendonça, fica particularmente explícito nesses momentos de conflito. A construção de uma informação bem fundamentada é certamente um fator importante para que a luta não seja abafada. Assim, os membros dos grupos precisam investir em duas frentes. Eles precisam se informar o suficiente para gerar subsídios verdadeiros para o debate e ainda fortes o bastante para contraporem os diversos questionamentos institucionais que poderão sofrer. O princípio do melhor argumento

como teorizado por Habermas ganha nessa realidade uma aplicação evidente. O argumento tem que ser adequadamente construído, passível de ser aceito e, ainda, apresentar-se como melhor que outros argumentos concorrentes.

Mesmo com toda a dificuldade que se coloca diante dos ativistas, a rede argumentativa e a troca de razões é responsável por, nas palavras de Mendonça (2006), “alargar o conceito de política” ao ocupar papel central para a “constituição da democracia”. O que não quer dizer, necessariamente, “que os grupos com perspectivas distintas venham a eliminar suas diferenças ou a chegar a algum acordo democrático” (MAIA, 2009, p. 99). Daí o esforço desta pesquisa em unir autores que focam no estudo dos movimentos sociais e suas estratégias aos de herança deliberativa, uma vez que, eles evidenciam o poder da construção do argumento na democracia (DELLA PORTA, 2012). Independentemente da preferência política de determinado grupo ou cidadão, fornecer informações e avaliações que saiam do círculo institucional é importante para a democracia como um todo. Ser a voz dissonante é de uma grande importância para a construção do debate interno e externo ao grupo já que “paulatinamente, as questões tornam-se mais genéricas - e complexas - porque incorporam as perspectivas de vários atores” (MENDONÇA, 2006, p. 81). É nesse emaranhado de informações que o movimento social se coloca:

Nota-se a existência de um permanente processo de reapropriação reflexiva daquilo que é público, o que permite transformações na forma como as pessoas percebem o mundo. A ação em variados âmbitos interacionais permite a inserção de pessoas afetadas por um dado problema em um movimento de generalização e reindividualização dos argumentos, essencial para a renovação e sustentação da própria luta social. (MENDONÇA, 2006, p. 83)

É possível inferir, portanto, como reflete o autor, que a troca coletiva de razões, com base na generalização de justificações, permite a defesa de uma série de argumentos na esfera pública. É como se o debate interno ou promovido pelos grupos via redes sociais fosse uma espécie de ensaio para alcançar um novo patamar de discussão como a grande mídia. Nas palavras de Mendonça (2006), a ideia de um “ganho epistêmico” para a própria democracia desse processo por ter sido “formatado coletivamente” só pode ser compreendida quando observamos também os “fluxos deliberativos que permeiam os movimentos sociais”. Em resumo, “a troca de razões é essencial para legitimar certos cursos de ação, porque ela justifica e explica as escolhas feitas, além de atentar para as posições de todos os concernidos” (MENDONÇA, 2006, p. 89).

Nesse contexto, a conversação informal é lançada a um novo patamar. “O entrelaçamento das discussões políticas formais com as conversações cívicas informais permite

ver como a deliberação pode se tornar uma prática adaptada às experiências concretas de atores sociais e políticos” (MARQUES, 2009, p. 24). Em outras palavras, as trocas argumentativas cotidianas são extremamente importantes para a formação das demandas sociais dos cidadãos e, sob a perspectiva desta pesquisa, dos movimentos ativistas urbanos. Não podemos também entendê-la como “uma atividade restrita a um único contexto, nem como uma prática discursiva exclusiva e linear” (MARQUES, 2009, p. 19).

É importante para a dimensão que problematizamos também compreender a deliberação enquanto um processo comunicacional em constante construção (MARQUES, 2009). Como já explicitado, este espaço de compartilhamento e da construção da troca de razões tem três âmbitos nesta pesquisa: a) a página do movimento no Facebook, b) as reuniões semanais públicas e c) a mídia tradicional. Nosso objetivo é ver como essa “construção partilhada de entendimentos” é possibilitada por esses espaços ligados ao Tarifa Zero e como isso “prepara o caminho para decisões governamentais formais e para decisões coletivas, para além da decisão em si” (MANSBRIDGE et al., 2009, p. 209).

Não somos ingênuos, no entanto, de acreditar que, por se tratar de espaços incentivados por um movimento social, que há total igualdade de fala e posicionamento de todos os que se propõem a falar ou compartilhar um ponto de vista. Tais desigualdades também ocorrem nos demais locais de debate, em menor medida do que se compararmos, por exemplo, com os dois principais jornais impressos do Estado. Contudo, não é nosso objetivo fazer uma análise do que causa tais diferenças e como elas reverberam na tomada de decisões ou de oficialização de posicionamentos, uma vez que tal movimento renderia uma nova e extensa pesquisa.

Mas, como discutiremos ao longo da análise empírica do material, é possível perceber nuances dessas desigualdades em alguns momentos acerca do modo através do qual o Tarifa Zero constrói o debate sobre mobilidade urbana em Belo Horizonte. Como bem lembra Mansbridge (2009, p. 226), “a deliberação nunca está completamente livre do poder”. O que gera, portanto, essas desigualdades.

Ainda que existam essas diferenças, acreditamos que deslocar as experiências negativas vividas no âmbito privado para um espaço coletivo é o principal caminho para que haja mobilização em torno de causas que afetem um grande número de cidadãos nos grandes centros urbanos com a construção em grupo do conhecimento. Nos alinhamos a Maia e Marques (2008) no sentido de compreender que “a conversação e a discussão política sobre temas e assuntos publicamente relevantes exigem que os parceiros dialógicos construam seus pontos de

vista e sejam capazes de explicá-los e defendê-los ao se depararem com indagações alheias” (MAIA; MARQUES, 2008, p. 149).

4.2 Movimentos sociais na democracia vibrante: as críticas ao modelo deliberativo rígido

Iris Young (2001) propõe a revisão dos princípios deliberativos clássicos à luz de um cenário marcado por desigualdades de diversas ordens, desde a social passando pela política até alcançar a econômica. A autora chega à conclusão de que a ideia de troca de razões precisa ser aplicada ao universo de uma democracia vibrante, ainda que desordenada, nos termos de Habermas. Assim como defende Habermas, a preocupação de Young, naquele momento, é pensar como práticas não deliberativas contribuem para fazer avançar a democracia.

Nesta conceituação alternativa, os processos de comunicação democrática comprometida e responsável incluem demonstrações de rua, obras musicais, e desenhos, tanto quanto discursos parlamentares e cartas ao editor. Normativamente emblemática e democrática, a comunicação aqui muda de simplesmente uma vontade de dar razões para uma de reivindicações e ouvir os outros a um espaço de geração de influência da opinião pública. Nesta compreensão mais ampla, os participantes articulam recursos cabíveis à justiça e também expõem as fontes e consequências das desigualdades estruturais da lei, os termos hegemônicos do discurso e do ambiente da prática cotidiana. (YOUNG, 2001, p. 688, tradução nossa²¹)

Segundo a autora, a deliberação não é incompatível com outras formas de reivindicação de demandas de grupos ativistas. É também desse ponto que partimos para investigar as ações do movimento Tarifa Zero. A democracia vibrante à qual Young (2001) se refere ao citar Habermas é o espaço de inserção e atuação dos movimentos urbanos na atualidade. Fung (2001, p. 401, tradução nossa²²), por sua vez, lembra que “a deliberação não é tipicamente um fim justificado em si mesmo, mas um método político-institucional que é desejável em decorrência de seus avanços articulados aos valores políticos”. Característica essa que é necessária em qualquer regime democrático que valorize o cidadão e suas demandas. Mas o autor lembra, também, que é justamente aí que reside uma das grandes críticas aos deliberacionistas. A de que, em circunstâncias pouco favoráveis – seja por razões econômicas,

²¹ In this alternative conceptualization, processes of engaged and responsible democratic communication include street demonstrations and sit-ins, musical works, and cartoons, as much as parliamentary speeches and letters to the editor. Normatively emblematic democratic communication here shifts from simply a willingness to give reasons for one's claims and listen to others to a broader understanding of the generation and influence of public opinion. In this broader understanding, participants articulate reasonable appeals to justice and also expose the sources and consequences of structural inequalities in law, the hegemonic terms of discourse, and the environment of everyday practice.

²² Deliberation, then, is not typically a justified end in itself but rather a political-institutional method that is desirable because it advances other, commonly agreed upon political values.

sociais ou por qualquer outro motivo –, o modelo deliberativo apresenta falhas. Se não considerada a possibilidade de que ele seja adaptado a diferentes realidades, corre-se o risco de perder os benefícios que esse formato traz. “Levar a democracia deliberativa a sério como uma prática teórico-política relevante exige uma certa fé” (FUNG, 2001, p. 401).

É interessante observar, no entanto, que a perspectiva deliberativa que defende serem necessárias mudanças institucionais para se garantir justiça e igualdade de direitos para toda a população é extremamente válida em um contexto de ativismo. Isto é, os protestos podem ser feitos assim como os atos públicos que chamam a atenção da mídia e geram repercussão nas redes sociais. Mas as demandas precisam atingir também o poder formal para que de fato representem alterações perenes no dia a dia das pessoas.

Não necessariamente, porém, é preciso adotar critérios rígidos para aplicar ou observar como a deliberação se desenvolve, pois ela está presente no dia a dia dos movimentos sociais, em especial do Tarifa Zero de Belo Horizonte. A “fé” dita por Fung (2001) é necessária para que os princípios deliberativos como respeito mútuo e a construção do melhor argumento sejam considerados nos momentos de tensão, desacordo e diante do sentimento de que é possível modificar a realidade. Mas foram justamente as condições desfavoráveis da realidade que fizeram com que esses ativistas buscassem novas formas de se fazer política à maneira deles. O próprio Fung (2001) reconhece que as mudanças institucionais na realidade política fizeram com que partidos e movimentos sociais lançassem mão de métodos de não coerção e apostassem na deliberação para atingirem seus objetivos. Ele ressalva, portanto, que alguns componentes da dita “fé” são reais e podem ser observados e investigados:

O primeiro componente dessa fé é que a deliberação pode produzir bons resultados não apenas sob condições perfeitas de igualdade e profundo cometimento deliberativo entre os participantes, mas também sob condições reais. O segundo componente é que as circunstâncias que são hostis para a deliberação às vezes a torna mais agradável. Essas duas partes se conectam quando a deliberação é o ingrediente que está se desenvolvendo. (FUNG, 2001, p. 402, tradução nossa²³)

Estudos profundos buscam entender como a deliberação acontece em sociedades divididas. Isto é, como realidades em que existe uma clara divisão entre populações ou grupos específicos é possível alcançar acordo sobre aspectos que afetam a vida de todos igualmente por meio da troca de razões. Como contrapõe Fung (2001, p. 404, tradução nossa²⁴),

²³ The first component of that faith is that deliberation can produce good results not only under circumstances of perfect equality and deep mutual deliberative commitment but also under more realistic conditions. Its second component is that circumstances that are hostile to deliberation can sometimes be made more congenial. These two parts connect when deliberation is ingredient in improving its own background conditions.

²⁴ Deliberation under circumstances in which participants are eager to take each other’s arguments seriously, when all possess roughly equal capacities to deliberate, and everyone agrees to abide by the collective group choice is rare and enviable.

“deliberação em circunstâncias em que os participantes estão ansiosos para levar a sério os argumentos uns dos outros, quando todos possuem capacidades aproximadamente iguais para deliberar, e todo mundo concorda em cumprir a escolha coletiva, é algo raro e invejável”. No entanto, diversos pesquisadores investem em experimentos nos quais esses grupos são colocados para debater, com uma preparação prévia ou não sobre o assunto. É interessante observar que mesmo populações com divisões evidentes como a linguística podem seguir os princípios deliberativos como o respeito mútuo e ter altos níveis de justificação, como revela o estudo feito por Didier Caluwaerts e Dimokritos Kavadias (2014) na Bélgica com grupos linguísticos diferentes.

Nesse contexto, defendemos que é preciso observar como esses “experimentos” ocorrem em situações reais, em que os sujeitos se colocam no debate com o intuito de ajudar uns aos outros, mas diante de temas extremamente controversos. No caso do Tarifa Zero, por exemplo, seus integrantes estão desafiando o poder público em diversos momentos para terem suas reivindicações atendidas. E tendo que lidar ainda com os desafios da mobilização e da atração de novos ativistas.

Para Fung (2001), os movimentos sociais apostam nas formas deliberativas de tomada de decisão porque as consideram a melhor maneira de se organizarem eficientemente ou por acreditarem que o modelo não hierárquico de estrutura do grupo é um formato que eles mesmos desejam que fosse aplicado em suas cidades, Estados e países. Ou seja, além da eficiência para alcançarem os objetivos comuns ou mesmo tomarem decisões difíceis, o modelo deliberativo e horizontal é a projeção do que eles desejam politicamente. Fung (2001, p. 416, tradução nossa)²⁵ conclui, de maneira positiva, que “o ativismo deliberativo oferece uma dica de como é possível praticar a democracia deliberativa em face da desigualdade e da hostilidade sem ser um tolo político”.

Concluimos, assim, que as transformações provocadas pelos ativistas podem ser ainda mais profundas na sociedade e causarem uma verdadeira mudança de mentalidade, como coloca Mansbridge (2009). Já que novas ideias passam a circular nos meios que integram os membros de movimentos sociais e o cidadão comum, como na página do Tarifa Zero no Facebook. E partimos da premissa de que essa conversação é cada vez mais alimentada na atualidade pela troca de argumentos dos grupos que lutam por direitos para os cidadãos. Apostamos, portanto, na capacidade de grupos mobilizados promoverem a circulação de ideias

²⁵ Deliberative activism offers an account of how it is possible to practice deliberative democracy in the face of inequality and hostility without being a political fool.

que podem realizar mudanças na sociedade e, ainda, incentivar os cidadãos a buscarem seus direitos de maneira racional e socialmente aceitável.

Depois de destacar alguns dos autores que pensam a construção do argumento e de problematizar o modo pelo qual a argumentação é relevante em um contexto ativista, passamos, no próximo capítulo, a compreender as características de cada arena. Destacaremos pontos em cada um dos espaços de análise – na mídia, no Facebook e nas reuniões face a face - que auxiliam na compreensão dos dados encontrados na análise empírica, que será mostrada nos capítulos seguintes.

5 OS DIFERENTES AMBIENTES PARA AÇÕES ATIVISTAS: MÍDIAS DIGITAIS, REUNIÕES FACE A FACE E A MÍDIA

Neste capítulo, fazemos uma caracterização teórica de cada arena com base nos autores que refletem acerca do potencial do ambiente virtual, da mídia e dos encontros presenciais. No primeiro tópico, apresentamos como as mídias sociais digitais se relacionam com o ativismo do Tarifa Zero de Belo Horizonte. Buscamos um ponto de vista que não exalte em excesso o potencial da internet, mas que reconheça o seu valor para conectar pessoas e reforçar a mobilização. Na segunda parte, refletimos acerca da mídia e de como a cobertura jornalística dos principais jornais e portais do estado influenciam ações, discursos dos integrantes do coletivo e percepções dos cidadãos. No terceiro e último tópico, destacamos como o modelo clássico de mobilização face a face é fundamental para a criação de laços e para a construção coletiva do conhecimento.

Bennett e Segerberg também ressaltam a relevância da conexão entre os diferentes ambientes. Mesmo quando colocam as novas tecnologias no centro das mobilizações, o ambiente offline possui grande relevância para as ações ativistas, como explicitado na seguinte passagem: “as tecnologias não apenas criaram locais de encontro e coordenação de atividades ‘offline’, mas também ajudam a calibrar relações pessoais estabelecendo níveis de transparência, privacidade, segurança e confiança interpessoal”. Elas também possibilitam “gravar memórias ou repertórios de ação” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 760, tradução nossa)²⁶. Memórias e repertórios de ações que são criados a partir das atividades offline também, como os atos de rua, e depois “gravados” nas páginas dos jornais, por exemplo. Ou seja, cada esfera se relaciona de uma maneira com o ativismo e elas ainda possuem conexão entre si.

5.1 As mídias digitais e o ativismo

A discussão sobre o poder da internet em mobilizar os cidadãos é exaltada por alguns autores e vista com uma certa desconfiança por outros. Sem dúvida alguma, as redes sociais mudaram as possibilidades de politização dos mais diversos assuntos que atingem o dia a dia das pessoas. Contudo, têm sido relativizadas também sob o ponto de vista de que podem simular um falso ativismo, que não rompe as barreiras digitais e que não confronta o poder por meio das formas tradicionais, como protestar nas ruas. Alguns autores, no entanto, têm uma

²⁶ These technologies not only create online meeting places and coordinate offline activities, but they also help calibrate relationships by establishing levels of transparency, privacy, security, and interpersonal trust.

visão um pouco mais pessimista sobre a capacidade de as mídias sociais alcançarem outros públicos que não sejam aqueles que já se solidarizam com os movimentos e suas mobilizações, por exemplo. Acreditamos que é preciso não colocar as possibilidades geradas pelas mídias sociais em uma perspectiva exageradamente positiva. Porém, também entendemos que é preciso nos debruçar sobre elas para entender as modificações e suas limitações dentro de um contexto social específico, como é o caso do Tarifa Zero em Belo Horizonte. Fato é que as mídias sociais digitais transformaram a capacidade e a potencialidade comunicativa dos movimentos sociais (DELLA PORTA; DIANI, 2006; DELLA PORTA, 2012). Nesse sentido, é importante destacar que outras formas de comunicação são promovidas, como reuniões presenciais e a comunicação mediada pelas grandes empresas de comunicação.

Alinhamo-nos, portanto, aos autores que, como Peter Dahlgren e Nick Couldry, refletem acerca de uma análise contextualizada do uso da internet. “A tecnologia em si é extremamente importante, obviamente, mas precisa ser compreendida enquanto adaptada para o uso de certos atores; ela não opera como uma força histórica independente” (DAHLGREN, 2015, p. 30, tradução nossa).²⁷ A grande questão é se as novas tecnologias favorecem, incentivam e solidificam o engajamento político dos indivíduos na sociedade atual. E, mais uma vez, é o contexto social que pode nos fornecer alguma resposta, segundo Couldry “O engajamento político não é um fenômeno isolado, tem raízes profundas e subjacentes nos contextos sociais” (COULDRY, 2015, p. 44, tradução nossa)²⁸.

Para isso, lançamos de mão de algumas reflexões sobre a internet que inserem a rede social em um cenário amplo de pesquisa. Primeiro, abordamos a relação entre o uso das novas mídias, os contextos sociais e a importância do compartilhamento de significados para as mobilizações. Destacamos ainda o conceito de “esfera pública online” (DAHLGREN, 2015) e as tematizações dos problemas na página do Facebook do Tarifa Zero da capital. Apresentamos também as ideias de W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg da “lógica da ação conectiva”, texto de 2012 que virou referência para os estudos de comunicação e internet. E, por fim, observamos a interface entre a utilização das plataformas virtuais e os jogos de poder que se configuram nesses espaços.

O aprofundamento na realidade em questão é o que fornece significado para a forma com que a mídia social está sendo utilizada. São os acontecimentos que revelam o porquê de

²⁷ The actual technology itself is of course highly relevant, but it must be understood as being adapted for particular uses by certain actors; it does not operate as an independent, a historical force.

²⁸ Political engagement is not an isolated phenomenon but has deep roots in underlying social contexts (of empowerment or disempowerment).

determinada mensagem, argumentação, modo de ser divulgada e possivelmente compartilhada. Por isso, concentramo-nos em identificar três momentos chave da articulação do coletivo como ponto de partida para a análise. Partimos do contexto social para compreender o papel da internet para o movimento. Nesse sentido, buscamos entender como o cidadão se identifica com a causa e cria o que Dahlgren chama de “identidade cívica”, ao afirmar que:

Para as pessoas participarem politicamente, para engajar em espaços cívicos, elas têm que ter a possibilidade de ver o engajamento como significativo e possível. Em outras palavras, as pessoas precisam de uma espécie de empoderamento da identidade cívica. Mas essas identidades não podem aflorar no vácuo, elas precisam ser nutridas no que eu chamo de ‘culturas cívicas’. (DAHLGREN, 2015, p. 30, tradução nossa)²⁹

A definição e a divulgação declaradas de lutas por causas específicas dos movimentos sociais no ambiente virtual são responsáveis por ampliar a possibilidade de os grupos ativistas angariarem mais apoiadores. A partir do momento em que se colocam na internet como porta-vozes de uma bandeira, os ativistas se posicionam como novos atores políticos, como afirma Nick Couldry:

“Política digital envolve novas formas de atores políticos individuais: não mais apenas o líder do partido, ou o jornalista comentarista, ou o demonstrador em uma multidão, mas o individual – sem qualquer autoridade política inicial – que pode de repente adquirir status como um ator político online” (COULDRY, 2015, p. 41, tradução nossa)³⁰.

Não apenas o integrante do coletivo pode ser tornar um ator político, mas o próprio cidadão que se identifica com a causa. Ele passa a fazer parte de um extenso e complexo processo de significação iniciado pelo coletivo e pode dar voz ao que acredita ser justo em suas redes sociais pessoais, em seu círculo específico de relacionamentos.

A capacidade de tematização de problemas cotidianos (MENDONÇA, 2006) ganha uma nova perspectiva nas reflexões de Dahlgren. O autor reflete acerca do que chama de “esfera pública online”. O tradicional conceito de esfera pública enquanto um espaço comunicativo ideal, onde a troca de razões possibilita o desenvolvimento da opinião pública (DAHLGREN, 2015), ganha uma nova dimensão quando contextualizado no ambiente virtual. Ou seja, a natureza fundamentalmente comunicacional das mídias digitais somada à capacidade de problematização dos mais diversos temas resulta na noção de “esfera pública online”. No caso dos coletivos, essa tematização é o primeiro passo para a mobilização. Assim como o autor,

²⁹ For people to participate politically, to engage in civic spaces, they must be able to see engagement as both possible and meaningful. In other words, people need some kind of an empowering civic identity. Yet such identities cannot flourish in a vacuum; they need to be nourished by what I call ‘civic cultures’.

³⁰ Digital politics involves new kinds of individual political actors: no longer just the party leader, or the journalist commentator, or the demonstrator in a crowd, but the individual – without any initial political authority – who can suddenly acquire status as a political actor online.

Della Porta e Diani acreditam que a internet possui papel essencial para “multiplicar os espaços de troca de ideias, promover entendimento mútuo e desenvolver uma esfera pública múltipla e crítica” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 44, tradução nossa)³¹. Dessa forma, importante é utilizar o que cada meio digital proporciona de maneira estratégica, como resume Dahlgren:

No que diz respeito às mídias sociais, diferentes plataformas podem oferecer diferentes formas de participação cívica. Por exemplo, um grupo ativista pode precisar: (1) discutir internamente ideias e debates; (2) desenvolver identidades coletivas; (3) mobilizar membros; (4) esforçar-se para chegar a novos membros; (5) tentar obter cobertura de mídia de massa; e (6) coordenar no local durante uma demonstração. O Facebook pode muito bem servir (1) e (2), o Twitter pode ser muito útil para (3) e (5), o YouTube pode ser útil para (4) e as chamadas de celulares e SMS são especialmente úteis para (6). Não existe nada fechado e rápido aqui, mas é preciso estar atento sobre como plataformas diferentes também oferecem possibilidades diferentes, e como isso pode formatar padrões de uso de configurações específicas. (DAHLGREN, 2015, p. 30, tradução nossa)³²

Nesta pesquisa, olhamos especificamente para o Facebook, mas essa reflexão do autor nos fornece a noção de como é importante para os coletivos pensarem estrategicamente em como cada plataforma pode beneficiá-los, como cada uma delas cria um repertório específico de ação, nos termos de Alice Mattoni (2013). Dessa forma, torna-se menos complexo lidar com o desafio constante de conquistar e manter a audiência (DAHLGREN, 2015), principalmente se destacarmos a capacidade em potencial das mídias digitais no âmbito da convergência, como afirma Papacharissi (2011, p. 305, tradução nossa):

A arquitetura da tecnologia destas plataformas de interação em rede baseia-se em princípios de convergência, que permitem conexões múltiplas e sobrepostas entre variedades de diferentes esferas sociais. As plataformas ou espaços sociais sustentados por tecnologias convergentes acentuam a confluência, flexibilidade e reflexividade dos conteúdos midiáticos³³

As potencialidades da internet para as mobilizações têm instigado pesquisadores de todo o mundo a entendê-la em seus mais diferentes âmbitos. W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012) se propõem a isso ao pensarem a “lógica da ação conectiva”. Apesar de tomarem como exemplo os grandes movimentos internacionais como a Primavera Árabe e o

³¹ Multiply the spaces for exchanging ideas, mutual understanding and develop a multiple and critical public sphere.

³² In regard to social media, different platforms can offer different forms of civic participation. For example, an activist group may need to: (1) internally discuss ideas and debate; (2) develop collective identities; (3) mobilize members; (4) strive to reach out to new members; (5) try to get mass media coverage; and (6) coordinate on site during a demonstration. Facebook could well serve (1) and (2), Twitter may be very serviceable for (3) and (5), YouTube might be useful for (4), and mobile phone calls and SMS texts be especially useful for (6). There is nothing hard and fast here, yet one should be aware of how different platforms offer divergent affordances, and how this may shape the patterns of use in specific settings.

³³ The architecture of the technology that belies these networked platforms of interaction rests upon principles of convergence, which enable multiple and overlapping connections between varieties of distinct social spheres. The social platforms or spaces sustained by convergent technologies accentuate confluence, flexibility, and reflexivity of media content.

Occupy Wall Street, algumas das reflexões trazidas por eles podem ser aplicadas ao tema em evidência nesta pesquisa para compreender, principalmente, como os coletivos podem mobilizar milhares de pessoas nas ruas, nas redes sociais e ainda tentar obter sucesso com o poder formal. Para os autores, as chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação são centrais nos processos de mobilização atuais.

Para isso, é preciso compreender dois conceitos fundamentais, de acordo com os autores: o de individualização e o de personalização. Ambos se relacionam com o intenso compartilhamento de informações em rede pelas pessoas, ainda que não estejam ligadas claramente a um grupo específico (individualização), mas que acreditam em determinada causa e, por isso, publicam o tema em seus perfis no Twitter ou Facebook, por exemplo (personalização). Segundo os teóricos, “a chave da ação conectiva é a formação do elemento de compartilhamento: a personalização que leva à ação e possibilita a distribuição pelas redes sociais” (BENNETT; SEGERBERG, 2012, p. 753, tradução nossa)³⁴. Acreditamos que entender as ações de contestação e reivindicação de pautas dos movimentos por meio da “lógica da ação conectiva” pode ser frutífero porque o perfil do Facebook do grupo é a principal forma de convocação e compartilhamento de ideias. Ideias essas que são “recompartilhadas” por centenas de pessoas que não necessariamente fazem parte do coletivo. Ação essa de extrema importância para o reconhecimento que o Tarifa Zero adquiriu hoje na cidade. Os dois conceitos, trazidos pelos autores, têm relação direta com o fluxo de conexão das mídias sociais digitais apontado por Papacharissi (2011, p. 306, tradução nossa) como:

O elemento comum entre todos esses pontos de acesso é que eles possuem uma esfera privada de interação, o que significa que o indivíduo se envolve socialmente através de um ambiente de mídia privada localizado dentro do espaço pessoal e privado do indivíduo. Esta esfera privada de interação social é estabelecida retoricamente pelo indivíduo, utilizando as geografias existentes e imaginadas de lugar³⁵.

Depois da análise do ambiente virtual, passamos a caracterizar os media e a relação que estabelecem com os ativistas.

5.1.1 *Jornalismo e ativismo*

³⁴ The linchpin of connective action is the formative element of ‘sharing’: the personalization that leads actions and content to be distributed widely across social networks.

³⁵ The common element, however, among all these access points is that they command a private sphere of interaction, meaning that the individual engages socially through a private media environment located within the individual’s personal and private space. This private sphere of social interaction is rhetorically established by the individual by utilizing existing and imagined geographies of place.

A ascensão de novas formas de mídia nos últimos anos, como apontam Bennet e Segerberg, e, com isso, a possibilidade de uma nova forma de divulgação de informações sobre os movimentos sociais, lançou um novo ponto de vista sobre a relevância do sistema midiático em um contexto de mobilização. Como afirmam Della Porta e Diani, “o controle da mídia e da produção simbólica se tornam ambas essenciais premissas para qualquer tentativa de mobilização política e fonte autônoma de conflito” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 220, tradução nossa)³⁶. Para o Tarifa Zero de Belo Horizonte, a cobertura dos veículos tradicionais tem grande importância. A todo momento seus integrantes destacam as matérias que fazem referência às suas ações e como alcançar a cobertura jornalística por meio de mobilizações específicas, que não sejam necessariamente protestos de rua. Durante as reuniões, longas horas são dedicadas às discussões de atividades que possam repercutir nos media como forma de divulgar o próprio grupo ou algum fato que está sendo denunciado por seus integrantes, como as irregularidades apontadas sobre o aumento das tarifas.

Os autores que se dedicam a entender a importância dos media para a configuração da sociedade destacam o papel dos profissionais da notícia na esfera pública. Por isso, consideramos primordiais as reflexões que evidenciam o potencial da cobertura midiática para as mobilizações como um todo. Maia (2009, p. 91) destaca que:

A fim de ampliarem sua influência, as associações cívicas e os movimentos sociais devem procurar atingir diferentes agendas: a dos meios de comunicação, a dos partidos políticos e a dos corpos parlamentares e administrativos. Através dos media, as questões e causas de atores cívicos podem alcançar uma audiência muito mais ampla do que seria possível por meio de ações diretas. Os media contribuem para inserir temas na agenda pública, para configurar a percepção que os cidadãos têm das questões-chave da política e, também, para construir o senso que as autoridades políticas formam sobre a reação dos cidadãos.

Os veículos midiáticos, a partir do enquadramento que selecionam para tratar determinado tema, ajudam na formulação de opiniões e julgamentos. Construções que têm potencial para pressionar governantes e as tomadas de decisão formais no país, como pode ser avaliado na seguinte passagem de Habermas (2006, p. 415):

[...] existem dois tipos de atores sem os quais nenhuma esfera pública política poderia funcionar: os profissionais do sistema dos media – especialmente os jornalistas que editam as notícias, relatos e comentários – e os políticos que ocupam o centro do sistema político, e são tanto co-autores quanto destinatários das opiniões públicas.

Habermas coloca a atividade jornalística no centro do debate e no mesmo patamar de outros setores fundamentais para as tomadas de decisão. Maia, portanto, apresenta essa

³⁶ Control of the media and symbolic production therefore becomes both an essential premise for any attempt at political mobilization, and an autonomous source of conflict.

relação exemplificada na “busca pela agenda dos media”. “Os atores da sociedade civil buscam ganhar a agenda dos media, com o propósito de interferir nas dinâmicas de formulação e aplicação de leis, na produção de decisões administrativas, na configuração de políticas públicas e nos processos de prestação de contas” (MAIA, 2009, p. 108).

Dessa forma, compreender a dinâmica midiática enquanto influenciadora de todo o sistema é importante para os estudos sobre ativismo. Maia, ao realizar um panorama das teorias acerca dos movimentos sociais e como cada um deles se relaciona com a perspectiva midiática, evidencia que esse relacionamento estabelece novos “sentidos compartilhados”:

Assim como os autores da mobilização política, os adeptos das teorias da identidade coletiva e do reconhecimento mostram-se cientes de que os atores cívicos precisam travar lutas competitivas para ganhar acesso aos media de massa, passar pelos crivos das rotinas jornalísticas que tendem a ignorá-los, a fim de promover a comunicação com amplas audiências. Reconhecem que as ações estético-expressivas utilizadas pelas organizações dos movimentos sociais são fundamentais para chamar a atenção dos profissionais dos media e do público em geral. Dão a entender, contudo, que as ações dramáticas desempenham outras funções, além dessas estratégicas. Ao criar ‘surpresas’ ou ‘choques’, muitas ações estético-expressivas desestabilizam formas convencionais de interpretação e, assim, ajudam a criar aberturas para a tematização de tópicos previamente silenciados ou negligenciados. Não há regras para romper com convenções e alterar aquilo que os movimentos sociais consideram injusto ou restritivo. Contudo, autores da identidade coletiva e do reconhecimento enfatizam a importância do diálogo crítico e recíproco para sustentar novos entendimentos, a fim de processar, de algum modo, o desacordo moral e, assim, criar novos sentidos compartilhados na sociedade. (MAIA, 2009, p. 102)

Importante destacar que os enquadramentos midiáticos dependem de uma série de fatores, que não têm relação direta com a força do melhor argumento defendida por Habermas, por exemplo. Por isso, Maia (2009, p. 109) ressalta que “a sequência das trocas argumentativas não segue um curso que obedece à vontade dos atores sociais ou das fontes, mas, ao invés disso, resulta dos recursos utilizados pelos profissionais da mídia para construir as notícias, as reportagens e os comentários”. Nesse sentido, podemos considerar que, para os movimentos sociais buscarem seus objetivos, é fundamental que mantenham uma relação constante de interface com os diferentes setores. Para Maia (2009, p. 91), são eles: “a dos meios de comunicação, a dos partidos políticos e a dos corpos parlamentares e administrativos”. Além das possibilidades de alcance de uma audiência ampla e diversa, a autora enfatiza a influência das construções midiáticas na reação dos cidadãos. “Os media contribuem para inserir temas na agenda pública, para configurar a percepção que os cidadãos têm das questões-chave da política e, também, para construir o senso que as autoridades políticas formam sobre a reação dos cidadãos” (MAIA, 2009, p. 91). Por isso, argumentamos a favor da análise dos diferentes ambientes e revelamos, no tópico seguinte, o papel das reuniões presenciais do grupo.

5.1.2 *As reuniões face a face e a consolidação das ações e dos discursos*

Reforçamos a relevância das reuniões para a elaboração coletiva do conhecimento entre cidadãos já inseridos no contexto ativista e aqueles atraídos pelos chamamentos das assembleias no Facebook.

Para subsidiar teoricamente a nossa reflexão acerca desses momentos face a face, recorremos a John Parkinson (2012). O autor faz a conexão entre os espaços públicos e a democracia com o enfoque em como a “proximidade encoraja interação e o desenvolvimento da comunidade” (PARKINSON, 2012, p. 73, tradução nossa).³⁷ Apesar da força das redes sociais, a pesquisa revela que é no momento da fala e da troca de ideias que as razões são desenvolvidas. Ainda que os argumentos não se apresentem com todos os elementos necessários para se caracterizarem como tal dentro da perspectiva teórica e metodológica utilizada no estudo.

Na maior parte de sua obra intitulada de *Democracia e o espaço público: os espaços físicos da performance democrática* (PARKINSON, 2012, tradução nossa)³⁸, Parkinson aborda as reuniões formais dos parlamentos de países como Estados Unidos. No caso do Brasil, seriam as sessões da Câmara Federal e do Senado ou, ainda, aquelas realizadas nas Câmaras Municipais e nas Assembleias Legislativas Estaduais. A reflexão sobre o potencial dos encontros presenciais perpassa todo o livro. Por esse motivo, embasamo-nos no autor para reafirmar o modelo de assembleia. Como destaca Parkinson (2012, p. 94, tradução nossa): “vários estudiosos da democracia e da tomada de decisões argumentam que o engajamento face a face continua importante porque torna a comunicação mais fácil e o desacordo mais difícil”³⁹.

Além de encorajar a participação e a mobilização, segundo o autor, existe ainda o simbolismo em relação ao espaço onde ocorre a reunião. No caso das três reuniões analisadas na pesquisa, elas foram realizadas em prédios da Universidade Federal de Minas Gerais, que possuíam entrada liberada na época: a Escola de Direito e a Escola de Arquitetura. Além de serem referências de conhecimento e inclusão, esses espaços também remetem a lutas democráticas contra a ditadura brasileira, por exemplo. Ambas as escolas foram emblemáticas na resistência durante o regime militar. Nesse sentido, nos alinhamos a Parkinson quando o estudioso enfatiza a relevância dos símbolos no comportamento político:

³⁷ Proximity encourages interaction and the development of community.

³⁸ Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance.

³⁹ Many scholars of democracy and decision-making argue that face-to-face engagement remains important because it makes communication easier and dissembling harder.

O jeito que as formas atuam como símbolos, ancora pontos de memórias e identidades. Porque isso importa não é frequentemente explicado na literatura, mas basicamente a reivindicação nas entrelinhas é que: pontos físicos de memória ajudam as pessoas a pensarem que pessoas como elas são levadas a sério pela coletividade, o que tem grande peso para a eficácia política. (PARKINSON, 2012, p. 74, tradução nossa)⁴⁰

Assim como os protestos e atos de rua, segundo Parkinson, os encontros face a face auxiliam na construção da noção de coletividade ao inserir o indivíduo em grupo de outros cidadãos que reivindicam algo. Essa identificação mais aprofundada é possibilitada pelos encontros semanais do Tarifa Zero de Belo Horizonte. Como reflete Parkinson:

O senso de comunidade importa porque o ‘nós’ é necessário para a funcionalidade das políticas democráticas. Um determinado indivíduo é muito menos propenso a levar a sério a reivindicação de outra pessoa seriamente, quando são processadas publicamente, se esse indivíduo não considera o outro como alguém em quem ele está conectado por laços de identidade ou interesse comum. (PARKINSON, 2012, p. 74, tradução nossa)⁴¹

Enfatizamos que as reuniões, portanto, possuem um caráter pragmático no sentido de serem um espaço para as tomadas de algumas decisões e definições sobre estratégias, mas também abrangem um caráter simbólico apontado por Parkinson. Aspecto que é relevante para assegurar os próximos passos da mobilização, para renovar os integrantes do Tarifa Zero de Belo Horizonte e as ideias acerca das iniciativas ativistas.

Depois de analisar as características de cada arena sob o ponto de vista teórico, seguimos para a análise empírica desses espaços, a partir da proposta de investigar a construção argumentativa em cada um deles. Nos próximos capítulos, abordaremos o modelo metodológico desenvolvido para a investigação, o recorte selecionado e os dados obtidos em conformidade com as etapas estabelecidas para a codificação do material coletado.

⁴⁰ The way that forms act as symbols, anchor points for memories and identities. Why this matters is not often well-spelled out in the literature, but basically the underlying claim is this: physical anchor points of memory help people to think that people like them are taken seriously by the collective, which in turn matters for political efficacy.

⁴¹ It also matters because of the sense of commonality, of ‘we’, that is necessary for the functioning of democratic politics. One is less likely to take another’s claims seriously when they are pressed in the public realm if one does not consider the ‘other’ to be someone to whom one is linked by bonds of identity or common interest.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, focalizamos as construções dos argumentos em textos escritos e em falas de membros do Movimento Tarifa Zero. Atentamo-nos, portanto, às propostas mais recentes e inovadoras a respeito dos movimentos sociais. Por isso, propomos a análise de ambientes diferentes, online e offline, para abarcar a complexidade do fenômeno.

6.1 Introdução: panorama sobre as práticas de pesquisa acerca dos movimentos sociais

A investigação combina métodos quantitativos e qualitativos, como defendem alguns dos principais pesquisadores da área:

Se o nosso objetivo é compreender melhor a natureza complexa e em constante mudança dos fenômenos que estudamos - política contenciosa -, as questões que pedimos não devem ser limitadas por constrangimentos metodológicos. Devemos estar dispostos a usar e aprender várias maneiras de coletar os vários tipos de dados freqüentemente necessários para responder às questões multifacetadas que investigamos. Nosso ponto de vista decorre de nossas próprias experiências de pesquisa, que demonstraram que as respostas aos problemas que exploramos teriam sido incompletas, se tivéssemos interrompido seus respectivos componentes quantitativos ou qualitativos. (AYOUB; WALLACE; ZEPEDA-MILLÁN, 2014, p. 91, tradução nossa)⁴²

Encontrar o formato que mais se encaixava nesta pesquisa foi um desafio. A investigação sobre movimentos sociais em si não tem procedimentos metodológicos óbvios. Ademais, para investigar arenas diferentes, *online* e *offline*, tivemos que fazer um planejamento menos comum dentro dos estudos da área. Como avalia Lorenzo Mosca (2014, p. 401, tradução nossa), “O surgimento de um novo domínio de contenção sem fronteiras, como a esfera on-line, que está estritamente interligado com o ambiente offline torna a amostragem ainda mais problemática”⁴³.

Se, no início, a intenção era focar nas estratégias dos movimentos e também nos argumentos usados, percebemos que abarcar tudo em apenas uma pesquisa colocaria em risco a análise propriamente dita. Por isso, decidimos focar nos argumentos, já que estes são um dos pontos fortes do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. A preocupação com a justificação de demandas pode ser comprovada por meio da aposta que seus integrantes fazem no

⁴² If our objective is to better understand the complex and constantly changing nature of the phenomena we study—contentious politics—then the questions we ask should not be limited by methodological constraints. We must be willing to use and learn multiple ways of collecting the various types of data often required to answer the multifaceted questions we investigate. Our view stems from our own research experiences, which have demonstrated that the answers to the problems we explored would have been incomplete, had we stopped at their respective quantitative or qualitative components.

⁴³ The emergence of a new domain of borderless contention, like the online sphere, that is strictly intertwined with the offline environment makes sampling even more problematic.

convencimento com o Poder Judiciário. Os próprios ativistas deixam claro, em suas observações ao longo das reuniões, que essa não é uma característica comum dos demais movimentos da cidade e que até motiva críticas de outros coletivos. Sendo assim, sem argumentos fortes, não poderiam apelar para a Justiça para alcançar alguns dos seus objetivos. Em relação às estratégias de ação do movimento, ainda que não sejam nossa prioridade, elas perpassam a análise qualitativa que fazemos dos dados obtidos quantitativamente. Constatamos que a vertente baseada prioritariamente na argumentação ainda é pouco explorada nos estudos. Já aquela que se concentra nas estratégias tem sido bastante explorada no país e ao redor do mundo, como afirmam os autores:

Por conseguinte, por tentativa única ou conjunta de utilizar múltiplas fontes de dados e métodos de coleta para responder a diferentes aspectos de questões vitais, nós, estudantes de movimentos sociais, devemos nos empurrar para sermos tão inovadores, flexíveis e engenhosos quanto os ativistas que estudamos. (AYOUB; WALLACE; ZEPEDA-MILLÁN, 2014, p. 92, tradução nossa)⁴⁴

Buscamos diversas fontes de práticas metodológicas que pudessem nos mostrar um caminho que correspondesse ao nosso *mix* de análise e, de cada uma, absorvemos o que poderíamos aplicar na investigação do Tarifa Zero de Belo Horizonte. Enquanto Phillip Ayoub, Sophia Wallace e Chris Zepda-Millan (2014) enfatizam a Triangulação para o estudo dos movimentos sociais, Lasse Lindekilde (2014) destaca a Análise do Discurso. Ele afirma que um dos pontos dessa prática que podem ser aplicados a diversas propostas de metodologia é a atenção que os movimentos sociais precisam ter em relação ao *modus operandi* da mídia, especialmente as práticas textuais. Ao se adequarem a esse tipo de característica, podem tornar a comunicação mais efetiva.

O autor afirma ainda que os discursos não são estáticos ao longo dos anos e, conforme a mudança ocorrida, podem ser benéficos aos movimentos sociais. “Tais mudanças na ordem dos discursos seriam então refletidas em oportunidades e restrições parcialmente novas sobre práticas discursivas subsequentes no campo” (LINDEKILDE, 2014, p. 205, tradução nossa).⁴⁵ Apesar de apoiarmo-nos em um pesquisador que defende a adoção das técnicas da análise do discurso para a pesquisa dos movimentos sociais, não é essa a nossa proposta – ainda que focalizemos a textualidade do ativismo. Interessa-nos aqui o que o pesquisador chama de “métodos inovadores” diante das oportunidades e práticas discursivas,

⁴⁴ Accordingly, by either solely or jointly attempting to use multiple data sources and collection methods to answer different aspects of vital questions, we students of social movements should push ourselves to be as innovative, flexible, and resourceful as the activists we study.

⁴⁵ Such changes in the order of discourses would then be reflected in partly new opportunities and constraints on subsequent discursive practices in the field.

que ocorrem “quando os atores de movimentos sociais usam vários gêneros discursivos existentes, como o anúncio, de formas inovadoras ou inventam novos, como acontecimentos de rua, e combinam essas práticas com misturas inovadoras” (LINDEKILDE, 2014, p. 204, tradução nossa)⁴⁶.

Nos próximos tópicos, apresentamos o recorte do material, a proposta metodológica em detalhes e as justificativas para tais seleções. Apresentamos também alguns exemplos, já que a codificação se divide em três eixos diferentes. Acreditamos que a exemplificação facilitaria a identificação do que estamos chamando de argumento no material selecionado sobre o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. Finalizamos essa introdução sobre os caminhos metodológicos da pesquisa com uma observação de Mosca (2014, p. 413, tradução nossa): “em conclusão, é claro que precisamos de dados offline para interpretar dinâmicas sociais e políticas online. Mas é igualmente verdade que o fenômeno offline seria impossível de entender sem estudar seriamente o ambiente on-line”⁴⁷.

6.2 Recorte de análise e critérios de coleta

Para esta pesquisa, são consideradas três esferas diferentes de interação: os debates face a face, por meio das reuniões semanais do coletivo, a página no Facebook do grupo (intitulada de “Tarifa Zero BH”) e também a mídia tradicional, por meio dos jornais *Estado de Minas* e *Jornal O Tempo*, além de seus respectivos portais.

A princípio, os portais não seriam incluídos, mas observamos que uma parte considerável da cobertura sobre os protestos e a polêmica diante do reajuste das passagens de ônibus foi feita no ambiente online, inclusive, com mais espaço e variedade de análise sobre os temas relacionados. Muitas vezes, o que nos *sites* se desdobrava em outras matérias, no impresso, acabava com pouco espaço e de maneira bastante resumida.

Além dos canais midiáticos, iremos investigar como o movimento também busca visibilidade para suas ações e constrói argumentos no Facebook. A página “Tarifa Zero BH” foi criada em meados de 2013, na mesma época em que o *site* oficial do coletivo foi ao ar e também o Twitter. Vale destacar que o Twitter não será pesquisado porque ele apenas reproduz o conteúdo do que é postado no Facebook, ou seja, claramente, o coletivo aposta na interação

⁴⁶ When social movement actors use various existing discursive genres, like the ad, in innovative ways or invent new ones, like street happenings, and combine these practices with innovative mixes.

⁴⁷ In conclusion, it is clear that we need offline data to interpret online social and political dynamics; but it is equally true that offline phenomenon would be impossible to understand without seriously studying the online environment.

possibilitada por essa rede social. Principalmente nos momentos de intensa mobilização e polêmica no debate sobre a mobilidade urbana em Belo Horizonte, as postagens chegam a receber quase mil curtidas e mais de 250 compartilhamentos. No total, a página possuía, em janeiro de 2017, 21.300 curtidas. Como forma de comparação, a página do Movimento Passe Livre de Porto Alegre – organização com ideais bem similares ao que o coletivo em análise propõe –, que foi criada em 2005, muito antes do Tarifa Zero da capital mineira, tem próximo de 17.000 curtidas.

Por fim, a proposta é também investigar os debates face a face realizados nas reuniões semanais do grupo. Os encontros eram abertos e as convocações públicas, ou seja, além dos integrantes do Tarifa Zero, responsáveis pela organização de ações do grupo, qualquer pessoa poderia acompanhá-los. Eles eram realizados às terças-feiras, às 19h, tinham em média duração de duas horas e diversos assuntos eram debatidos – atualmente, as reuniões não são mais realizadas nos mesmos moldes dos encontros que analisamos. A ideia foi a de analisar o conteúdo dos encontros em momentos de grande efervescência de atuação. O recorte inclui três momentos. As reuniões que ocorreram logo após os fatos em destaque foram as investigadas: a) dia 18 de agosto de 2015, o primeiro encontro logo depois do protesto contra o aumento da passagem de ônibus que teve forte reação da Polícia Militar de Minas Gerais; b) a segunda reunião, no dia 15 de setembro de 2015, um dia após a derrubada do aumento das tarifas a partir de uma provocação do Tarifa Zero à Defensoria Pública; c) e a terceira, em 27 de outubro de 2015, após a Justiça liberar novamente a elevação nos preços.

Com base na seleção desses momentos, a coleta de matérias e de postagens no Facebook foi feita durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015, tendo em vista os fatos escolhidos para análise, já descritos acima. A coleta foi feita por meio do programa Netvizz, que gera uma tabela em Excel completa, não apenas com os textos das postagens, mas também com informações de curtidas, compartilhamentos e comentários.

A proposta desta pesquisa foi a de analisar a construção textual dos argumentos nas três arenas. Foram excluídos, portanto, os recursos imagéticos e audiovisuais do Facebook e da mídia, uma vez que as reuniões não têm registros de tais recursos. Em casos de postagens no Facebook, por exemplo, contendo texto e imagem, consideramos apenas o texto que acompanhava a imagem, meme ou vídeo. Reconhecemos a importância das imagens em suas mais diversas formas de manifestação, mas acreditamos que esse é um tema para outra pesquisa, como uma continuação desta, ou mesmo um artigo que foque apenas nessa questão. Correríamos o risco de ter muitos elementos para analisar sem que houvesse uma metodologia

comum de investigação entre eles. Reconhecemos a importância desse tipo de recurso como comunicação e desejamos fazer dele uma nova etapa de pesquisa.

Vale destacar, ainda, que as reuniões foram gravadas em áudio a partir de um acordo com os integrantes do coletivo. Em poucos momentos, alguns membros pediram para que algumas falas não fossem gravadas por não se sentirem confortáveis em ter suas palavras registradas. Eles então solicitavam que a gravação fosse interrompida e indicavam quando poderia ser retomada. Mesmo com a permissão para seguir com as anotações após a gravação interrompida, por motivos éticos, esses escritos não foram considerados neste estudo. Importante dizer que esses momentos de interrupção foram bem raros e concentrados nas primeiras reuniões de participação da pesquisadora.

6.3 Proposta de análise em três etapas

A nossa proposta de análise dos argumentos tem a intenção de compreender não apenas como os ativistas se apoiam em lógicas racionais para angariar apoio, como também busca entender sobre o que falam, como falam e como determinada construção dá origem ao argumento em si. Por isso, a metodologia que apresentamos é dividida em três etapas, incluindo aquela baseada na obra de Brian Adams (2014), como explicitado em capítulo anterior.

Para todo o processo de codificação, tomamos como referência a obra de Johnny Saldaña, de 2012, *The coding manual for qualitative researchers*, já que houve um mapeamento de todo o material, além do processo de codificação propriamente dito em três etapas. Importante destacar que, como afirma o autor, a codificação não é algo linear e certo. Isto é, ela é feita de tentativas e erros até que se alcance o modelo mais perto do ideal possível. Algo que vivemos nesta pesquisa. O mapeamento de assuntos presentes no Livro de Códigos e a definição dos argumentos presentes na Lista de Argumentos foram feitos de maneira cuidadosa. Como afirma Saldaña (2012, p. 11, tradução nossa), o constante refinamento é necessário:

Algumas categorias podem conter grupos de dados codificados que merecem refinamento adicional em subcategorias. E quando as principais categorias são comparadas entre si e consolidadas de várias maneiras, você começa a transcender a ‘realidade’ de seus dados e progredir em direção à temática, conceitual e teórica.⁴⁸

Primeiramente, percebemos que os assuntos abordados pelo grupo nas três arenas são extremamente diversos. Sentimos, portanto, a necessidade de mapeá-los até chegar à lista

⁴⁸ Some categories may contain clusters of coded data that merit further refinement into subcategories. And when the major categories are compared with each other and consolidated in various ways, you begin to transcend the “reality” of your data and progress toward the thematic, conceptual, and theoretical.

que evidenciamos abaixo. Após uma análise minuciosa de todo o material destinado à investigação no Facebook, na mídia e nas reuniões face a face, montamos o Livro de Códigos, que possui os temas presentes nos três ambientes, assim como suas variações dentro de um mesmo assunto. Nele, também já mapeamos os argumentos utilizados pelo Tarifa Zero de Belo Horizonte em relação às grandes categorias, sem, no entanto, codificá-los em relação aos tipos (espécie de subitens) de cada um. Esse é o segundo passo da codificação que apresentamos no próximo quadro deste capítulo.

A primeira fase de codificação, com base nos assuntos discutidos ou abordados pelo movimento, visou identificar o que era e o que não era argumento. Ou seja, houve uma ocorrência maior de atos de fala que não podem ser classificados como argumentos com base no aparato teórico já apresentado, já que não respondem a um porquê ou justificativa de que algo deve ou não deve ser feito. Pode ser uma postagem no Facebook que visa criticar a repressão policial contra os ativistas em determinado protesto em Belo Horizonte, por exemplo, sem ter, porém, a construção de um argumento elaborado que revele o porquê da crítica e qual seria a solução para tal acontecimento. Até mesmo quando apenas convocam para o ato de rua sem apresentar, naquele momento, um argumento para tal, como na passagem abaixo:

4º ATO CONTRA O AUMENTO E O DESPEJO Segunda 31/08 Praça Sete. Concentração à partir das 18h Ato contra o aumento das passagens e contra o despejo das ocupações. Aproveitaremos para coletar assinaturas da população para o pedido de audiência pública na Câmara Municipal sobre o aumento ilegal autorizado pela Prefeitura. E na terça-feira às 14:30 vamos todos à Câmara exigir a audiência pública e fazer a entrega do abaixo-assinado. (Tarifa Zero BH).⁴⁹

O Livro de Códigos é apresentado abaixo. Ele é fruto do que Saldaña chama de “recodificação”: “Enquanto você codifica e recodifica, espera – ou se esforça – para que seus códigos e categorias se tornem mais refinados” (SALDAÑA, 2012, p. 10, tradução nossa)⁵⁰. Os assuntos foram mapeados mais de uma vez para alcançar o modelo apresentado aqui, assim como a definição de categorias a partir do agrupamento de ocorrências similares ou que caberiam na mesma definição. A identificação da repetição de termos ou grandes temas é uma das formas de delimitar códigos e categorias (SALDAÑA, 2012). Destacamos o Livro de Códigos, pois, como afirma Lasse Lindekilde (2014), ele fornece confiabilidade ao estudo. “Não importa a estratégia de codificação, o ponto é ser explícito sobre os procedimentos e

⁴⁹ Tarifa Zero BH. “4º Ato contra o aumento e o despejo”, ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1654672741481076/>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

⁵⁰ As you code and recode, expect – or rather, strive for – your codes and categories to become more refined.

documentá-los, por exemplo, dando acesso ao livro de códigos” (LINDEKILDE, 2014, p. 213, tradução nossa)⁵¹.

O último tópico do Quadro 1, abaixo, é destinado apenas ao material que foi extraído das reportagens da mídia, uma vez que, nas outras arenas, não existe a possibilidade de haver discurso indireto ou uma avaliação subjetiva de uma terceira pessoa, que, nesse caso, seria o jornalista. Tanto no Facebook como nas reuniões, o discurso é sempre de quem posta ou fala, portanto, direto. Na rede social, até pode haver a menção a outra fala ou pessoa, o que não determina a mudança do tipo como indireto ou de avaliação de uma terceira pessoa. Nas discussões face a face, isso é impossível. Importante destacar que antes da realização da codificação com base no Livro de Códigos apresentado abaixo, todo o material foi classificado em duas primeiras grandes categorias: 1) Há argumento ou 2) Não há argumento. O objetivo era ter um mapeamento geral de todas as postagens, falas e trechos de matérias coletados em relação à existência ou não de argumentos. Depois desse primeiro passo, seguimos a categorização de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Livro de Códigos

CÓDIGO	TIPOS
1) CONVOCAÇÕES	<p>a) Convocação para protesto.</p> <p>b) Convocação para eventos de mobilidade.</p> <p>c) Convocação para reunião ou aulas.</p> <p>d) Convocação para festas.</p> <p>e) Convocação de reforço na ocupação da Câmara de Vereadores de BH.</p> <p>f) Convocação para acompanhar ao vivo o que ocorre no momento.</p>
2) ASSUNTOS RELACIONADOS À EXPANSÃO DO MOVIMENTO	<p>a) Discussão sobre ações de divulgação do movimento.</p> <p>b) Discussão sobre atrair outros "grupos-alvo" para o movimento.</p>
3) DIVULGAÇÃO	<p>a) Anúncio de ônibus de graça.</p> <p>b) Mensagens de incentivo ao uso da bicicleta e de outros meios de locomoção que não sejam o carro.</p>

⁵¹ No matter the strategy of coding, the point is to be explicit about procedures and to document them, for example by giving access to the codebook.

4) DIAGNÓSTICOS/ ESTRATÉGIAS

c) Mensagens que apenas chamam para um desenho/meme/vídeo.

a) Discussão sobre o pedido da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) para baixar as passagens.

b) Discussão sobre as ações de outros grupos que têm bandeira semelhante.

c) Discussão sobre o aumento/liminar referente ao reajuste.

d) Discussão sobre a ocupação da Câmara.

e) Discussão sobre participação em eventos.

f) Discussão sobre manifestações culturais.

g) Discussão sobre a reunião ampliada dos movimentos.

h) Off topic.

5) ARGUMENTOS

a) Gratuidade da passagem para sucesso de políticas públicas.

b) Formas de financiamento e subsídio das passagens.

c) Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular.

d) Autojustificação do movimento.

e) Percepção sobre os efeitos da ação do movimento.

6) APENAS NO CASO DA MÍDIA

a) **Discurso direto:** com a fala direta de algum integrante do movimento.

b) **Discurso indireto:** quando a matéria cita algo que o Tarifa Zero fez.

c) **Avaliação subjetiva:** quando o jornalista avalia uma ação do Tarifa Zero.

d) **Matéria desconsiderada:** quando apenas chamava para uma galeria de fotos ou tempo real de algum protesto.

e) **Matéria sem Tarifa Zero:** quando não fazia menção ao movimento, nem utilizava falas de seus integrantes.

7) APENAS PARA REUNIÕES⁵²

a) Unidade de fala sem elementos para codificação: 1) off topic e 2) dentro do tema.

Fonte: Elaboração pela autora.

Como forma de facilitar a compreensão da análise que propomos, elencamos abaixo alguns exemplos de códigos sem argumentos mais recorrentes como o 1.a) *Convocação para protestos*: “HOJE EU TENHO UMA PROPOSTA: a gente se embola e pula catraca a noite toda Não fala nada e vem que hoje eu to a fim HOJE É HOJE éééééé eéé hoje Praça Sete 19h CONTRA O AUMENTO ILEGAL” (Tarifa Zero BH)⁵³.

Nesse trecho, é possível identificar a convocação e o motivo, mas o grupo não apresenta no texto da postagem o argumento para as pessoas protestarem contra o aumento das passagens. Por isso, os atos de fala como esse foram codificados no Livro de Códigos e não seguiram para a codificação da Lista de Argumentos.

Outro exemplo frequente na análise é a abordagem relativa à ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Como já explicado, o episódio não faz parte do nosso recorte porque não foi liderado apenas pelo Tarifa Zero, mas também por outros movimentos, o que dificultou, por exemplo, conseguir autorização para gravar as assembleias e, conseqüentemente, inviabilizou a pesquisa como um todo. Contudo, a título de exemplificação, achamos válido destacar alguns trechos como este retirado do *Jornal O Tempo* no mês de setembro, que se encaixa no código 4.d) Discussão sobre a ocupação na Câmara.

O movimento de ocupação da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no bairro Santa Efigênia, na região Leste da cidade, contra o aumento das passagens de ônibus ganhou força. Ontem, 24 horas após a ocupação, cerca de 150 pessoas estavam no local, onde foram realizadas intervenções culturais, conforme integrantes do Tarifa Zero, Passe Livre BH e Assembleia Popular Horizontal, que promoveram a ação. (Jornal O Tempo)⁵⁴

Nas reuniões face a face, também podemos identificar aqueles textos que se encaixam nos códigos definidos. Neste exemplo, os integrantes discutem a participação em um evento específico. Sendo classificado, assim, como 4.e) Discussão sobre participação em eventos.

⁵² Quando citamos “unidades de fala sem elementos para codificação” nos referimos àquelas em que não são construídas frases. Normalmente, os participantes apenas dizem “sim”, “não” ou “por que”. Esse tipo de registro ocorreu apenas nas reuniões. Apenas diferenciamos quando estava dentro do tema debatido ou quando se relacionava a um assunto off topic.

⁵³ Tarifa Zero BH. “Ato contra o aumento da tarifa”, out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/936031359805595>>. Acesso em: 30 out. 2015.

⁵⁴ Jornal O Tempo, página 26, edição de 3 de setembro de 2015.

É amanhã. Eu achei que a Maria⁵⁵ fosse vir hoje, cara. Amanhã a gente tem que fazer uma fala no Fórum da Juventude, né, no centro, né. Eu ia até perguntar pra Maria se ela, se alguém mais quiser ir vai ser seis e meia lá no centro, na Amazonas, e eu só me disponibilizei a ir porque não tinha ninguém. Ninguém falava nada, eu falei não eu vou então. Mas se alguém quiser ir, eu tô pensando sinceramente em falar com a Maria se tiver problema acho que eu e ela vamos dividir uma fala de dez minutos. (Participante durante a reunião de 18 de agosto de 2015)

Após esse mapeamento e já identificado o que é argumento, seguimos para a segunda etapa da codificação com foco nos argumentos e seus tipos. A definição da Lista de Argumentos também foi feita com base em uma observação de todo o material, para que fossem identificados quando e como os proferimentos dos ativistas tornam-se argumentos nas três arenas. O desafio dessa etapa residiu justamente nessa separação entre o que era apenas uma abordagem temática e ficaria, portanto, limitado ao primeiro quadro ou o que seria classificado na próxima fase e seguiria para o segundo passo. Como exemplo, destacamos a seguinte passagem presente também no Facebook:

LIBEREM NOSSA CATRACA! Após a repressão policial da última quarta a catraca usada em nossos atos contra o aumento foi presa junto com os 63 manifestantes E AINDA NÃO FOI LIBERADA. Apesar dos crimes contra a humanidade que já cometeu nossa personagem predileta parece estar arrependida e se comprometeu a engrossar a luta contra o aumento. (Tarifa Zero BH)⁵⁶

Nesse proferimento, o movimento revela um fato ocorrido depois do protesto, que foi a apreensão da catraca que o grupo utiliza comumente nos protestos para fazer o ato conhecido como “pula catraca” ou mesmo para queimá-la em protesto contra o reajuste e a favor da gratuidade. Normalmente, esse tipo de acontecimento é feito na porta da Prefeitura de Belo Horizonte em alusão às catracas dos ônibus e, nesse protesto, o grupo afirma que a Polícia Militar (PM) a levou e, até então, não a havia liberado de volta para os ativistas. Existe a crítica à PM que é feita com base em um fato, mas não há o argumento em relação à repressão em si. Apesar de que a apreensão da catraca pode ser vista como algo até mesmo jocoso diante da gravidade da situação como um todo, isso é subjetivo. Sendo assim, quando não era evidente, definimos que não seria classificado como argumento ou correríamos o risco de toda a análise ser subjetiva demais e perderíamos o propósito da pesquisa.

Elaboramos, desta forma, a seguinte Lista de Argumentos aplicada às codificações das três arenas:

Quadro 2 – Lista de Argumentos

⁵⁵ Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos participantes das reuniões.

⁵⁶ Tarifa Zero BH. “Liberem nossa catraca”, 17 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/964614840267093/?type=3&theater>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CATEGORIA	TIPO
1) GRATUIDADE DA PASSAGEM PARA SUCESSO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	<p>a) A gratuidade da passagem deve ser um direito de todo cidadão porque representa a prerrogativa de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade.</p> <p>b) A gratuidade da passagem deve ser um direito porque garante o acesso ao espaço público, seu uso e apropriação.</p> <p>c) A gratuidade garantiria o sucesso de políticas públicas voltadas para a mobilidade e outras porque geraria benefícios para toda a população.</p>
2) FORMAS DE FINANCIAMENTO E SUBSÍDIO DAS PASSAGENS	<p>a) O transporte não pode ser financiado apenas no momento do uso porque ele é um serviço público como todos os outros e, por isso, deve ser financiado por toda a sociedade garantindo, assim, a gratuidade ou preços mais acessíveis.</p> <p>b) As tarifas são altas porque o poder público não se responsabiliza por implementar novas formas para seu custeio e subsídio.</p>
3) PREÇO DA TARIFA VAI NA CONTRAMÃO DA LEI E DA DEMANDA POPULAR	<p>a) O aumento das tarifas é irregular porque não corresponde ao que está previsto na lei.</p> <p>b) As tarifas são altas porque o poder público não está comprometido em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade.</p> <p>c) As tarifas são altas porque garantem o lucro de empresas privadas.</p>
4) AUTOJUSTIFICAÇÃO DO MOVIMENTO	<p>a) O movimento Tarifa Zero é importante porque a tarifa gratuita é possível.</p> <p>b) A mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade.</p>
5) PERCEPÇÃO SOBRE OS EFEITOS DA AÇÃO DO MOVIMENTO	<p>a) O ato de rua foi vitorioso porque atraiu muitas pessoas e repercutiu na mídia, assim, tem mais chances de pressionar os governantes.</p> <p>b) O ato de rua não foi vitorioso porque não atraiu muitas pessoas e não repercutiu na mídia, assim, não tem chances de pressionar os governantes.</p> <p>c) A repressão policial violenta não se justifica</p>

porque o ato de protestar publicamente nas ruas é um direito de todo cidadão.

d) A repressão policial não se justifica porque é um protesto pacífico.

Fonte: Elaboração pela autora.

A Lista de Argumentos definida é fruto ainda do que Saldaña (2012, p. 8) chama de “capturar os elementos essenciais” do material como um todo. Apesar de a busca por argumentos ser o principal objetivo desta pesquisa, o processo de codificação como um todo partiu de um ponto básico ao qual o autor se refere como sendo a identificação de uma repetição para se estabelecer um padrão. Essa lógica foi aplicada nos dois quadros que ilustramos neste capítulo e que partiram do próprio material. Não foi uma listagem já pronta de categorias, como utilizamos na terceira etapa a partir da obra de Adams (2014). Como destaca Saldaña (2012, p. 8, tradução nossa): “Defendo que os códigos qualitativos são elementos essenciais da pesquisa e que, agrupados de acordo com a similaridade e regularidade – um padrão – facilitam ativamente o desenvolvimento de categorias e, portanto, a análise de sua conexão”⁵⁷.

Assim como fizemos para o Livro de Códigos, apresentamos aqui também alguns exemplos da Lista de Argumentos para facilitar o entendimento. O que acrescentamos abaixo se encaixa no item 3.b) Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular porque as tarifas são altas porque o poder público não está compromissado em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade. Esse é um exemplo que se pode ser incluído ainda em outro argumento, o 2.b) As tarifas são altas porque o poder público não se responsabiliza por implementar novas formas para seu custeio e subsídio. Ambos versam sobre a responsabilidade de o poder público atender à demanda da população em relação aos preços das passagens. E a reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana é um dos passos para que isso seja garantido, principalmente, por meio da participação popular. O que podemos perceber pela postagem abaixo é que esse item foi colocado em risco.

PARTICIPAÇÃO PARA QUEM? A BHTrans marcou a reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana para as 9h da manhã de terça feira. Essa reunião é obrigatória para que um aumento da tarifa dos ônibus aconteça e por isso deveria ser de interesse de toda a população certo? Certo??? Temos certeza que os representantes do SETRABH os executivos da BHTrans os técnicos da Ernest&Young que estão sendo pagos para estar lá terão toda facilidade do mundo para comparecer mas e a população? Será que é por acaso que uma reunião tão importante para todos nós foi marcada nesse horário por acaso? Sabemos que um transporte justo e de qualidade

⁵⁷ I advocate that qualitative codes are essence-capturing and essential elements of the research story that, when clustered together according to similarity and regularity - a pattern - they actively facilitate the development of categories and thus analysis of their connection.

se constrói com participação popular. Talvez seja por isso que a prefeitura de BH tem MEDO de dialogar com os usuários. (Tarifa Zero BH)⁵⁸

Esse é um bom exemplo para ilustrar que os trechos podem e são recorrentemente codificados em mais de um item. Neste outro abaixo, uma das participantes, durante a reunião do dia 15 de setembro de 2015, explica que uma das frentes de atuação do grupo é a busca pela integração dos bilhetes na região metropolitana para que os moradores das cidades da Grande Belo Horizonte possam se deslocar pagando apenas uma tarifa nos casos de baldeação entre dois mais ônibus e/ou metrô:

Então, enfim, a gente começou a traçar esse processo assim de articular com cidades e movimentos e etc., que é de uma complexidade, assim, absurda porque cada cidade, cada um tem demanda diferente. A grande questão, uma das demandas, assim, que a gente tem – eu digo nós cidadãos da região metropolitana – que é o bilhete único ser único mesmo. Assim, não ter (os cartões) Ótimo – péssimo – e BHBus. (Participante na reunião de 15 de setembro de 2015)

O argumento passa pela categoria que definimos como Autojustificação do movimento, já que explica uma das frentes de atuação do grupo e o porquê dessa proposta específica ser importante para a população que depende do transporte público. Ele se encaixa, portanto, no 4.b) a mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade.

6.4 Terceira etapa: a proposta de Brian Adams

A referência principal para a terceira etapa da codificação é o conjunto de categorias desenvolvido por Brian Adams (2014) em seu artigo *Reason-giving in deliberative forums*. O autor parte da ideia de que os argumentos são construídos pelos cidadãos de forma a oferecer uma conclusão embasada em evidências e justificativas para outros sujeitos que não necessariamente partilhem de suas opiniões e visões de mundo. O autor usa a expressão “dar razão”:

Em resumo, dar razão pode ser entendido como um processo através do qual quem fala oferece uma conclusão fundamentada em evidências e justificativas. Ao declarar uma conclusão, oferecendo uma evidência para embasar a conclusão, e depois explicando como a evidência fundamenta a conclusão são as principais atividades de dar razão. Essa conceituação nos permite distinguir o ato de dar razão de outras formas de discurso e providenciar uma estrutura para, empiricamente, examinar como

⁵⁸ Tarifa Zero BH. “Participação para quem?”, 20 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/996076403787603/?type=3&theater>>. Acesso em: 20 out. 2015.

cidadãos engajam em dar razão durante discussões políticas. (ADAMS, 2014, p. 6, tradução nossa)⁵⁹

Com base na literatura acerca de movimentos sociais e mobilização na contemporaneidade já apresentada em outros momentos deste trabalho, compreendemos o movimento Tarifa Zero como a reunião de cidadãos que encontraram um ideal comum compartilhado para lutar. Com, com isso, eles se organizaram e mantiveram uma agenda permanente de encontros e atos mobilizadores. Ainda que possamos falar em um caráter inicialmente leigo de seus integrantes, o grupo tem uma forte característica de buscar sempre o conhecimento especializado sobre os assuntos que se relacionam com a mobilidade urbana.

Por esse motivo, a análise tem como referência a construção da argumentação desses cidadãos comuns. Como bem elucida Adams (2014), para fundamentar uma conclusão, os sujeitos precisam explicar como chegaram até ela e como pode ser colocada no centro desse movimento de “dar razão” a partir da evidência apresentada. É preciso haver, então, uma conexão clara entre a conclusão e a evidência ou, do contrário, todo o argumento poderá ser invalidado. E essa ligação precisa ser feita para garantir que outro o compreenda em sua totalidade, sem colocar em risco a troca de argumentos e um possível consenso que se almeje em torno de uma questão específica. Ainda assim, é preciso salientar que, para diversos autores da Democracia Deliberativa, a deliberação não é necessariamente o alcance de consenso e Adams (2014) deixa isso bem claro neste artigo que serve de inspiração para a nossa análise. Mesmo que não haja consenso, a deliberação ajuda, segundo o autor, a aumentar a tolerância entre sujeitos com pontos de vista extremamente distintos ou mesmo a auxiliar na troca de saberes, algo fundamental para elevar o conhecimento sobre determinada questão.

Trabalharemos, então, com três componentes essenciais para avaliar a construção dos argumentos: quem fala precisa oferecer uma conclusão, também a evidência para embasar o que diz e uma explicação compreensível de como a evidência apresentada leva à conclusão final. De acordo com a referência de Adams (2014), essa conclusão pode adquirir duas formas básicas: problemas que precisam de uma solução e propostas que possam solucionar o assunto ou, ao menos, gerar um encaminhamento que possa lançar uma nova luz ao problema.

Acreditamos que a abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Adams (2014) nos dá suporte suficiente para decompor os argumentos como forma de analisar como

⁵⁹ In sum, reason-giving can be understood as the process through which a speaker offers a conclusion supported by evidence and warrants. Stating a conclusion, providing evidence to support conclusions, and then explaining how the evidence supports the conclusion are the core activities of reason-giving. This conceptualization allows us to distinguish reason-giving from other forms of discourse and provides a framework to empirically examine how citizens engage in reason-giving during policy discussions.

eles são construídos nas diferentes arenas. O autor lança mão de um método que combina análise qualitativa e quantitativa para entender como os cidadãos deliberam acerca dos mais variados temas. Acreditamos que essa combinação também possa ser interessante para a pesquisa acerca do movimento Tarifa Zero porque não se limita a analisar apenas a ocorrência de determinadas categorias, mas também busca compreender o processo de desenvolvimento da justificção e correlações entre evidências e conclusões, especialmente a qualitativa.

A partir do período escolhido de mobilização do movimento Tarifa Zero, identificaremos em cada um dos ambientes os argumentos acionados. Com o recorte em mãos, analisaremos como cada um foi desenvolvido, isto é, como cada garantia se conectou à evidência e à conclusão durante o debate. É necessário frisar que a nossa proposta em si é concentrada nas construções individuais de cada sujeito, ainda que inseridos dentro de um debate mais amplo. Adams (2014) argumenta que, na investigação feita por ele, isso se dá por estar mais interessado no processo de construção do argumento em si do que na interação da deliberação.

Feita essa observação, é preciso salientar a importância da garantia para esta pesquisa. Nas palavras de Adams (2014, p. 16, tradução nossa), “as garantias são necessárias para desenvolver a lógica do argumento e entender como a falta delas pode minar a possibilidade de os demais ouvintes entenderem qual determinado ponto o sujeito está tentando levantar”⁶⁰. O autor propõe dois tipos de conclusões, três tipos de evidências e quatro tipos de justificativas, como descrevemos no Quadro 3 abaixo:

⁶⁰ Warrants are needed to develop the logic of an argument and how their absence can undermine the ability of listeners to understand the point a speaker is trying to make.

Quadro 3 – Estrutura do argumento

CATEGORIA	TIPO
EVIDÊNCIA	Declaração factual
	Declaração pessoal
	História
	Sem evidência
CONCLUSÕES	Propostas
	Definição do problema
	Sem conclusão
GARANTIA	Condicional
	Declaração de valor
	Analogia
	Metaproposta
	Sem garantia

Fonte: Elaboração pela autora.

Com base nessa divisão, o nosso objetivo é entender como os indivíduos, façam eles ou não parte do movimento Tarifa Zero, se engajam na discussão sobre os temas relacionados à mobilidade urbana. Não está no rol das nossas metas, neste momento, avaliar a qualidade da deliberação nas diferentes arenas ligadas ao grupo, mas como esses sujeitos são capazes, ainda que leigos do ponto de vista técnico muitas vezes, conseguem acionar razões plausíveis e compreensíveis para defender seus pontos de vista. Assim como conclui Adams (2014), o foco da nossa investigação, neste momento de análise da construção do argumento, é em uma parte específica do processo deliberativo, que é o momento de “dar razões” dentro do debate incentivado pelo Tarifa Zero. Pretendemos, dessa forma, investigar os modos de construção dos argumentos nas três arenas distintas já mencionadas: a) na mídia, b) no Facebook e c) nos debates face a face do grupo.

6.5 As categorias de Brian Adams

No caso do Tarifa Zero, frequentemente a evidência está conectada aos problemas cotidianos enfrentados pelos moradores de Belo Horizonte e região metropolitana que dependem do transporte público para se locomoverem. Como exemplo, podemos citar o caso do anúncio de corte de algumas linhas de ônibus oficializado pela Empresa de Transportes e

Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) no início de 2016.⁶¹ A justificativa para a medida, de que a demanda havia caído, por isso a necessidade de reduzir o número de viagens ou mesmo extinguir as linhas, foi considerada fraca por diversos usuários do Facebook que curtem a página do Tarifa Zero. As pessoas que comentavam a notícia postada pelo grupo na página questionavam o óbvio: “como a BHTrans fala que a procura caiu se cada vez mais os ônibus estão cheios?”⁶². A evidência é a de que os coletivos levam cada vez mais pessoas e a conclusão, portanto, é a de que a redução de linhas e a sua extinção não deveriam ocorrer. Esse é um exemplo básico de como a conexão entre evidência e conclusão é importante para compreender a construção do argumento pelos cidadãos. Ligação que ganha ainda mais relevância em um contexto de discussão sobre mobilidade urbana, um tema que atinge a vida de qualquer morador da cidade.

Para Adams (2014), essa conexão é a garantia⁶³, declarações relacionadas entre si que levam à compreensão do que está sendo dito. Para operacionalizar esse conceito, a ideia é transportar, para o tema desta pesquisa, algumas das definições feitas pelo autor em seu artigo em que analisa o debate em torno de questões de sistema de saúde, políticas de imigração nos Estados Unidos e de geração de energia em diferentes fóruns de deliberação. Ele identifica quatro tipos diferentes de garantias:

1) Condicionais: aquelas em que a relação entre evidência e conclusão é causal, fruto de uma construção argumentativa objetiva. São declarações sobre como, por exemplo, a implementação de determinada solução pode, ao mesmo tempo, atingir os anseios da população e resolver o problema (MAIA; CAL; BARGAS, 2016). Quando transportamos essa definição para a questão da mobilidade urbana problematizada pelo movimento Tarifa Zero, esse tipo de justificação surge quando o grupo sugere a solução para determinado problema se uma atitude específica for tomada. Muitas vezes, essa atitude pode ser uma mobilização, um ato de rua. Por exemplo, o argumento de um dos ativistas pode ser o de que as linhas de ônibus não podem ser cortadas porque cada vez mais pessoas dependem delas para se deslocarem pela cidade. Como a BHTrans vai saber disso? Se as pessoas se manifestarem a ponto de a informação chegar até seus administradores. Ilustramos essa categoria com outro exemplo da pesquisa, retirado do Facebook do movimento:

⁶¹ Esse episódio específico não faz parte dos casos selecionados para análise nesta pesquisa, mas o selecionamos para esta parte específica do capítulo por ser de fácil compreensão e auxiliar na exemplificação.

⁶² Tarifa Zero BH. “Aumento de passagens vem acompanhado de redução de horários em BH!”, out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/1000401893355054>>. Acesso em: 20 out. 2015.

⁶³ “Warrant” no termo original em inglês.

PREFEITURA ACEITA E REPASSA CHANTAGEM DOS EMPRESÁRIOS DE ÔNIBUS PARA A POPULAÇÃO. Há dez dias atrás uma semana antes do aumento a Prefeitura enviou mais um ofício para a mesa do presidente do TJMG. Nele informava que as empresas de ônibus estavam ameaçando retirar a função de cobrador dos ônibus nos finais de semana e que por causa disso o sindicato dos rodoviários ameaça greve. Informava também que os empresários de ônibus iriam mudar a forma de pagar o 13º salário de seus funcionários. A partir dessas informações a PBH pediu ao TJMG que liberasse logo o aumento de tarifas porque caso contrário BH iria ficar sem transporte público! Se o transporte está tão difícil de gerir dando menos lucro para as empresas e fazendo com que elas demitam funcionários e tirem ônibus das ruas que os empresários DESISTAM do serviço e o repassem diretamente para a prefeitura. É obrigação do poder público fazer frente a essas chantagens e retomar um serviço que é PÚBLICO e deve servir à população e não ao lucro dos empresários. A prefeitura opta pela solução que é a causa dos problemas: repassa os custos para o usuário do busão aumenta a tarifa e exclui a população do acesso à cidade. Com a tarifa cada vez mais cara todo mundo passa a buscar uma alternativa ao ônibus e cada vez menos pessoas usam o transporte coletivo e aí os empresários alegam de novo queda de demanda e pressionam por um novo aumento. E quem é moído nessa história é o povo. Chega de sufoco! É preciso uma intervenção no sistema já! Esse aumento não vai passar! #3e40NemTenta. (Tarifa Zero BH)⁶⁴

Nesse caso, o argumento é longo e podem ser identificadas diversas categorias aqui enumeradas. Tomamos o trecho “A prefeitura opta pela solução que é a causa dos problemas: repassa os custos para o usuário do busão aumenta a tarifa e exclui a população do acesso à cidade” como exemplo de garantia condicional. Ao colocar a prefeitura de Belo Horizonte no centro do debate, a relação causal sobre o preço das passagens é apresentada em relação ao “repasso dos custos para o usuário”.

2) Um segundo tipo de justificção identificada pelo autor é a analogia. Esse tipo de conexão é importante para o entendimento de alguma questão ou mesmo para se fazer entender diante do grupo. A analogia é uma forma importante de explicar a relação entre evidência e conclusão sobre determinado tema, ainda que seja uma forma bastante simples de justificção. A analogia como argumento não é encontrada, no material, na forma de um único argumento (ADAMS, 2014). Por isso, destacamos a parte, no trecho colocado acima, que diz “e quem é moído nessa história é o povo”. Não é, obviamente, um sentido literal, mas traz a ideia de que quem sai prejudicado é a população que depende do transporte público para se locomover pela cidade.

3) Um terceiro tipo relacionado por Adams (2014) é a utilização de valores e crenças pessoais para validar a justificativa apresentada. No caso do Tarifa Zero, esse pode ser um movimento interessante de ver como, ainda que as realidades dos cidadãos sejam diferentes, os problemas relacionados à mobilidade urbana são presentes em todas elas. E, muitas vezes, a

⁶⁴ Tarifa Zero BH. “Prefeitura aceita e repassa chantagem dos empresários de ônibus para a população”, 26 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158.1073741829.582305668498014/998767106851866/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 out. 2015.

conclusão (ou solução) pode ser comum, assim como a crítica. Como em outro trecho do exemplo destacado acima: “E quem é moído nessa história é o povo. Chega de sufoco! É preciso uma intervenção no sistema já! Esse aumento não vai passar!”. A valoração de que “quem sai moído é o povo” ocorre e serve de embasamento para um dos núcleos argumentativos.

4) O quarto tipo é a identificação das metapropostas, que são “proposições genéricas baseadas em argumentos políticos amplos” (MAIA; CAL; BARGAS, 2016, p. 9). Isto é, o argumento fundamentado em fatos e soluções pouco específicas, que possam atender a um maior número de pessoas advindas de realidades e experiências de vida diferentes. Com propostas tão genéricas quanto. Interessante observar que, no Tarifa Zero, essa não é uma ocorrência frequente porque grande parte das situações são bastante delimitadas, apesar do tema abrangente que é a mobilidade urbana, conforme apontado em um dos encontros:

Assim, tentar fazer com os governos, a justiça, os juízes, por exemplo, as ações elas eram julgadas na forma muito ‘ah, isso é coisa de comunista radical, querendo reduzir tarifa’. Hoje em dia acho que preocupam mais com o desgaste da opinião pública, então, assim, é um trabalho ainda mais desafiador de espalhar não só nas instituições, como as pessoas, que a mobilidade urbana tem que ser tratada com carinho como é a saúde e a educação, por exemplo, o que mais? (Participante na reunião do dia 15 de setembro de 2015)

Nesse trecho destacado, o participante defende que a mobilidade urbana deve ser um tema debatido em diversas esferas formais, como os poderes Executivo e Judiciário, e que ainda precisa ser visto com a mesma importância da saúde e da educação do ponto de vista da universalidade. Sem reduzir a relevância do que é dito pela participante, a proposta de difundir dessa forma é uma “proposição mais genérica” embasada em “um argumento político amplo”, que é a universalidade de direitos específicos como os citados.

Resumidamente, Rousiley Maia, Danila Cal e Janine Bargas (2016, p. 9) definem essas categorias da seguinte maneira:

Garantias - ligam as evidências às conclusões e estabelecem a lógica argumentativa. Podem ser: ‘condicionais’, quando explicam como uma proposta pode levar a um resultado; ‘analogias’, quando os falantes produzem ilustrações ou exemplos; ‘valores’, quando a proposta é associada a valores que devem guiar uma ação; e ‘meta-propostas’, como proposições genéricas baseadas em argumentos políticos amplos.

Além das garantias, trabalharemos com as demais categorias listadas no quadro como as evidências. Mais uma vez recorreremos às autoras para explicar de maneira clara do que se trata cada uma:

Evidências - são apresentadas com o intuito de dar suporte às conclusões defendidas e podem ser de três tipos: ‘empírica’, quando faz afirmações genéricas, factuais, sobre o mundo ou situações; ‘experiências pessoais’, apresentadas em primeira pessoa (‘eu’ ou ‘nós’); ‘histórias’, como as narrativas em terceira pessoa. (MAIA; CAL; BARGAS, 2016, p. 9)

Ou seja, as evidências compõem o primeiro núcleo do argumento como um todo. No caso do Tarifa Zero de Belo Horizonte, elas se baseiam em acontecimentos factuais, como poderemos observar mais adiante. Os ativistas se ancoram em fatos cotidianos para embasar seus proferimentos e argumentos. Como no exemplo abaixo retirado da mídia:

Segundo Natália Duarte, cientista social e integrante do Tarifa Zero, os manifestantes tiveram vários tipos de ferimento. ‘Alguns foram pisoteados, tiveram hematomas, outros foram atingidos por balas de borracha e estilhaços de bomba. Estamos fazendo uma grande campanha para reunir os relatos e fazer o dossiê’, diz. (Portal UAI)⁶⁵

O fato de pessoas terem sofrido lesões durante o protesto é o que embasa a busca por relatos que poderão ilustrar o dossiê mencionado pela ativista. As evidências podem ainda ser baseadas em experiências pessoais e histórias, como lembram as autoras.

Como última categoria selecionada, nesta pesquisa, em relação ao trabalho de Adams (2014), apresentamos o que o autor entende por conclusão. Basicamente, ela fecha o raciocínio apresentado no argumento e pode ser com soluções de problemas ou propostas. Também como veremos no próximo capítulo de análise, especialmente no Facebook, problemas e propostas aparecem ao mesmo tempo em quase todos os argumentos apresentados, como neste trecho, abaixo, também relacionado à repressão policial ao protesto de agosto de 2015 do grupo:

Durante a manifestação, pessoas ficaram feridas com balas de borracha e estilhaços de bombas de efeito moral, a maioria estudantes secundaristas e universitários. Segundo uma das integrantes do movimento Tarifa Zero, a cientista social Natália Duarte, de 25 anos, houve uso desproporcional e irresponsável da força pelos militares já que, afirmou, o protesto era pacífico e os manifestantes já estavam liberando parte da pista, conforme orientação da PM. ‘Estava tudo tranquilo. Não precisava de nada daquilo’, afirma Natália, que fazia parte da comissão de segurança do ato. Ela disse esperar que não haja ação similar no ato marcado para hoje. O protesto, informou, vai reunir também integrantes de ocupações urbanas. (Portal UAI)⁶⁶

Nesse caso, são feitas duas constatações que levam às duas conclusões mencionadas por Adams. Uma é em relação ao protesto anterior, em que houve uma forte reação violenta da Polícia Militar de Minas Gerais, portanto, a definição de um problema. A outra é a análise que é feita sobre o ato em questão, sobre ter a expectativa de que não será violento como o outro e que irá reunir outros movimentos também, como os de ocupações urbanas. Os ativistas delimitam, dessa forma, uma proposta de novo ato. Dessa vez, sem a violência policial contra os manifestantes e com a presença de outros grupos organizados.

⁶⁵ Portal Uai. “Movimento Tarifa Zero irá acionar a ONU por causa de confusão durante manifestação em BH”, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/13/interna_gerais,678169/movimento-tarifa-zero-ira-acionar-a-onu-por-causa-de-confusao-durante.shtml>. Acesso em: 15 ago. 2015.

⁶⁶ Portal Uai. “Movimento Tarifa Zero irá acionar a ONU por causa de confusão durante manifestação em BH”, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/13/interna_gerais,678169/movimento-tarifa-zero-ira-acionar-a-onu-por-causa-de-confusao-durante.shtml>. Acesso em: 14 ago. 2015.

Depois de apresentarmos aqui a nossa proposta metodológica, seguimos para o próximo capítulo, que é a análise completa do material e que traz também apontamentos acerca da nossa investigação sobre o movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte.

7 A CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO EM TRÊS ARENAS

Apresentamos neste capítulo os resultados da análise feita por meio da codificação por etapas do material coletado. Primeiramente, mostramos a ocorrência de argumentos em três arenas: mídia, Facebook e reuniões face a face. Comparamos os três ambientes visando identificar em qual há maior presença desse tipo de construção. Depois, passamos para a análise por arena. Revelamos, dessa forma, quais são os argumentos mais recorrentes em cada ambiente e como podem ser exemplificados a partir de postagens e falas dos integrantes do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. Seguimos para a investigação desses argumentos a partir da proposta teórico-metodológica de Brian Adams (2014) para observar a estrutura destes elementos. Por fim, nos dois últimos tópicos, avaliamos o fluxo de argumentos e ações entre as arenas e fazemos também uma breve análise das construções imagéticas da página do coletivo no Facebook.

Para garantir a credibilidade da codificação, foi realizado um teste de confiabilidade com duas codificadoras, que também analisaram todo o material. O resultado do teste é apresentado em dois tipos: porcentagem e kappa. A porcentagem diz respeito à quantidade de vezes em 100 que os codificadores concordaram com um código. Nesse caso, o esperado é que o nível de concordância ocorra, no mínimo, em dois terços do material, ou seja, 67%. Já o kappa é uma metodologia que leva em consideração a possibilidade de concordância pelo acaso. O nível 0,6 é considerado uma confiabilidade substancial, e 0,8 é o nível ideal. Valores acima de 0,7 são considerados significativos.⁶⁷ O resultado foi o seguinte:

Tabela 1 – Teste de confiabilidade

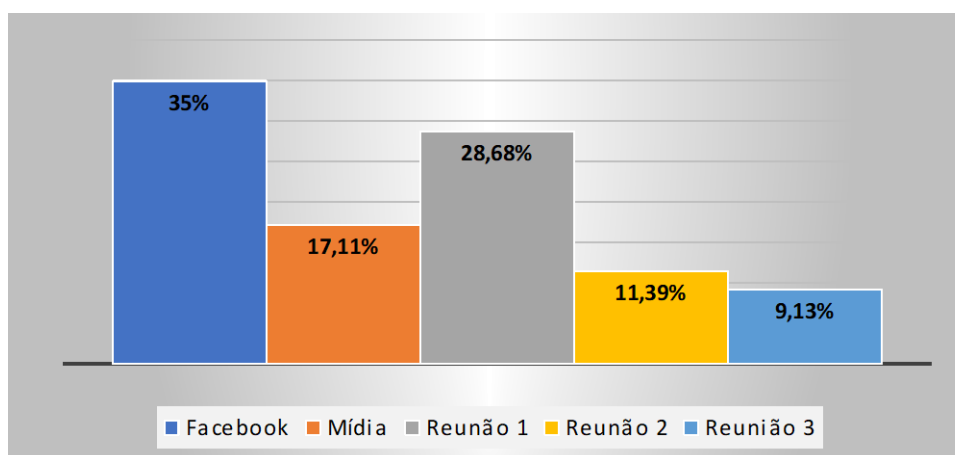
TIPO	TODO O CODEBOOK	CÓDIGOS UTILIZADOS
Kappa	0,797464354	0,728347541
Porcentagem	96,3734177	90,56393443

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

7.1 Ocorrência de argumentos nas três arenas

Todo o material foi codificado para identificar a existência ou não de argumentos. O gráfico abaixo ilustra a quantidade de registros em cada arena:

⁶⁷ A confiabilidade foi feita duas vezes: 1) com todo o codebook e 2) somente com os códigos marcados durante a realização do teste. Como para este momento apenas 10% do que foi coletado é codificado, nem todos os códigos estão presentes na amostra.

Gráfico 1 – Ocorrência de argumentos nas arenas

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

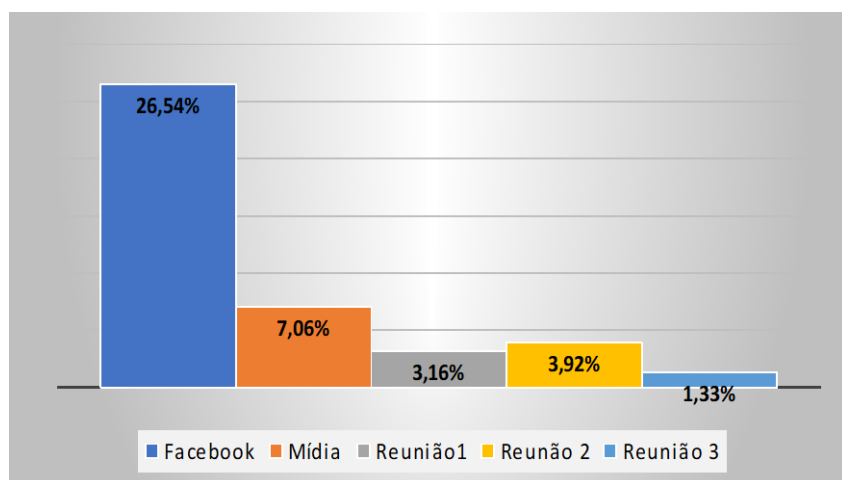
A página do movimento no Facebook⁶⁸ teve um percentual de presença de argumentos de 34,94%; a mídia, de 17,11%; já as reuniões registraram uma média de 16,4% argumentos. Enquanto a primeira reunião, realizada em agosto, teve um percentual de 28,68% de argumentos, a segunda teve 11,39%, e a reunião de outubro teve apenas 9,13%.

Entre os argumentos presentes em cada espaço, aqueles que giram em torno do reajuste das passagens tiveram maior ocorrência em comparação com os demais. Na primeira etapa de codificação, as cinco categorias de argumentos foram: 1) Gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas; 2) Formas de financiamento e subsídio das passagens; 3) Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular; 4) Autojustificação do movimento e 5) Percepção sobre os efeitos da ação do movimento.

A primeira categoria de argumento – “Gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas” – não surgiu nas reuniões 1 e 3. Essa categoria apresentou baixa ocorrência também no Facebook, na mídia e nas reuniões. Na rede social, o percentual chegou a 4%, e nos dois últimos espaços não alcançou 1%. “Formas de financiamento e subsídio das passagens” só teve ocorrência no Facebook (7,82%) e na reunião 2 (não chegou a 1%). “Percepção sobre os efeitos da ação do movimento” apareceu de maneira mais evidente na primeira reunião, com um percentual de 17%; na mídia, chegou a 4,43%; e no Facebook, a apenas 2,68%. As duas construções argumentativas com maiores ocorrências e que estiveram presentes nas cinco arenas foram a que versa sobre a ilegalidade do reajuste das passagens e a que justifica a existência do movimento Tarifa Zero, como demonstrado nos gráficos abaixo:

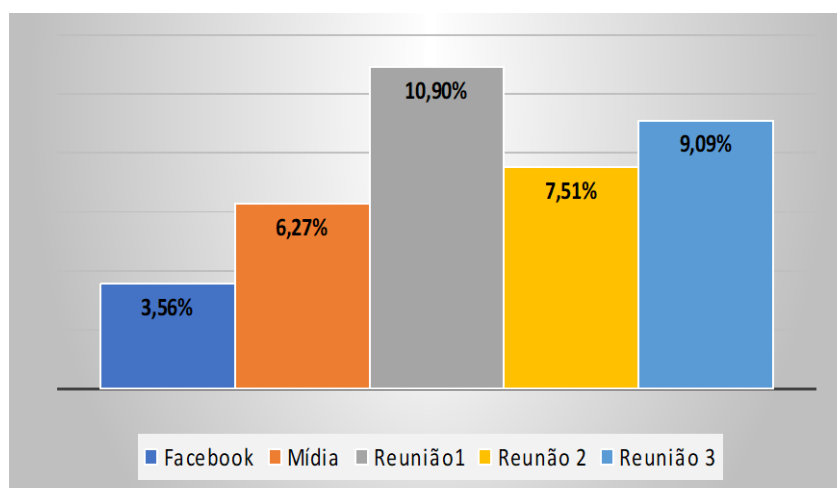
⁶⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/tarifazerobh/>>. Acesso em: 8 mar..2017.

Gráfico 2 – Argumento com maior ocorrência: “Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular”



Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Gráfico 3 – O segundo argumento com maior ocorrência: “Autojustificação do movimento”



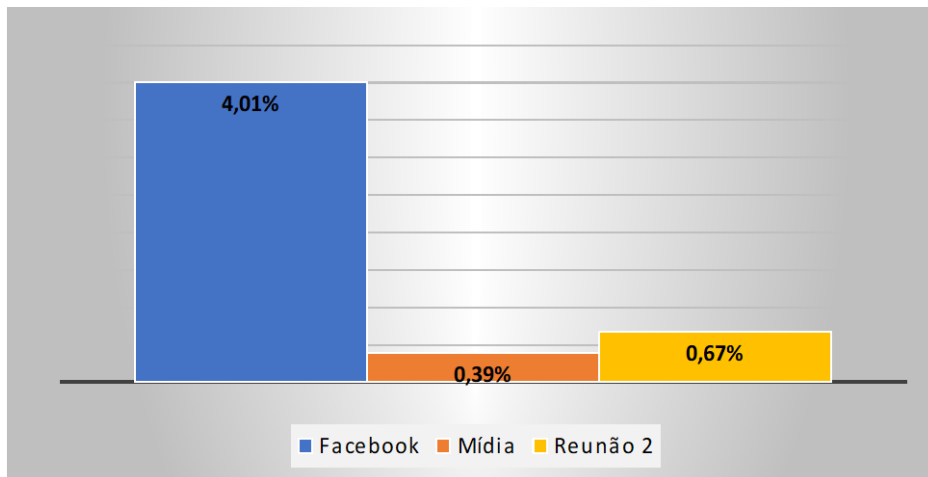
Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Interessante observar como o Facebook apresentou ocorrências de todos os argumentos em quantidades mais significativas do que a mídia, por exemplo. Em especial, a construção que visa denunciar a ilegalidade do reajuste das passagens ultrapassou 25%, resultado que não foi alcançado por nenhuma outra em nenhum dos espaços selecionados. Outro aspecto que chama a atenção nessa primeira análise quantitativa é a inconstância nas reuniões, porque os percentuais de presença de argumentos variaram muito de um encontro para o outro. Uma possível explicação deve-se ao fato de que os encontros foram influenciados diretamente pelos temas que estavam em voga na época. Esses momentos captaram o que acontecia na semana ou mesmo no dia, o que dificultou a variabilidade de argumentos ou, ainda, uma presença maior de um deles, já que, em muitos momentos, os participantes se dedicaram a

discutir estratégias de divulgação, que não precisam passar pela construção argumentativa necessariamente. O detalhamento de cada arena é feito no próximo tópico. Neste item, nos dedicamos a apresentar dados mais genéricos sobre nosso material.

Enquanto a construção argumentativa que versa sobre o reajuste das passagens foi a mais presente, a que se concentra nas justificativas de a gratuidade da passagem ser benéfica para as demais políticas públicas voltadas para os cidadãos foi a menos recorrente. Mais uma vez, o Facebook conteve o maior número de registros, e a reunião 2 e a mídia apareceram com menos de 1% de ocorrência cada, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Registros do argumento: “Gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas”



Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Apesar de esta pesquisa focalizar a argumentação, é válida a apresentação dos assuntos mais comentados. Nossa análise revela alguns elementos interessantes. O primeiro deles é que o assunto mais recorrente foi aquele que focava as ações de divulgação do movimento, tema quase dominante nas reuniões. Contudo, este tema não foi tão presente no Facebook, como pode ser visto na tabela abaixo. Estão incluídos neste item os debates sobre os protestos e sobre outras atividades que auxiliassem na apresentação do movimento para as pessoas, como panfletagens e intervenções artísticas.

Tabela 2 – Ocorrência por assunto: “ações de divulgação do movimento”

ARENA	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
Facebook	0,18%
Mídia	12,91%
Reunião 1	32,39%
Reunião 2	37,29%
Reunião 3	37,15%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

O segundo assunto com maior recorrência foi o referente ao reajuste. Foram incluídos neste código, primordialmente, as discussões sobre os protestos contra o reajuste tarifário. Na reunião 1, por exemplo, os participantes passaram quase todo o encontro fazendo avaliação de um ato de rua que havia ocorrido dias antes. Esses momentos de avaliação, com ou sem argumentos, foram codificados no item mencionado. Os números também podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela 3 – Ocorrência por assunto: “discussão sobre o aumento/liminar referente ao reajuste”

ARENA	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
Facebook	18,30%
Mídia	18,74%
Reunião 1	14,25%
Reunião 2	5,91%
Reunião 3	3,28%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

A primeira análise apresentada neste tópico já dá indícios de que o Facebook é o espaço do argumento para o Tarifa Zero. É nele que a construção do texto se preocupa mais em apresentar uma justificativa clara e bem-concatenada de como alcançar objetivos, divulgar bandeiras, denunciar abusos e ilegalidade, convocar para atos de rua e intervenções, entre outras ações. Outro indicativo importante nesse primeiro momento é o de que a determinação do aumento das tarifas de ônibus pelo poder público em Belo Horizonte dá o tom da mobilização no período selecionado. Como já apontado, escolhemos um momento de efervescência causada justamente pelo aumento das passagens pela segunda vez em um ano. Era esperado que esse tema fosse o mais debatido nas três arenas. Contudo, apesar da “força” oferecida por esse

momento específico, ele também foi o que apresentou mais facilmente argumentos já disseminados em outros acontecimentos similares, já que os reajustes são anuais e, quase sempre, são acompanhados de alguma mobilização e forte cobertura midiática. Isto é, construir argumentos em torno desse tema é desafiador.

Ainda mais difícil, porém, é construir justificativa para defender a gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas sociais como um todo. Além de ser uma temática que requer conhecimento aprofundado sobre aspectos específicos da gestão pública, este argumento não é tão fácil de ser compreendido em breves postagens no Facebook ou em falas editadas pela mídia. Observou-se, portanto, que, nos veículos de comunicação, a discussão sobre o aumento também foi o assunto mais frequente, com um percentual de 7%, enquanto o debate relacionado às políticas públicas não alcançou nem 1% (0,39%).

7.2 Análise por arena

Com o intuito de mostrar como ocorreu a construção do argumento em cada ambiente, fizemos uma análise de cada um: mídia, Facebook e reuniões face a face. Revelamos nos próximos tópicos os resultados de cada arena.

7.2.1 Mídia

Como mostrado anteriormente, a mídia concentrou sua cobertura em episódios ligados ao aumento das tarifas, e o período de grande efervescência de reportagens foi durante e após o protesto de agosto contra o reajuste. O ato ocorrido em agosto foi marcado por uma forte repressão da Polícia Militar de Minas Gerais. Nossos dados mostram que dois temas dominaram as reportagens: a) discussão sobre ações de divulgação do movimento, com um percentual de 11,91%; e b) discussão sobre o aumento/liminar referente ao reajuste de 18,74%.

A mídia teve um percentual total de presença de argumento de 17,11%, como revelado no primeiro tópico do capítulo. Nesse sentido, observamos que a construção argumentativa relativa ao reajuste foi, de fato, predominante e que o argumento sobre as “formas de financiamento e subsídio das passagens” simplesmente não teve ocorrências nesta arena, como mostra a Tabela 4. Os números a seguir corroboram a breve reflexão feita no fim do primeiro tópico de que os argumentos mais recorrentes foram aqueles relacionados aos temas que tiveram maior cobertura midiática.

Tabela 4 – Presença de argumentos na mídia

GRANDES ARGUMENTOS	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
1) Gratuidade das passagens para o sucesso de políticas públicas	0,39%
2) Formas de financiamento e subsídio das passagens	Sem registros
3) Preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular	7,06%
4) Autojustificação do movimento	6,27%
5) Percepção sobre os efeitos da ação do movimento	4,43%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Também chama a atenção outro ponto relevante sobre as justificativas que têm como objetivo apresentar o movimento Tarifa Zero em si. Mas, antes de entrar especificamente no campo dos argumentos e em seus detalhamentos, é importante ressaltar que a análise dos veículos de comunicação avaliou quantas das 137 matérias selecionadas no período faziam referência ao coletivo ou utilizavam as falas de seus representantes. Constatou-se que apenas 6,68% das reportagens não faziam qualquer menção ao Tarifa Zero de Belo Horizonte. Quanto à seleção de matérias, 3,24% precisaram ser desconsideradas, porque apenas chamavam para galerias de fotos e/ou vídeos, estavam no formato “tempo real”⁶⁹ ou, ainda, por estarem repetidas de maneira idêntica nos jornais impressos e em seus respectivos sites.

Especificamente nos veículos midiáticos, observou-se quando eram utilizados os discursos diretos ou indiretos e, ainda, avaliações subjetivas. O primeiro se refere a quando a fala do participante é colocada no eixo construtivo da matéria; o segundo ocorre quando é reportado determinado posicionamento do grupo sem a utilização de aspas diretas; e, por fim, a avaliação subjetiva é quando o jornalista faz uma análise da situação em sua própria “voz”. O discurso direto dominou 22,53% das unidades de texto avaliadas. O discurso indireto predominou em 7,60%, e a avaliação subjetiva, em 4,77%. O dado, portanto, foi positivo, segundo o entendimento de que o jornalismo buscou diretamente os envolvidos muito mais do que se permitiu falar por eles. Isso oferece confiabilidade e maior peso à informação, uma vez que o leitor pode, sem depender da avaliação de outra pessoa, tirar suas próprias conclusões quando, por exemplo, o próprio integrante justifica um ato específico. O trecho seguinte exemplifica esta situação:

“A passeata seguia de forma pacífica em direção à PBH, fechando o trânsito da Afonso Pena sentido Praça Sete/Mangabeiras e de vias que cortam a avenida. “É

⁶⁹ Recurso muito utilizado pela cobertura online de ir postando minuto a minuto o que está ocorrendo em determinado acontecimento, como os atos de rua do movimento.

importante que a população venha para a rua protestar, complementando a ação da Defensoria Pública, para suspender o reajuste da tarifa. É a maneira de alertar os órgãos públicos sobre a insatisfação das pessoas”, justificava a estudante Anne Ovideo, integrante do Tarifa Zero”. (Portal UAI)⁷⁰

Na passagem destacada, a própria integrante apresenta um argumento acerca do motivo de as pessoas irem para as ruas para protestar contra o reajuste. Diferente deste, a seguir é apresentado outro trecho em que nenhum membro tem fala ressaltada, o que poderia dar mais peso à iniciativa.

Integrantes do Movimento Tarifa Zero irão acionar a Organização das Nações Unidas por causa da confusão durante a manifestação contra o aumento da tarifa de ônibus nessa quarta-feira em Belo Horizonte. O grupo está convocando pessoas que se feriram durante a ação da Polícia Militar para enviar fotos, vídeos e relatos que farão parte de um dossiê. (Portal UAI)⁷¹

Tendo em vista a repressão policial sofrida pelos manifestantes, incluir a fala de algum membro poderia ser mais convincente. Os dois trechos se enquadram nos argumentos abaixo, tanto naqueles que compreendem o aumento quanto naqueles que abordam a repressão policial ao protesto. A Tabela 5 mostra, ainda, os extremos dos demais argumentos, classificados como subitens dos códigos argumentativos, os que mais apareceram na mídia e aqueles que não chegaram a ter registros.

Tabela 5 – Presença de argumentos na mídia

ARGUMENTO	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
A gratuidade da passagem deve ser um direito de todo cidadão porque representa a prerrogativa de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade	0,39%
O aumento das tarifas é irregular porque não corresponde ao que está previsto na lei	3,31%
As tarifas são altas porque o poder público não está comprometido em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade	4,86%
As tarifas são altas porque garantem o lucro de empresas privadas	1,16%
O movimento Tarifa Zero é importante porque a tarifa gratuita é possível	6,27%
A mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente	6,27%

⁷⁰ Portal Uai. “Ativistas atacam ação da PM no Centro, que sustenta ter reagido à interdição de via”, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/13/interna_gerais,677894/ativistas-atacam-acao-da-pm-no-centro-que-sustenta-ter-reagido-a-inte.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2017.

⁷¹ Portal UAI. “Movimento Tarifa Zero irá acionar a ONU por causa de confusão durante manifestação em BH”. 13 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/13/interna_gerais,678169/movimento-tarifa-zero-ira-acionar-a-onu-por-causa-de-confusao-durante.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2017.

e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade	
O ato de rua foi vitorioso porque atraiu muitas pessoas e repercutiu na mídia, assim, tem mais chances de pressionar os governantes	0,99%
A repressão policial violenta não se justifica porque o ato de protestar publicamente nas ruas é um direito de todo cidadão	2,82%
A repressão policial não se justifica porque é um protesto pacífico	2,92%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

As informações da tabela revelam que o movimento compreende a mídia como espaço de apresentação dos argumentos que sustentam o que o grupo é e por que a mobilização em torno da tarifa é necessária nos grandes centros urbanos atualmente. Este é um entendimento que, com base na fundamentação teórica apresentada nos capítulos anteriores, é frutífero. Usar o espaço de divulgação midiática para se apresentar tem potencial para alcançar muitas pessoas, e o mais importante: não apenas aquelas que simpatizam com a causa ou têm um mínimo de interesse no movimento, como ocorre com o Facebook, por exemplo. A presença nas matérias é fundamental, ainda, para se posicionarem e angariarem adeptos. Quanto às duas maiores ocorrências, foram: a) o movimento Tarifa Zero é importante porque a tarifa gratuita é possível e b) a mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade. O movimento contempla a autojustificação em dois níveis: o primeiro rompe com a noção utópica que ronda o tema das passagens de ônibus gratuitas, e o segundo aproxima a causa das pessoas, pois mostra que a mobilização proposta tem relação com todos os cidadãos que vivem em Belo Horizonte e na região metropolitana.

Os dados mostram também a dificuldade de construção, na esfera midiática, de argumentos complexos, como: “a gratuidade da passagem deve ser um direito de todo cidadão porque representa a prerrogativa de ir e vir e circular livremente nos diferentes espaços da cidade”. Vários fatores podem explicar essa constatação, como o pouco espaço e a edição das falas e dos argumentos. Um ponto, porém, é primordial em relação à cobertura dos veículos: a factualidade. Vimieiro (2007) lembra ainda a relação das coberturas jornalísticas com o que é rotineiro. “Um acontecimento se torna noticiável por suas características sim, mas também pela pelo grau de integração que ele tem com o andamento normal e rotineiro das fases de produção jornalística. E é aqui que os acontecimentos de rotina ganham força” (VIMIEIRO, 2007, p. 4). Os veículos de comunicação se concentram, normalmente, em fatos de destaque no momento,

e, se estiverem alinhados à rotina dos profissionais, maiores as chances de publicação, segundo a autora. Salientamos ainda o caráter de “urgência” para que o acontecimento tenha amplo registro em jornais e portais. Apesar da importância de um tema específico, seria preciso algum acontecimento relacionado para o ganho de amplo espaço nas matérias.

7.2.2 Facebook

Como já demonstrado, a página do Tarifa Zero de Belo Horizonte no Facebook se configura como o espaço da argumentação e da justificativa de demandas na comparação entre as três arenas. O percentual de presença de construções argumentativas nas 186 postagens analisadas é de 34,94%, o mais alto das três.

Primeiramente, destacamos os assuntos mais recorrentes nesse ambiente. Diferentemente do que ocorreu na mídia, as formas textuais que convocam para determinados eventos tiveram índices significativos de registro no Facebook. O tema “convocação para protestos” alcançou 11,25% de presença, e a “convocação para reuniões/aulões”, 5,29%. Isso porque a página é o principal veículo de comunicação do movimento para anunciar ações e divulgar iniciativas próprias. A mídia, como foi mostrado, tem um caráter mais reflexivo do que de convocação. As reuniões, como explicitado adiante, possui características diversas em relação aos assuntos debatidos, mas também não é o melhor local para reverberar ações. O Facebook, por sua vez, tem várias potencialidades nesse sentido, e o coletivo sabe explorá-lo com esse objetivo. Nessa rede social, assim como nas outras arenas, o debate sobre o aumento das passagens dominou as postagens, com 18,30%.

Ao mesmo tempo que a rede social é o espaço da apresentação do argumento e da convocação, não é o espaço para discussão. Pelo menos, não nos textos dos posts, tendo em vista que essa pesquisa não analisou os comentários em cada um deles. As postagens são diretas e objetivas. O espaço de discussão, assim, é a reunião. Como exemplo, pode-se citar que a discussão de ações de divulgação do movimento, muito predominante na análise como um todo, não chegou a 1% de ocorrência na página da rede social, sendo que, nas reuniões este item ultrapassou 37%. Além disso, a discussão sobre atrair mais participantes e o debate sobre grupos com bandeira semelhantes nem sequer tiveram registros no Facebook.

Os dados apresentados acima revelam que o grupo tem no Facebook uma ferramenta de disseminação de informações objetivas e com potencial para mobilizar as pessoas. O espaço não é utilizado primordialmente como local de convite para longas discussões. Acreditamos que este fato aumenta as chances de divulgação e o engajamento de

um número maior de pessoas além daquelas que simpatizam com a causa. Cidadãos que frequentem a página, por exemplo, já identificarão rapidamente as bandeiras do grupo. Se ela contivesse longas discussões, que muitas vezes perdem o foco, talvez isso afastaria essas pessoas. Ademais, tal formato da página no Facebook facilita a repercussão de seu conteúdo na mídia. Em tempos de internet e coberturas ágeis, informações e posicionamentos postados na página podem ser utilizados pelos jornalistas em suas reportagens. O trecho abaixo é um exemplo dessa avaliação:

Por meio das redes sociais, o Tarifa Zero, movimento que contesta o aumento, criticou a demora da PBH em acatar a determinação judicial. Em sua página no Facebook, o movimento destacou o valor diário pago “a mais” pelos usuários do transporte público municipal desde a publicação da liminar. “Enquanto o Setra e a prefeitura enrolam, a cada dia útil cerca de 1,5 milhão de passageiros estão pagando R\$ 0,30 a mais do que determinou a Justiça”, reclamaram os integrantes do coletivo. Segundo o cálculo, ao pagar R\$ 3,40 em vez de R\$ 3,10, os belo-horizontinos fizeram conjuntamente um desembolso de R\$ 450 mil além do que pagariam se o reajuste tivesse ocorrido na data da decisão, assinada na segunda-feira. “Agora, mais do que nunca, R\$ 3,40 é roubo”, afirma o Tarifa Zero. (Portal UAI)⁷²

A seguir, é mostrada a postagem original feita na página do movimento no Facebook, no dia 16 de setembro de 2015:

450 MIL ROUBADOS POR DIA Enquanto o SETRA e a Prefeitura enrolam a cada dia útil cerca de 1,5 milhões de passageiros estão pagando 0,30 centavos a mais do que determinou a justiça. Isso dá quase MEIO MILHÃO DE REAIS a mais por dia indo para o caixa dos empresários de ônibus. Agora mais do que nunca R\$3,40 É ROUBO !!! (fonte: Sessão Passageiros registrados por tipo de dia do relatório disponível na página da BHTRANS - <http://goo.gl/QVsSAR>. (Página do Tarifa Zero BH)⁷³

O Facebook tem papel importante nas diferentes frentes de divulgação do movimento e, por isso, no período analisado, o coletivo investiu no principal mote, que era o aumento das passagens, e construiu as postagens com essa temática de forma argumentativa. O argumento “O preço da tarifa vai na contramão da demanda popular e da lei” teve 26,54% de presença, o mais alto entre os grandes argumentos da primeira fase de codificação. O segundo foi “formas de financiamento e subsídio das passagens”, com 7,82% de ocorrência.

Na Tabela 6 destacamos alguns dos subitens de cada código, com maior percentual de registros e com menor, a título de comparação:

Tabela 6 – Presença de argumentos no Facebook

ARGUMENTO	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
-----------	-------------------------

⁷² Portal UAI. “Ônibus de Belo Horizonte voltam a circular com o valor de R\$ 3,10”. 17 set. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/09/16/interna_gerais,689048/passagens-de-onibus-voltam-para-r-3-10-a-0h-de-quinta-feira-em-belo-h.shtml>. Acesso em: 14 fev. 2017.

⁷³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/980997891962121>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

O aumento das tarifas é irregular porque não corresponde ao que está previsto na lei	22,77%
As tarifas são altas porque o poder público não está compromissado em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade	16,27%
O ato de rua foi vitorioso porque atraiu muitas pessoas e repercutiu na mídia, assim, tem mais chances de pressionar os governantes	Não tem registro
A repressão policial violenta não se justifica porque o ato de protestar publicamente nas ruas é um direito de todo cidadão	2,68%
O transporte não pode ser financiado apenas no momento do uso porque ele é um serviço público como todos os outros e, por isso, deve ser financiado por toda a sociedade, garantindo-se, assim, a gratuidade ou preços mais acessíveis	7,82%
O movimento Tarifa Zero é importante porque a tarifa gratuita é possível	1,30%
A gratuidade da passagem deve ser um direito porque garante o acesso ao espaço público, seu uso e apropriação	2,74%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Como mostra a tabela, o argumento com maior ocorrência é “o aumento das tarifas é irregular porque não corresponde ao que está previsto em lei”. Já a construção argumentativa que diz “o ato de rua foi vitorioso porque atraiu muitas pessoas e repercutiu na mídia, assim, tem mais chances de pressionar os governantes” não teve nenhum registro. Percebemos também que o Facebook é o lugar da crítica. Por meio do segundo argumento mais presente – “As tarifas são altas porque o poder público não está compromissado em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade” –, os principais representantes do poder público na cidade são colocados em questão. Para subsidiar a crítica, dois recursos são utilizados: o primeiro, já abordado aqui, é a mobilização de argumentos bem-embasados e, muitas vezes, técnicos. Esse tipo de estratégia, como já expusemos anteriormente, tem como objetivo disseminar conhecimento aos cidadãos, para que possam formar uma opinião bem-fundamentada sobre determinado assunto. Nesses momentos, o grupo aposta na informação como o principal meio de mobilização. O segundo recurso é a ironia, combinada com o sarcasmo. Através dele, busca-se no humor a ferramenta de convencimento. A descontração, frequentemente presente no ambiente virtual, possui grande apelo, em especial entre os jovens, o que potencializa compartilhamentos e curtidas na página do coletivo.

Como exemplo das duas táticas detalhadas acima, destacamos duas postagens. A primeira é relativa à elaboração de argumentos técnicos, e a segunda, ao humor:

CRISE NÃO É DESCULPA PARA AUMENTO ILEGAL

Você sabia? As empresas de ônibus e a BHTRANS alegaram que a crise está lhes causando prejuízos e que isso as obriga a aumentar as passagens. E tem gente caindo nessa conversa. Faz sentido? O efeito da crise sobre a concessão de ônibus é exclusivamente sobre os custos das empresas que pelo contrato já são ajustados uma vez por ano. Com a projeção de inflação do Banco Central (9%) e com o atual aumento ilegal a expectativa é que a passagem em dezembro chegará a R\$ 3,70. TRÊS E SETENTA!!! Não caímos essa conversa mole. TERCEIRO ATO CONTRA O AUMENTO ilegal e abusivo. <https://www.facebook.com/events/616479568494277/> Terça 25/08. Concentração em frente ao CEFET I à partir das 11:00. (Página no Facebook do Tarifa Zero BH)⁷⁴

Observa-se no trecho acima que a crítica é feita, mas não é vazia. É apresentado ao internauta o motivo da projeção do preço da passagem de uma maneira simples, didática e objetiva. O grupo não prolonga a justificativa que embasa a convocação para o protesto. No exemplo destacado a seguir, a ironia e o sarcasmo estão fortemente presente no texto, o que tende a dificultar a compreensão de quem não sabe os detalhes sobre o episódio do aumento das passagens.

EXTRA EXTRA! MAIS UM FURO JORNALÍSTICO ANTITARIFÁRIO! - POR MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SETRA-BH INTERVÉM NA PREFEITURA E PASSA A ADMINISTRAR DIRETAMENTE BELO HORIZONTE

Inconformado com a demora no aumento da tarifa Joel Jorge Paschoalin presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte utilizou o instrumento previsto na lei geral das máfias e encampou a administração do município passando a exercer comando direto sem intermediários. Na prática já era quase isso que acontecia antes o Lacerda e o Ramonzito bebem uísque direto lá em casa e a gente fala sobre as tretas. Mas eu estava incomodado com a vagareza dos mecanismos de aumento que nós tínhamos acertado. Eles estão funcionando mas não na velocidade que a gente quer pensei que conseguimos ser um pouco mais rápidos e efetivos. - afirmou o novo alcaide. Já tomando posse o SETRA-BH anunciou novas medidas. Fim de qualquer contrato e mediação para aumento de tarifa extinção de processos participativos e privatização de parques com instalação de catracas e cobrança de tarifas. Pensando bem nada que não estivesse acontecendo antes. Mas deixa eu passar um tempinho no volante pra ter o gostinho do Lacerda. Além do mais economiza em caixa dois. arrematou Paschoalin. (Página no Facebook do Tarifa Zero BH)⁷⁵

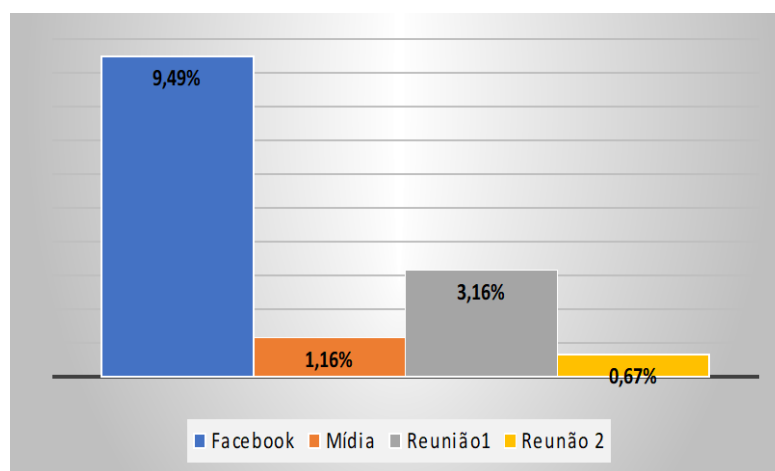
O sarcasmo e a ironia são utilizados não apenas para criticar o reajuste das passagens, mas também para insinuar um conluio entre os poderes público e privado para reajustar as tarifas. Considerando-se o argumento que aponta para a relação entre poderes— “As tarifas são altas porque garantem o lucro de empresas privadas” –, a maior ocorrência foi no Facebook, como pode ser visto no gráfico destacado abaixo. Se analisados os três ambientes,

⁷⁴ Postagem de 22 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/967196083342302>>. Acesso em: 18 fev. de 2017.

⁷⁵ Postagem de 27 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/999166786811898>>. Acesso em: 18 fev. de 2017.

nas reuniões a ocorrência foi mínima, na reunião chegou a 3,16%; na dois, não chegou a 1%; e na 3, não houve registro. Na média percentual das três reuniões, a presença do argumento não chegou a um por cento. Já na mídia, diversos aspectos podem explicar a presença, que não ultrapassou 1,16%. Os jornais não podem se embasar apenas nas falas dos ativistas, é preciso comprovar, por meio de documentação ou fontes oficiais, a acusação que é feita, sob pena de processo ou outro tipo de retaliação. Observa-se a disparidade entre os ambientes no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Registro do argumento “as tarifas são altas porque garantem o lucro de empresas privadas” em cada arena



Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Importante destacar que o Facebook é usado para alcançar audiência, e não para expor aspectos internos de debates do grupo, por exemplo. Essa característica do espaço faz com que os jornalistas se sintam à vontade para usar as postagens como forma de posicionar o grupo em matérias. A diversidade de abordagens e assuntos também chama a atenção. Mesmo com foco no reajuste, informações sobre outras iniciativas interessantes, como a “busona” (ônibus gratuito em determinado dia e rota para a população), chegam às pessoas. Portanto, a página do grupo no Facebook é uma ferramenta potente do coletivo para aproximar temas relacionados à mobilidade urbana dos cidadãos e, também, dos jornalistas.

7.2.3 *Reuniões*

As reuniões são o espaço em que o grupo debate diversos assuntos, que vão desde as ações de divulgação até a avaliação dos protestos realizados. Essas discussões são abertas e inclusivas. Elas auxiliam na construção dos argumentos que resultarão em postagens no Facebook, por exemplo. Importante destacar que os encontros foram abertos e as convocações foram feitas de maneira pública, principalmente, por meio do Facebook. Além dos líderes e integrantes do coletivo, qualquer pessoa que estivesse interessada e quisesse participar poderia acompanhá-los. Por isso, o número de participantes oscilou bastante, em média, de 10 a 20 pessoas aproximadamente. Nessas reuniões, normalmente com duração de duas horas, diversos assuntos foram discutidos. Como detalhado anteriormente no tópico 6.2, foram analisadas três reuniões, uma em cada mês em que ocorreram os episódios selecionados para a investigação. A primeira reunião, de agosto de 2015, foi realizada na parte externa da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). As duas seguintes, em setembro e outubro, ocorreram no prédio da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. As reuniões foram gravadas em áudio, a partir de um acordo com os integrantes do coletivo. Este material foi posteriormente transcrito para análise. A primeira reunião teve 56 minutos de gravação, correspondendo a 24 páginas de transcrição. A segunda teve duas horas e três minutos de gravação, com 47 páginas transcritas. E a terceira, com uma hora e três minutos de gravação, deu origem a 22 páginas transcritas.

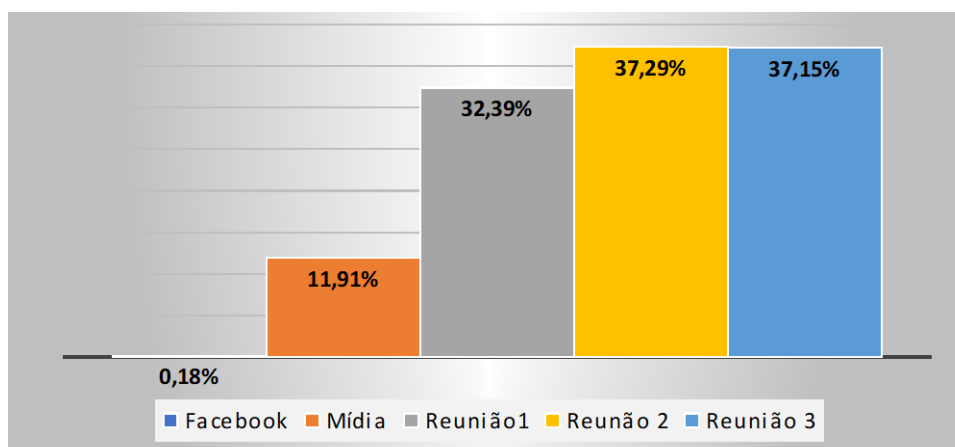
Existe a troca de razões, mas os participantes são incentivados a fazer perguntas e a expressar seus pontos de vista. Não é exigido dos participantes um argumento sólido para se posicionar diante de algum tema nos momentos das reuniões. Existe uma intensa troca de ideias, de possibilidades. Por isso, o registro de ocorrência de argumentos foi muito diferente de uma reunião para a outra.⁷⁶ Enquanto na primeira chegou a 28,68% a presença desse tipo de construção – superando até mesmo a mídia –, a segunda teve 11,39%, e a terceira teve 9,13%. Devido a isso, optamos pela análise separada de cada uma. A disparidade entre elas fez da análise dos encontros um verdadeiro desafio. Reiteramos que as reuniões são influenciadas diretamente por aquilo que acontece na semana ou no mesmo dia. Assim, determinado acontecimento pode requerer uma discussão argumentativa mais forte do que outro. Isso ocorreu na primeira reunião, mas não na segunda e na terceira. Ainda que tenhamos observado

⁷⁶ Importante destacar que assuntos que poderiam gerar interpretações polêmicas, ainda que em tom de descontração, foram eliminados dos arquivos das reuniões analisados nesta pesquisa.

essa disparidade, optamos por apresentar os dados unificados dos três encontros, por meio das médias percentuais.

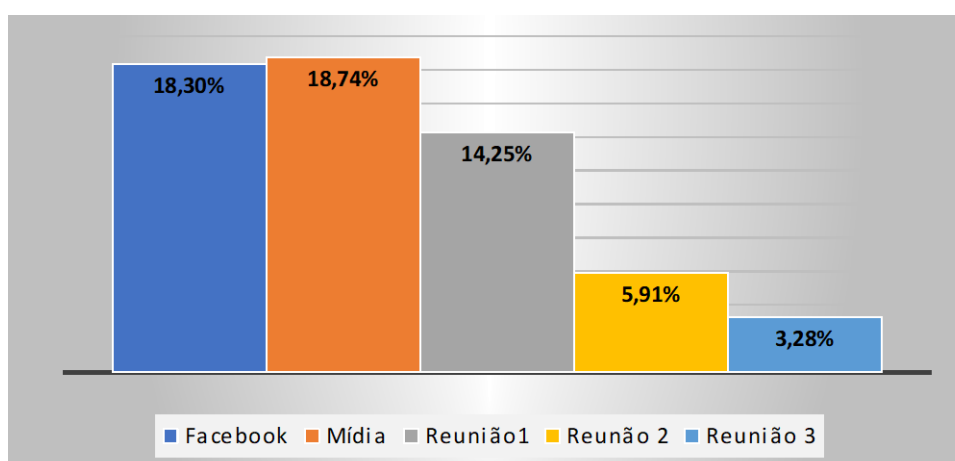
Observou-se que o assunto mais comentado nas reuniões foi a divulgação de ações do movimento, que ultrapassou 30% nos três encontros. Esse foi o único tema que teve ocorrências semelhantes nos três ambientes. A discussão sobre a forma de atrair outros grupos para o movimento apresentou percentual bem mais baixo, que variou de 7% a 8%. A discussão sobre o aumento, que tem registro significativo nas outras esferas, ocorreu de maneira variada nas reuniões: 14,25% na primeira; 5,91% na segunda; e 3,28% na terceira. Na média dos três encontros, o índice foi de 7,8%. Isso se deveu ao fato de a primeira reunião ter sido influenciada diretamente pela repressão da Polícia Militar ao protesto de agosto de 2015, fato que não ocorreu nas outras reuniões. O Gráfico 6 mostra os registros do tema “discussão sobre ações de divulgação do movimento”:

Gráfico 6 – Ocorrência de “discussão sobre ações de divulgação do movimento” em 3 ambientes



Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa..

Gráfico 7 – Disparidade de ocorrências nas reuniões



Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa..

Outros assuntos, principalmente aqueles ligados às convocações, não tiveram registros significativos nos encontros. “Convocações para reuniões/aulões”, por exemplo, não apareceu em nenhuma das três. De fato, como explicitado anteriormente, o caráter de convocação ficou muito mais evidente e necessário no Facebook do que nas outras arenas, em especial, nas reuniões.

Em relação aos argumentos, dois tiveram registros em todos os encontros: “o preço da tarifa vai na contramão da lei e da demanda popular” e o de autojustificação do movimento. O primeiro não ultrapassa os 4% em nenhuma das reuniões e a média percentual levando em consideração todas elas foi de 2,8%. Já o segundo alcançou entre 7% e 11%, com uma média de 9,6% nelas. Os demais apareceram em apenas uma ou duas. Entre os argumentos presentes, chama atenção o que traz a percepção sobre os efeitos da ação do grupo, com 17% de presença

na primeira reunião. Entre os subitens de cada argumento, destacaram-se aqueles ligados à autojustificação do movimento, tendo em vista que a reunião é um espaço importante de apresentação e explicação dos ideais do coletivo. Por serem encontros abertos e terem convocação pública, há pessoas que vão pela primeira vez, e sempre é reservado um momento para que os integrantes que estão há mais tempo possam introduzir os propósitos do movimento e fazer uma análise conjuntural das suas ações. Desse modo, observou-se o seguinte:

Tabela 7 – Ocorrência de argumentos nas três arenas

ARGUMENTO	PORCENTAGEM DE PRESENÇA
O movimento Tarifa Zero é importante porque a tarifa gratuita é possível	Reunião 1 – 6,27%
	Reunião 2 – 5,27%
	Reunião 3 – 4,55%
	Média – 5,3%
A mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade	Reunião 1 – 10,90%
	Reunião 2 – 7,44%
	Reunião 3 – 9,09%
	Média – 9,14%
As tarifas são altas porque o poder público não está compromissado em atender às demandas da população por preços mais acessíveis ou a gratuidade	Reunião 1 – 3,16%
	Reunião 2 – 0,67%
	Reunião 3 – 1,33%
	Média – 1,72%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

É possível concluir, por meio dos dados apresentados, que as reuniões são consideradas o espaço para explicar melhor as bandeiras do grupo e o motivo de suas ações. A conquista de novos apoiadores torna-se possível quando o coletivo abre as reuniões a quem desejar participar e faz a convocação pública em sua página na rede social. Apesar de os encontros debaterem os mais diversos assuntos, a combinação da discussão sobre ações de divulgação do movimento com o argumento que foca a autojustificação do coletivo evidencia essa equação de apresentação do coletivo. Nos encontros, os novatos têm prioridade de fala e podem fazer perguntas a todo momento. Essa situação pode ser notada no diálogo a seguir:

Participante 1 - *O Tarifa Zero ele se caracteriza por isso, né, de topar participar de audiência pública, coisa na câmara, propor propostas lá no PPAG e recebe algumas críticas por conta disso de alguns grupos assim, de algumas pessoas que pensam diferente, mas eu achei uma estratégia bacana assim de tentar atuar nas duas frentes.*

Participante 1 - *Só pra dar sentido aos informes, tá. Assim porque a gente tá tentando incrementar esse esquema de novato tá. É porque a gente tem muito novato, muita gente chega passa pela reunião boia e fala “ah pessoal tá discutindo coisas muito complexas”. A gente queria que sempre que vocês pudessem cutucar a gente que a gente tá falando, que que é PPAG?*

Participante 8 - *Que que é PPAG ?*

Participante 1 - *É Plano Plurianual de Governo. É uma coisa que a prefeitura tem feito pra abrir uma oportunidade pra que os cidadãos apresentem projetos de lei lá no orçamento urbano. A gente apresentou um tanto e nenhum deles foi nem votado.*

Participante 8 - *Isso aí seria fora do orçamento participativo?*

Participante 1 - *É separado. A gente já colocou tarifa zero aos domingos, por exemplo.*

(Diálogo entre participantes durante a reunião 2)

Nesse trecho, um integrante de mais tempo explica para o novato o que é o PPAG (Plano Plurianual de Governo) e por que ele é importante para o movimento. Ele deixa claro que é este o motivo da reunião: fazer com que as pessoas entendam os debates e que, em caso de discussões muito técnicas, possam se manifestar e pedir explicação para entender bem o que está sendo dito. Reforçamos que os dados mostram que essa é uma das principais funções das reuniões. Em outro momento, um integrante tenta desmistificar a questão de a tarifa gratuita para toda a população parecer uma utopia. Essa é uma questão importante para o grupo atrair mais apoiadores; mostrar que a bandeira principal não é necessariamente uma utopia como parece e tentar revelar como ela pode ser implementada ajuda na autojustificação do movimento.

Participante 3 - *Bom, a gente chama Tarifa Zero [...] Enfim, a tarifa zero ela pra muita gente trata-se de uma utopia inatingível, assim, inclusive. Só que a gente começa a ver processos de tarifa zero e começa a persistir, assim, então, não só no sentido, sei lá, de meio-passe estudantil ou passe livre estudantil, coisas desse gênero, mas exemplos mesmo de cidades que começam ter algumas experiências de tarifa zero e bem-sucedidas. (Participante durante a reunião 2)*

O participante continuou apresentando argumentos de como a tarifa zero é possível e, em determinado momento da sua fala, buscou justificar também a atuação do grupo:

Participante 3 - [...] *A ideia do Tarifa Zero ela parte desse pressuposto e esse conceito vem de um lugar muito simples pelo menos na minha visão que é uma cidade. Na nossa cidade eu preciso me mover pra outros lugares em geral, eu preciso me mover muito caso eu more longe das coisas que eu faça, trabalhar. Enfim então inevitavelmente a mobilidade ela é direito e a mobilidade nos termos coletivos ela é fundamental porque não tem como todo mundo ter carro, moto. Então, enfim a questão central é essa o Tarifa Zero existe também por conta dessa ideia assim que que é uma coisa que a gente, ah busca estratégias propostas se informar também pra construir um conhecimento e fazer coisas pra democratizar esse conhecimento de fazer aulão, fazer clipping pra também compartilhar esse conhecimento e adquirir conhecimento desses lugares. No sentido de caminhar em direção da tarifa zero e tem uma série de pressupostos anteriores que culminam o transporte dessa forma, tratá-lo como uma coisa pública. (Participante durante a reunião 2)*

Na explicação apresentada acima, fica evidente que o participante que chega pela primeira vez, ou mesmo quem frequenta as reuniões, mas ainda não tem muita familiaridade com as questões técnicas de financiamento, pode ter uma noção mais clara do debate sobre mobilidade urbana. As falas revelam o processo de reflexão coletiva dos membros do

movimento para articular opiniões ou ações futuras. Essa reflexão é essencial para embasar os posicionamentos expressos em outros ambientes.

7.3 A análise dos argumentos a partir da proposta de Brian Adams

A classificação das unidades de texto contendo argumento seguiu os procedimentos descritos na terceira fase da análise de acordo com a proposta de Brian Adams (2014). Nesta etapa da codificação, aprofunda-se na construção do argumento em si, e não no seu conteúdo. Em outras palavras, se na primeira fase a categorização foi feita com base no assunto abordado pelo texto ou pela fala, e na segunda fase buscou-se identificar o tipo do núcleo argumentativo em si, agora nossa análise investiga a decomposição do argumento. Para isso, o trabalho nesta etapa consistiu em três componentes essenciais para avaliar a construção dos argumentos: quem fala precisa oferecer uma conclusão; também a evidência para embasar o que diz; e uma explicação compreensível de como a evidência apresentada leva à conclusão final. A conclusão pode adquirir duas formas: problemas que precisam de uma solução; e propostas que possam resolver o assunto ou, ao menos, gerar um encaminhamento que possa lançar nova luz sobre o problema. O quadro esquemático abaixo revela a proposta:

Quadro 4 – Proposta de decomposição do argumento

CATEGORIA	TIPO
EVIDÊNCIA	Declaração factual
	Declaração pessoal
	História
CONCLUSÕES	<i>Propostas</i>
	<i>Definição do problema</i>
GARANTIA	Condicional
	Declaração de valor
	Analogia
	Meta-proposta

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Optou-se nesta parte da investigação por fazer uma análise conjunta das três arenas, para não fragmentar a comparação entre os ambientes. A decomposição dos argumentos em cada espaço diz sobre aquele local de produção de texto e fala, mas ganha uma nova perspectiva quando analisada em conjunto.

Para Adams (2014), a etapa mais importante para a construção de um argumento é a existência da “garantia”, a justificativa que vai fazer a conexão entre a evidência (uma espécie de abertura do texto ou fala) e a conclusão (o fechamento do texto ou fala). Segundo o autor, é a partir dessa construção que é possível existir a troca de razões.

Aplicamos o modelo nas três arenas e observamos que os índices de inexistência de garantia são pequenos e apenas ocorrem em três ambientes: Facebook, com 2,25%; reunião 1, com 1,57%; e reunião 2, com 0,38%. Esse é um bom sinal de que os argumentos apresentados possuem construções lógicas, aspecto fundamental para a compreensão de todos os interlocutores do movimento. As categorias de garantia são assim divididas entre os espaços:

Tabela 8 – Tipos de garantia em cada arena

TIPO	FACEBOOK	MÍDIA	REUNIÕES
DECLARAÇÃO DE VALOR	23,86%	12,28%	Reunião 1 – 24,30% Reunião 2 – 4,69% Reunião 3 – 1,33% Média – 10,10%
CONDICIONAL	23,07%	8,39%	Reunião 1 – 11,83% Reunião 2 – 7,26% Reunião 3 – 9,09% Média – 9,3%
ANALOGIA	0,88%	Sem registro	Reunião 1 – 4,95% Reunião 2 – 4,20% Reunião 3 – Sem registro Média – 3,05%
META-PROPOSTA	Sem registro	0,45%	Reunião 1 – Sem registro Reunião 2 – 1,66% Reunião 3 – Sem registro Média – 0,55%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa..

As construções classificadas como “Declaração de valor” e “Condicional” foram as mais recorrentes. Abaixo destacamos exemplos dos tipos de garantias mais frequentes, para facilitar a compreensão do procedimento adotado para decompor os argumentos. Os primeiros dizem respeito à classificação por “Declaração de valor”. Começa-se pelo Facebook:

O vereador Wellington Magalhães usou todo o seu moralismo e raiva para pedir a expulsão de nossa ocupação depois que divulgamos o seu veto à audiência do aumento. Disse que a gente só quer saber de festa. Então a gente responde com uma FESTA DE DESPEDIDA DA CÂMARA OCUPADA! Forró com Fungado na Sanfona Rap com MCs Clara Lune e Cris (Real da Rua) Fechando com o som eletrônico do Masterplano Vem despedir com a gente #3E40EROUBO É HOJE! À

partir das 19h! <https://www.facebook.com/events/1677415512496229/> (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁷⁷

Na mídia:

O grupo Tarifa Zero divulgou um comunicado em sua página do Facebook, às 19h35, criticando a decisão judicial e dizendo que “a luta contra o aumento continua”. Leia na íntegra: “Em mais uma ação por baixo dos panos, a Prefeitura de BH entrou com pedido direto para o presidente do Tribunal de Justiça de MG, desembargador Pedro Bitencourt, pedindo o aumento imediato das passagens. A justificativa para o pedido permanece desconhecida, até mesmo para a Defensoria Pública. Hoje recebemos a triste informação de que o desembargador autorizou o aumento, passando por cima da decisão anterior da desembargadora Áurea, do colegiado de juízes que estava analisando o caso e do pedido de esclarecimentos da sociedade, que aconteceu ontem durante a farsa da reunião do Conselho de Mobilidade Urbana (COMURB). A Defensoria nem teve a chance de se manifestar e está, nesse momento, buscando ter acesso ao processo para poder derrubar a autorização o mais rápido possível. (Jornal O Tempo)⁷⁸

Nas reuniões:

Participante 23 - Isso pra mostrar pras pessoas também que as outras estão tentando baixar a tarifa, né, porque tinha muita gente que acha que ninguém faz nada. “Ah aumentou e ninguém fez nada”. Então, acho que pra dá um recado bom pra sociedade. (Participante na reunião 1)

Nos argumentos apresentados, a “Declaração de valor” atribui uma avaliação ao que é dito: criticam-se o presidente da Câmara na postagem do Facebook, a Prefeitura de Belo Horizonte quando fala em “ação por debaixo dos panos”, e, nas reuniões, a atribuição de valor fica clara quando o participante diz que “dá um recado para a sociedade”. Isto é, os argumentos são compreensíveis e não deixam de fazer uma espécie de juízo de valor sobre um determinado aspecto.

Já a construção condicional, que revela por meio de uma relação de causa e efeito como uma ação pode levar a uma solução, é aquela que mais se aproxima do argumento completo idealizado por Adams (2014). Os exemplos destacados abaixo revelam como são construídas essas relações de causalidade:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MANTEVE HOJE A REDUÇÃO DAS PASSAGENS
É uma guerra desigual. As empresas de ônibus colocaram um exército de advogados e a Procuradoria do Município para tentar garantir o seu aumento das passagens. Nesta sexta-feira a desembargadora Áurea Brasil julgou o pedido do SETRA (sindicato das empresas) exigindo que o estudo que elas encomendaram à Ernest & Young fosse aceito pela justiça para garantir o seu aumento. Também a Prefeitura após declaração do prefeito Márcio Lacerda de que o aumento foi absolutamente justo argumentou que analisou e concordou com as informações de prejuízo apresentadas pelas empresas. No entanto na decisão de hoje a desembargadora negou os pedidos liminares das empresas e da Prefeitura e a passagem segue a R\$3,10 até que ela julgue o mérito da

⁷⁷ Postagem de 11 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/97838112223798>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁷⁸ Jornal O Tempo. “Prefeitura obtém vitória na Justiça e passagens podem voltar a subir”. 21 out. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/prefeitura-obt%C3%A9m-vit%C3%B3ria-na-justi%C3%A7a-e-passagens-podem-voltar-a-subir-1.1145186>>. Acesso em: 18 fev. de 2017.

ação da Defensoria. Mais uma derrota das empresas de ônibus e da Prefeitura. Seguimos na luta contra o aumento ilegal. #3E40NEMTENTA 19/9 (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁷⁹

Na mídia:

Durante a manifestação, pessoas ficaram feridas com balas de borracha e estilhaços de bombas de efeito moral, a maioria estudantes secundaristas e universitários. Segundo uma das integrantes do movimento Tarifa Zero, a cientista social Natália Duarte, de 25 anos, houve uso desproporcional e irresponsável da força pelos militares já que, afirmou, o protesto era pacífico e os manifestantes já estavam liberando parte da pista, conforme orientação da PM. “Estava tudo tranquilo. Não precisava de nada daquilo”, afirma Natália, que fazia parte da comissão de segurança do ato. Ela disse esperar que não haja ação similar no ato marcado para hoje. O protesto, informou, vai reunir também integrantes de ocupações urbanas. (Jornal Estado de Minas)⁸⁰

Nas reuniões:

Participante 8 - *Uma coisa é tipo assim você tentar comunicar, tipo assim você vai fazer um ato massivo com, não sei quanto, o máximo de gente possível e você precisa do apoio e a divulgação de todas as organizações de esquerda. Então, a ideia é você tentar construir isso antes, outra coisa é a gente fazer uma espécie de intervenção né, tipo uma coisa mais simbólica pra chamar atenção pra sair na imprensa, etc.* (Participante na reunião 3)

As construções argumentativas classificadas como “Condicionais” dificilmente abrem margem para dúvidas de interpretação e entendimento. As formulações classificadas assim possuem uma clara relação de causa e efeito sobre determinado fato ou tema. Na comparação entre as arenas, houve presença maior desse tipo no Facebook, assim como a “Declaração de valor”. Como já explicitado em outros tópicos deste capítulo, a preocupação em se fazer entender na rede social é primordial para o grupo, e o argumento precisa ter começo, meio e fim.

Interessante observar que, na mídia, a “Declaração de valor” superou a “Condicional”, ou seja, o grupo está, sim, se posicionando diante dos jornalistas, com críticas e bandeiras claras. Esse é outro ponto que marca esta arena, mas que também pode afetar em certa medida a confiabilidade em alguma informação, tendo em vista a parcialidade das causas. Entretanto, o movimento milita em prol de uma causa, e isso é levado adiante nas diversas formas expressivas em ambientes distintos.

Interessante observar ainda que, de forma contraintuitiva, no Facebook, ou mesmo nas reuniões, o recurso da “Analogia” não é amplamente utilizado. Ele poderia facilitar o posicionamento diante de algumas questões, mas não parece ser a aposta do grupo, tendo em vista que ele não alcança nem 1% na rede social e não ultrapassa 5% nas reuniões. Quando

⁷⁹ Postagem de 18 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/982170735178170>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁸⁰ Jornal Estado de Minas. “Em campos opostos”. 14 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/14/interna_gerais,678243/pimentel-diz-que-pm-agiu-dentro-do-protocolo-durante-manifestacao-em-b.shtml>. Acesso em 18 fev. 2017.

analisamos os tipos de Conclusão definidos por Adams (2014), observamos uma quantidade de registro similar de “Propostas” e de “Definições de problemas”.

Tabela 9 – Registros de tipos de conclusão

TIPO	FACEBOOK	MÍDIA	REUNIÃO
PROPOSTA	24,48%	11,04%	Reunião 1 – 17,51% Reunião 2 – 8,89% Reunião 3 – 9,13% Média – 11,84%
DEFINIÇÃO DE PROBLEMA	28,94%	15,64%	Reunião 1 – 21,96% Reunião 2 – 8,68% Reunião 3 – 5,63% Média – 12,09

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

O índice de argumentos sem conclusão é quase inexistente. Este fato revela a preocupação com a identificação de problemas e com a sugestão de solução. Ressalta-se, ainda, que recorrentemente a definição de um problema é acompanhada de uma definição de proposta, como são mostrados nos exemplos destacados abaixo:

VAI TER ÔNIBUS DE GRAÇA EM BH

Domingo 01/11 a partir das 14h Amanhã véspera de feriado (1) um ônibus TARIFA ZERO circulará sem catraca por Belo Horizonte. A ação é para a população experimentar aquilo que a prefeitura não concede; um transporte DE FATO público. Uma linha circular irá trafegar pelas praças da cidade sem cobrar tarifa dos seus passageiros. As ruas do trajeto da BUSONA estão indicadas abaixo: (Espaço Comum Luiz Estrela) Rua Manaus - Rua Álvares Maciel - Av. do Contorno - Rua Hermílio Alves - Rua Mármore - Rua Tenente Durval - Rua Salinas - Rua Hermílio Alves - Av. do Contorno - Praça da Estação - Av. Amazonas - Praça Raul Soares - Av. Bias Fortes - Praça da Liberdade - Av. Brasil - Rua Álvares Maciel - Rua Manaus (Espaço Comum Luiz Estrela) É uma ótima oportunidade de se deslocar pela cidade de maneira mais divertida e animada sem ter que pagar o abusivo preço das passagens de hoje. Todos e todas serão muitíssimos bem vindos à BUSONA SEM CATRACAS!. Vem com a gente! É só dar o sinal! (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁸¹

Na mídia:

“As centrais decidiram por esse lugar para descentralizar, para levar a pauta para outros pontos da cidade. Além disso, os estudantes do CEDT têm uma história de luta contra os reajustes das passagens. Por isso também, achamos importante dialogar com eles sobre o assunto”, explicou a integrante do Tarifa Zero Natália Duarte. Ainda não se sabe como será a forma de protesto dos manifestantes. “Vamos construir o ato na hora em conjunto com os estudantes. A ideia é fazer uma passeata, mas não há nada definido”, alegou a militante.
(Jornal O Tempo)⁸²

⁸¹ Postagem de 31 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/1000877496640827>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

⁸² Jornal O Tempo. “Terceiro ato contra aumento das passagens ocorre na avenida Amazonas”. 21 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/terceiro-ato-contr-aumento-das-passagens-ocorrer%C3%A1-na-avenida-amazonas-1.1092695>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

Nas reuniões:

Participante 12 - Não é a ideia de sair correndo e procurar uma escola e ir lá entendeu a gente ainda tá pensando como vai ser isso estudando mesmo pegando texto pra ler porque a gente tipo assim a gente é muito convidado pra ir em lugares escolas faculdades etc. Então, a ideia é criar núcleos mesmo. Procurar espaços que já tenham algo de mobilização pra conseguir criar base social mesmo não é assim só falar. A comunicação a gente faz bem ou mal, mas faz muito diálogo nossa página ou então nesses outros eventos que a gente é convidado a ideia é criar base social porque há um entendimento assim que tá tipo assim a pauta mobilidade ela tem seus pontos bons e pontos ruins. Ela é boa porque abrange todo mundo tipo assim todo mundo vai, vê três e dez de novo no busão vai ser muito doido, mas ao mesmo tempo, como ela não tem um espaço, tipo assim, não tem unidade territorial cê tá falando de transporte pra uma universidade inteira. É muito difícil criar base social. Todo mundo se sente representado, mas ao mesmo tempo não se sente porque é uma coisa muito ampla. Não é, por exemplo, em qual movimento que tá saúde cê quer falar sobre a saúde cê que fazer um trabalho sobre saúde ou com educação cê tem uma base são os hospitais, são as escolas. Transporte não tem isso, então ele tem esse problema da nossa dificuldade de conseguir ir a núcleos e criar grupos fora da nossa bolha. (Participante na reunião 2)

Os tipos de conclusão aqui apresentados revelam a preocupação do coletivo em não apenas definir um problema, mas indicar um caminho para resolvê-lo. A revelação do problema é muito importante para mobilizar e atingir o poder público, mas o movimento honra o objetivo de sua causa quando diz o que pode ser feito ou mesmo o que está sendo feito pelos seus próprios integrantes, como é o caso do ônibus de graça anunciado na postagem no Facebook. A fala do integrante na reunião é especialmente interessante porque aborda um problema identificado pelo próprio movimento. Uma solução é proposta, mas ainda está em processo de construção.

Por fim, a “Evidência” dá o tom de factualidade ou não para o argumento. Por isso a “Declaração factual”, aquela que se apoia em fatos cotidianos e recentes, dominou o Facebook, por exemplo, e a mídia. Do outro lado, a evidência que se baseia na “Experiência pessoal” alcançou quase 30% de registro nas reuniões. É nesse espaço que as pessoas se sentem confortáveis para falar sobre as próprias experiências como forma de embasar argumentos. É por isso, também, que as ocorrências destas na rede social e nos veículos de comunicação foram baixas, já que esses são os locais da objetividade e da maior clareza de razões. A categoria “História”, por sua vez, também teve pouca ocorrência. Os registros se configuraram da seguinte maneira:

Tabela 10 – Registro de tipos de Evidência

TIPO	FACEBOOK	MÍDIA	REUNIÃO
DECLARAÇÃO FACTUAL	31,78%	15,41%	Reunião 1 – 6,26% Reunião 2 – 6,17% Reunião 3 – 10,43% Média – 7,62%
EXPERIÊNCIA PESSOAL	7,94%	4,20%	Reunião 1 – 27,33% Reunião 2 – 6,15% Reunião 3 – sem registro Média – 11,16%
HISTÓRIA	8,67%	0,52%	Reunião 1 – 2,50% Reunião 2 – 2,34% Reunião 3 – sem registro Média – 1,61%

Fonte: Elaboração pela autora desta pesquisa.

Abaixo, destacamos alguns argumentos de “Declaração factual”:

No Facebook:

A QUADRILHA DO SETRA BH

A Comissão de Transportes da Câmara de Vereadores tá fechada com os homi. Dom Preto bateu o martelo e garantiu que não vai ter audiência pra discutir o aumento ilegal das passagens. Os demais membros da comissão Valdivino Aquino Silvinho Rezende Autair Gomes e Léo Burguês de Castro não deram um pio e garantiram os 3 40 negociados com Dom Joel Jorge Paschoalin presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus (SETRA-BH). #COMISSAODOSETRA #340EROUBO #CAMARAOCUPADA (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁸³

Na mídia:

Para Letícia Birchal, integrante do movimento Tarifa Zero, essa foi uma manobra política usada pelo poder público para garantir o reajuste a qualquer custo. “A prefeitura colocou, claramente, os interesses dos empresários acima do dos usuários. A utilização desse instrumento jurídico para garantir o reajuste não é justificável”, afirmou. O reajuste emergencial foi de 9,6%, acima da inflação oficial nos últimos 12 meses, que está em 9,4%. (Jornal O Tempo)⁸⁴

Abaixo foram destacados exemplos de argumentos que focam a “Experiência pessoal”:

Na mídia:

Um integrante do movimento Tarifa Zero, que preferiu o anonimato, disse que a PM começou a confusão durante um ato que era pacífico. “Hávamos conversado com os militares, na altura da rua Espírito Santo, e eles haviam permitido a nossa passagem.

⁸³ Postagem de 8 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/976532732408637>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

⁸⁴ Jornal O Tempo. “Tarifa de ônibus sobe neste domingo e reajuste de dezembro é mantido”. 24 out. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/tarifa-de-%C3%B4nibus-sobe-neste-domingo-e-reajuste-de-dezembro-%C3%A9-mantido-1.1148682>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Porém, quando chegamos próximo da rua da Bahia, eles atiraram balas de borrachas nas nossas pernas e jogaram bombas de efeito moral”, relatou. (Jornal O Tempo)⁸⁵

Nas reuniões:

Participante 21 – *Cê falou dessa parte de não deixar morrer e enquanto o pessoal que tava sofrendo repressão dentro ou não do tal hotel, dentro ou não do tal banco, enfim, esse pessoal é a gente. Sabe que quem tava lá tava por causa da redução, né, mas o fato dessas pessoas terem sofrido essa repressão dá uma lembrada então eu acho que pode-se usar isso pra lembrar do foco principal, não tirando o foco principal do movimento pra uma reclamação de uma repressão que o pessoal sofreu.* (Participante durante a reunião 1)

Ressalta-se que os índices de inexistência de evidência também foram pouco significativos: no Facebook, chegaram a 1,24%, e na mídia, a 0,77%.

7.4 O fluxo de argumentos e ações nas arenas

A análise comparada dos três ambientes permitiu avaliar quais temas e argumentos circulavam nos espaços e influenciavam a realização de estratégias visíveis a todos os interlocutores do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte. Analisamos em quais casos era possível identificar essa circulação, preferencialmente, nas três arenas. O primeiro caso diz respeito ao aumento das passagens de ônibus em cidades da região metropolitana logo depois que Belo Horizonte teve declarado o seu, em setembro. Como exemplo, na reunião 2, do dia 15 de setembro, um participante afirmou:

Participante 1 - *Não sei se a galera tá por dentro [...] teve aumentos, Contagem, Betim mesmo valor. Mas, assim, só colocamos na página, tudo bem que a gente tá colado com o de BH, mas não pode deixar de ir lá e chamar a atenção pra farra do aumento, né. Belo Horizonte solta o aumento e no dia seguinte as outras duas maiores cidades da região metropolitana já soltam.* (Participante na reunião 2)

No dia 17, dois dias depois da reunião, foi feita a seguinte postagem:

A FARRA DOS AUMENTOS NA REGIÃO METROPOLITANA
Depois da vergonhosa autorização da Prefeitura de BH a porteira tá aberta. O prefeito Carlaile de Betim não perdeu tempo e já atendeu a exigência das empresas locais de ônibus. Contagem, Ribeirão das Neves, entre outras, também estão seguindo na mesma direção. Nessas cidades o poder das empresas é ainda maior e uma vez autorizado em BH pipocam os aumentos em toda a Região Metropolitana. Em Betim, a revolta da população contra a decisão do prefeito já começou: Nesta SEXTA, 18/9, às 7 da manhã, na PRAÇA MECATRÔNICA (Praça do Senai Betim). Confirme sua presença: <https://www.facebook.com/events/561195817365395/>. (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁸⁶

⁸⁵ Jornal O Tempo. “Repórter de O Tempo é atingido por bala de borracha”. 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/rep%C3%B3rter-de-o-tempo-%C3%A9-atingido-por-bala-de-borracha-1.1084450>>. Acesso em 18 fev. 2017.

⁸⁶ Postagem de 17 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/981642211897689>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Na mídia, a notícia reverberou da seguinte maneira no dia 18 de setembro de 2015:

Na contramão de Belo Horizonte, que teve que cancelar nesta semana o aumento das passagens de ônibus depois de uma decisão judicial, Betim manteve o reajuste da tarifa em R\$ 0,30. Desde a meia-noite do último domingo (13), o valor das passagens dos ônibus convencionais e de baixa capacidade – micro-ônibus do transporte alternativo – passou de R\$ 3,10 para R\$ 3,40, um aumento de 9,6%. Já o valor da linha Circular Citrolândia (C09) saltou de R\$ 2,30 para R\$ 2,50. (O Tempo Betim)⁸⁷

A postagem na rede social tem relação direta com a discussão ocorrida na reunião dias antes, e essa conexão é possível de se estabelecer. Sobre a mídia, é difícil afirmar se foi a mobilização do movimento que alcançou os jornais, mas fato é que o acontecimento chegou à grande mídia em tom de crítica. Nesse sentido, a análise qualitativa proposta neste tópico tem como objetivo mostrar que os temas ou os argumentos circularam entre as arenas.

No exemplo abaixo, a repercussão midiática ocorreu antes da reunião, o que revela que o tema já havia alcançado o universo jornalístico, o que não deixa de ser algo positivo para a mobilização. Com a proximidade do Dia Mundial sem Carro, celebrado no dia 22 de setembro, a seguinte afirmação foi feita por um participante na reunião 2, em 15 de setembro:

Participante - Outra coisa que podia virar pauta é que dia vinte dois de setembro é dia mundial sem carro e a gente podia propor alguma coisa qualquer coisa [...] Vai rolar um festival que chama Os Brutos é uma mostra de vídeo e foto e outras várias coisas, mas é tudo material bruto assim, cê pode enviar o que, cê quiser desde que seja sem corte sem edição e sem tratamento nos dias vinte um a vinte quatro e o tema é mobilidade [...] Aí eu tô meio que ajudando a mostra e como o tema é mobilidade eles, queriam que a gente fosse lá propor qualquer coisa assim pode ser roda de conversa, debate pode ser uma intervenção, alguma coisa assim do dia vinte e um a vinte e quatro a gente ainda não tem certeza onde vai ser mas até o momento. (Participante na reunião 2)

Uma postagem sobre a mostra Os Brutos foi feita logo depois, no Facebook:

MOSTRA OS BRUTOS - MOBILIDADE URBANA

A Mostra Os Brutos está reunindo registros de vídeo e fotografia em qualquer formato ou duração mas sobretudo material bruto sem edição sobre o tema da mobilidade urbana pensando nos seus inúmeros sentidos contemporâneos do cotidiano das cidades e o direito de ir e vir nos seus espaços aos atos políticos contra o sistema de transporte público e a repressão policial que frequentemente os acompanha. A mostra não tem curadoria ou seja vai exibir todos os registros enviados em lugares que ainda estão sendo definidos. Mas o prazo de inscrição dos materiais é dia 18/set. Mais detalhes no link do evento a seguir. Corre que da tempo (não precisa de edição) <https://www.facebook.com/events/1591402284413719/> (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁸⁸

⁸⁷ O Tempo Betim. “Betim vai na contramão e mantém reajuste”. 18 set. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/o-tempo-betim/betim-vai-na-contram%C3%A3o-e-mant%C3%A9m-reajuste-de-tarifa-1.1115088>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

⁸⁸ Postagem de 16 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/981175315277712>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Outra postagem foi feita lembrando o Dia Mundial sem Carro, no dia 21 de setembro, e convocando os interessados a participarem da chamada “Happy Blitz”.

HAPPY BLITZ

Semana do #diamundialsemcarro

No próximo dia 22 de setembro celebraremos como nos últimos anos o Dia Mundial Sem Carro em Belo Horizonte! Nesse dia em cidades do mundo todo são realizadas atividades em defesa do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades no que passou a ser conhecido como Dia Mundial Sem Carro. Para além de apoiar a realização do mês da mobilidade promovido pelo Bike Anjo BH a BH em Ciclo realizará uma atividade inédita na cidade: a Happy Blitz! O que é isso? Simples! Basicamente é um momento de encontro para celebrar a bicicleta em Belo Horizonte receber informações e ajuda na manutenção das magrelas e ninguém melhor para fazer isso conosco que você: ciclista! O que rolará? A equipe da BH em Ciclo estará na Praça do Ciclista com as seguintes atividades: Das 15h até 18h: Mecânica gratuita para quem estiver precisando de uma mãozinha no reparo da magrela. Distribuição de material educativo para os ciclistas que passarem no local. Distribuição de garrafinhas, adesivos e outros materiais para ciclistas (em parceria com a BHTrans); Das 17h às 19h: Venda de cerveja a preços módicos e refrigerante e chips gratuitos. A partir das 18h: Exibição do filme Bike vs Cars! A partir das 20h: Pedalada pela cidade (atividade realizada coletivamente por cidadãs e cidadãos da cidade). (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁸⁹

Na mídia, a matéria já havia repercutido da seguinte maneira, no dia 2 de setembro de 2015:

O mês de setembro é considerado o mês da mobilidade urbana e para comemorar o Bike Anjo preparou uma série de eventos que começaram a ser realizados nesta quarta-feira (2). A Escola Bike Anjo (EBA) vai participar da Virada Cultural e vai ainda realizar pedais temáticos, como o pedal do Chaves.

A data mais importante deste mês é o próximo dia 22, Dia Mundial Sem Carro. Neste dia o incentivo é para que as pessoas utilizem o transporte público ou as “magrelas” para trabalhar. No fim do mês haverá ainda uma série de eventos dentro do zoológico, onde a pedalada estará liberada. (Portal O Tempo)⁹⁰

Temas como o Dia Mundial sem Carro têm um apelo positivo, porque é uma iniciativa global e só tem a beneficiar ao conscientizar as pessoas. Por isso, além de a mídia já estar atenta para ele, mais de uma postagem foi feita na rede social do movimento para lembrá-lo. Do lado oposto está um assunto polêmico, que foi o cancelamento da reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Comurb). O fato da suspensão em si não recebeu cobertura da imprensa que faz parte do escopo desta pesquisa, mas foi mencionado ao fim de outras matérias que abordaram o reajuste das passagens, como mostrado abaixo, meses depois. Na reunião do dia 18 de agosto, um participante comentou:

⁸⁹ Postagem de 21 set. 2015. Disponível em: < <https://www.facebook.com/582305668498014/posts/983468388381738> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁹⁰ Portal O Tempo. “Bike Anjo realiza ações em comemoração ao mês da mobilidade urbana”. 2 set. 2015. Disponível em: < <http://www.otempo.com.br/hotsites/tempo-de-bike/bike-anjo-realiza-a-C3%A7%C3%B5es-em-comemora-C3%A7%C3%A3o-ao-m%C3%AAs-da-mobilidade-urbana-1.1102256> >. Acesso em: 15 fev. 2017.

Participante 1 - *Eles chegaram inclusive agora a cancelar a reunião do Comurb, do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, que seria esse mês. Eles cancelaram pro mês que vem.* (Participante na reunião 1)

No Facebook, dois dias depois, foi feito o seguinte post:

PREFEITURA MANOBRA PARA EVITAR AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE O AUMENTO

Depois de adiar a reunião do Conselho Municipal de Mobilidade (COMURB) por um mês a Prefeitura manobra a Câmara Municipal para cancelar audiência pública prevista para o próximo dia 02/set. Marcada pelo vereador de oposição Pedro Patrus, a audiência aberta à população não foi confirmada na Comissão de Transportes da Câmara por falta de quórum. Na última hora, o vereador Autair Gomes, aliado do prefeito, abandonou o plenário. Justo quando havia sido atingido o quórum mínimo necessário para o encaminhamento da audiência. Com isso, o prefeito consegue evitar mais uma vez ouvir a opinião da população a respeito do aumento ilegal das passagens que ele autorizou. Terça que vem tamo na rua pra mostrar que esperteza aqui não cola: 3º ato contra o aumento. Terça, 25/08, 11:00 CEFET I (Amazonas 5253) <https://www.facebook.com/events/616479568494277/> (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹¹

Na mídia, um exemplo de como o fato repercutiu ocorreu da seguinte maneira, no mês de setembro:

Por fim, Áurea Brasil lembrou que a decisão de primeira instância também se baseia em um “possível descumprimento do Decreto n. 15.318/2013, que instituiu o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana – Comurb”. De acordo com a Justiça, esse conselho tem a atribuição de conhecer estudos técnicos relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e permissão dos serviços públicos de transporte do município, monitorando e acompanhando os critérios de fixação das tarifas dos serviços.

“É certo, ademais, que não há comprovação de que as notas técnicas da BHTRANS (encaminhadas à Defensoria após requerimento e juntadas aos autos) tenham sido também disponibilizadas na internet. Tampouco se tem notícia do encaminhamento de qualquer dado diretamente ao Comurb ou da apreciação do tema pelos conselheiros, embora o Presidente do Órgão seja o Secretário Municipal de Serviços Urbanos”, afirmou a magistrada.

Diante disso, a desembargadora determinou que o presidente do Comurb seja notificado para que submeta a revisão das tarifas à apreciação do órgão e apresente a ata da reunião no prazo de 60 dias. (Portal O Tempo)⁹²

O tipo de informação e argumento em que a circulação entre arenas fica mais clara é quando é debatida a realização de um protesto. O fluxo segue a discussão de como serão feitos os atos e a divulgação na reunião, com posterior postagem no Facebook convocando as pessoas e, por fim, a repercussão na mídia. Essa é uma característica que corrobora os apontamentos quantitativos de outros tópicos desta pesquisa de que os temas relacionados ao aumento das

⁹¹ Postagem de 20 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/965769210151656>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

⁹² Portal O Tempo. “Justiça mantém liminar que impede aumento das passagens de BH”. 18 set. 2015. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/justi%C3%A7a-mant%C3%A9m-liminar-que-impede-aumento-das-passagens-de-bh-1.1115695>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

passagens tiveram grande ocorrência nas esferas. Como exemplo, na reunião 1, no dia 18 de agosto, os participantes dialogaram o seguinte:

Participante Q - *É, então, eu não sei se vocês já falaram disso e tal, mas tipo assim, esse ato de terça-feira vai ser um rolê na Amazonas, né, é isso mesmo?*

Participante 9 - *Onze horas na frente do Cefet.*

Participante Q - *É.*

Participante 6 - *Onze horas da manhã?*

Participante Q - *Sim.*

Participante Q - *Pra casar com a saída do Cefet.*

(Participantes na reunião 1)

A postagem no Facebook foi feita da seguinte forma, no dia 19 de agosto:

O aumento tá aí e ele vai cair! Com mobilização de rua a gente barra esse aumento!!!!
TERCEIRO ATO CONTRA O AUMENTO ilegal e abusivo.
<https://www.facebook.com/events/616479568494277/> Terça-feira 25/08. Concentração em frente ao CEFET I à partir das 11:00 A gente avisou pra não tentar: R\$3,40 NÃO VAI PASSAR!
 (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹³

Na mídia, a informação repercutiu depois que o protesto ocorreu:

Integrantes do Tarifa Zero e do Movimento Passe-Livre realizaram um novo protesto contra o aumento das passagens de ônibus em Belo Horizonte na manhã desta terça-feira. Eles tiveram apoio de estudantes do Centro Federal de Educação de Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) e fecharam a Avenida Amazonas, na Região Oeste de Belo Horizonte. O trânsito ficou lento. (Portal UAI)⁹⁴

Como dito anteriormente, não é possível afirmar com certeza que determinada ação ou posicionamento na rede social ocorreu por causa do fluxo de informações nas arenas. Mas, por meio de exemplos como os destacados, fica clara a relação entre os ambientes, principalmente quando avaliados o Facebook e as discussões feitas nos encontros. Não apenas o conteúdo era discutido, como a forma como as ações seriam divulgadas, incluindo a escolha de cores e de outros recursos visuais. Os protestos tiveram relevância no estudo de fluxo porque foram eles que ganharam destaque na cobertura midiática, em detrimento de outras polêmicas com menos apelo, como o cancelamento da reunião do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (Comurb). Um futuro estudo pode ter como objetivo identificar esse fluxo, a partir de uma metodologia específica para, de fato, ter certeza dessa circulação. Nesta pesquisa,

⁹³ Postagem de 19 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/965485256846718>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

⁹⁴ Portal Uai. "Protesto contra aumento das passagens é marcado por trânsito lento na Amazonas". 25 ago. 2015. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/08/25/interna_gerais,681756/protesto-contr-aumento-das-passagens-e-marcado-por-transito-lento-na.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2017.

apontamos para exemplos ilustrativos, que também é válido serem mencionados, assim como o tópico a seguir.

7.5 Breve análise das imagens e memes

As imagens, especialmente os chamados memes⁹⁵, são recursos explorados pelo movimento para passarem diversas mensagens. Em alguns momentos, elas complementam o que está sendo dito, isto é, não interferem na compreensão do texto da postagem como um todo. Em outros, apenas ilustram a mensagem, tenha ou não argumento. E, ainda em outros, os memes auxiliam no sentido de completar o argumento. Assim, os recursos imagéticos são o foco da breve análise deste tópico.

Reiteramos que não é objetivo desta pesquisa investir nesse tipo de investigação. Contudo, uma análise desses recursos imagéticos contribui para que possamos compreender melhor os ambientes discursivos pesquisados. Como é possível ver abaixo, as imagens muitas vezes colaboram para a construção do argumento. Elas complementam o sentido dos textos que acompanham as postagens ou, quando publicadas sozinhas, desenvolvem um significado próprio. Por isso, damos alguns exemplos das várias relações entre texto e imagem presentes na página no Facebook do Tarifa Zero. Ressaltamos que, nos casos analisados, é mais comum os recursos visuais complementarem o que é dito do que terem uma função ativa na construção do argumento em si. Eles são importantes, mas a construção dos textos é feita de forma a buscar o entendimento completo na questão, ainda que não haja um argumento, como no caso das convocações para eventos. As imagens reforçam dia, local e horário de protestos, mas esse tipo de informação não necessariamente elabora o argumento. Servem para facilitar o compartilhamento pelas pessoas.

Os memes também assumem essa função forte de aumentar o engajamento dos internautas, já que o humor é o ponto alto desse tipo de criação. Porém, nem sempre apresentam um argumento que não esteja no texto da postagem. O caráter impactante dos memes é de extrema relevância no universo das redes sociais, e o movimento sabe explorá-lo a seu favor. Adiante revelamos alguns exemplos.

O primeiro destaca o “Jornal Sensacionalista Antitarifário”, uma peça que simula a grande mídia, repleta de ironia e sarcasmo. O jornal acompanhava o seguinte post, que possui o mesmo texto da imagem ilustrativa:

⁹⁵ Os memes são construções imagéticas que utilizam humor, sarcasmo ou ironia para transmitirem uma mensagem específica.

EXTRA EXTRA!

MAIS UM FURO JORNALÍSTICO ANTITARIFÁRIO!

POR MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SETRA-BH INTERVÉM NA PREFEITURA E PASSA A ADMINISTRAR DIRETAMENTE BELO HORIZONTE

Inconformado com a demora no aumento da tarifa, Joel Jorge Paschoalin, presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte, utilizou o instrumento previsto na lei geral das máfias e encampou a administração do município, passando a exercer comando direto, sem intermediários.

“Na prática já era quase isso que acontecia antes, o Lacerda e o Ramonzito bebem uísque direto lá em casa e a gente fala sobre as tretas. Mas eu estava incomodado com a vagareza dos mecanismos de aumento que nós tínhamos acertado. Eles estão funcionando, mas não na velocidade que a gente quer, pensei que conseguimos ser um pouco mais rápidos e efetivos.” - afirmou o novo alcaide.

Já tomando posse, o SETRA-BH anunciou novas medidas. Fim de qualquer contrato e mediação para aumento de tarifa, extinção de processos participativos, e privatização de parques, com instalação de catracas e cobrança de tarifas.

“Pensando bem, nada que não estivesse acontecendo antes. Mas deixa eu passar um tempinho no volante, pra ter o gostinho do Lacerda. Além do mais, economiza em caixa dois.” arrematou Paschoalin. (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹⁶

Figura 1 – Jornal sensacionalista antitarifário



Fonte: Página do Tarifa Zero no Facebook. Nesse caso, a arte ilustra o argumento sem o intuito de complementar o que é dito no texto. Ela reforça de maneira lúdica a postagem.

O segundo exemplo também segue a mesma linha do destacado acima, mas oferece um novo elemento ao buscar comprovar o que é dito por meio de um documento oficial da Prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, também não altera o argumento que já é apresentado na postagem. O texto abaixo exemplifica como ocorre a inclusão de um novo elemento para reforçar o argumento:

⁹⁶ Postagem de 27 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/999166786811898>>. Acesso em 15 fev. 2017.

PREFEITURA ACEITA E REPASSA CHANTAGEM DOS EMPRESÁRIOS DE ÔNIBUS PARA A POPULAÇÃO

Há dez dias atrás, uma semana antes do aumento, a Prefeitura enviou mais um ofício para a mesa do presidente do TJMG. Nele informava que as empresas de ônibus estavam ameaçando retirar a função de cobrador dos ônibus nos finais de semana e que, por causa disso, o sindicato dos rodoviários ameaça greve. Informava também que os empresários de ônibus iriam mudar a forma de pagar o 13º salário de seus funcionários.

A partir dessas informações a PBH pediu ao TJMG que liberasse logo o aumento de tarifas, porque, caso contrário, BH iria ficar sem transporte público!

Se o transporte está tão difícil de gerir, dando menos lucro para as empresas e fazendo com que elas demitam funcionários e tirem ônibus das ruas, que os empresários DESISTAM do serviço e o repassem diretamente para a prefeitura. É obrigação do poder público fazer frente a essas chantagens, e retomar um serviço que é PÚBLICO e deve servir à população, e não ao lucro dos empresários.

A prefeitura opta pela “solução” que é a causa dos problemas: repassa os custos para o usuário do busão, aumenta a tarifa e exclui a população do acesso à cidade. Com a tarifa cada vez mais cara, todo mundo passa a buscar uma alternativa ao ônibus e cada vez menos pessoas usam o transporte coletivo, e aí os empresários alegam de novo queda de demanda e pressionam por um novo aumento. E quem é moído nessa história é o povo.

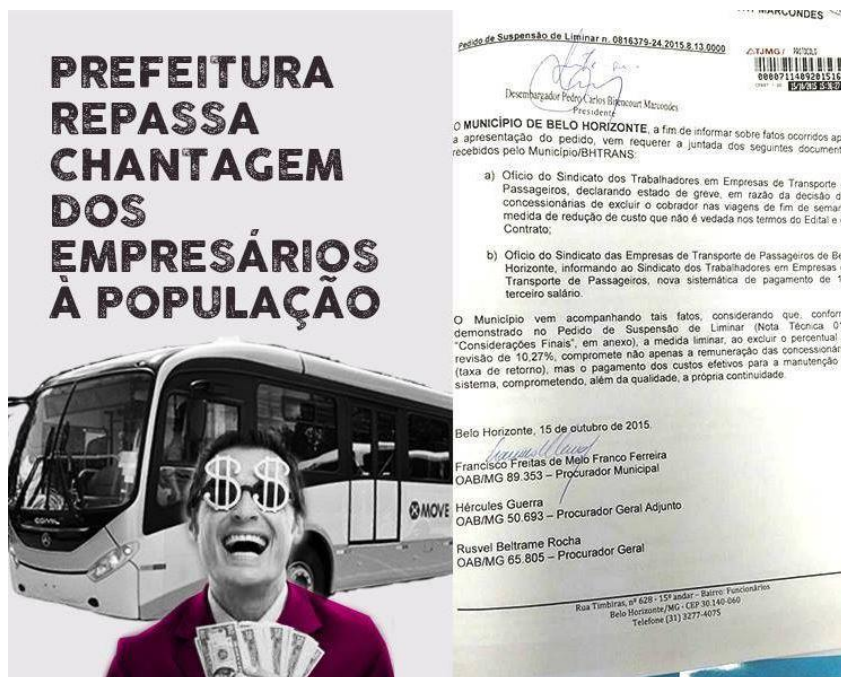
Chega de sufoco! É preciso uma intervenção no sistema já!

Esse aumento não vai passar!

#3e40NemTenta

(Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹⁷

Figura 2 – Imagem sobre o Move



Fonte: Página do Tarifa Zero no Facebook.

Em alguns momentos, as imagens realmente apenas ilustram o que é dito, sem ironia

⁹⁷ Postagem de 26 out. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/998767106851866>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

ou qualquer outro elemento. Como na postagem destacada abaixo, seguida ilustração:

Por um dia mundial sem carro que priorizemos de verdade o transporte coletivo e os alternativos. Imaginem a praça sete.

#tarifazero

#vádebike

#ARTECONTRATARIFA

#SEMCATRACA

(Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹⁸

Figura 3 – Dia Mundial sem Carro



Fonte: Página do Tarifa Zero no Facebook.

Já na postagem reproduzida abaixo, a imagem interfere na compreensão do texto, uma vez que traz novo elemento: a fala do então presidente da BHTrans, Ramon Victor César, sobre a relação entre os movimentos sociais e a Justiça, que não está presente na postagem original.

**O AUMENTO É ILEGAL!
E A GENTE PROVOU.**

O aumento está suspenso de acordo com a ação, mas a prefeitura ainda pode entrar com recurso, portanto a luta continua.

Não podemos descansar, a pressão só aumenta e essa é a hora de nos mobilizarmos.

Hoje, às 16:30 vai ter a segunda reunião ampliada contra o aumento da Tarifa, junto com o MPL-BH para pensarmos em ações pra BARRAR ESTE AUMENTO.

<https://www.facebook.com/events/1608086552813135/>

⁹⁸ Postagem de 22 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/984057588322818>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

Movimento Social falou
 Defensoria pública confirmou
 Juiz acatou.
 Esse aumento é ilegal!
 3,40 NEM TENTA!
 (Página do Tarifa Zero no Facebook)⁹⁹

Figura 4 – Meme sobre o reajuste



Fonte: Página do Tarifa Zero no Facebook.

Também na postagem ilustrada abaixo, a imagem auxilia o texto do post, pois, apesar de não fornecer novos argumentos, divulga uma informação nova, que é o e-mail para qual as pessoas devem mandar seus relatos caso tenham se sentido prejudicadas pela repressão policial.

Atenção a todos os detidos na manifestação do dia 12 de agosto:
 A assessoria jurídica está pronta para ajudar, compartilhem para ninguém ficar de fora. Ninguém fica pra trás!
 Pelo fim de todas as catracas! (Página do Tarifa Zero no Facebook)¹⁰⁰

⁹⁹ Postagem de 2 set. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/956875461041031>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

¹⁰⁰ Postagem de 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/582305668498014/posts/964254596969784>> Acesso em: 13 fev. 2017.

Figura 5 – Imagem explicativa da rede de advogados



Fonte: Página do Tarifa Zero no Facebook.

A análise dos recursos visuais é um campo de estudos relevante para a comunicação. Por isso, foi feita uma apresentação, ainda que breve, desses elementos. As ilustrações fazem parte do escopo de estratégias do movimento Tarifa Zero e, portanto, precisam ser mencionadas nos estudos que abordam o grupo. Aposta-se na potencialidade do tema para pesquisas futuras relacionadas às construções imagéticas presentes na página na rede social.

As imagens revelam como o coletivo tem capacidade de ser inventivo para chamar atenção às bandeiras que defende por meio do Facebook. Os argumentos são expostos com humor e ironia, elementos que também estão presentes nas construções analisadas ao longo do capítulo nas três arenas.

Exposta a análise, neste capítulo mostramos que a página do movimento na rede social teve um percentual de presença de argumentos de 34,94%; a mídia, de 17,11%; já as reuniões tiveram uma média de 16,4% argumentos. Constatamos, ainda, que a linha argumentativa que aborda a ilegalidade do reajuste das passagens foi a mais presente nas três arenas. Já quando focamos os elementos que compõem os argumentos, percebemos que houve predominância da construção lógica nos três ambientes, aspecto importante para a compreensão das ideias do grupo pelos interlocutores do movimento. Por fim, destacamos brevemente a relação entre os espaços para entender como um ambiente influencia o outro a partir do fluxo de construções argumentativas entre eles.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi o de mostrar a relação entre mobilização e argumentação em um contexto ativista voltado para a mobilidade urbana. Para isso, escolhemos o Tarifa Zero de Belo Horizonte (TZ) como objeto de análise, para investigar as formas por meio das quais um movimento social constrói seus argumentos e como faz destes uma ferramenta de mobilização. Há uma ampla literatura e estudos profundos sobre diferentes formas de ativismo. O que nos chamou a atenção foi a preocupação e o cuidado do TZ em desenvolver argumentos que possam ser amplamente compreendidos pelos cidadãos em suas arenas de atuação. Por isso, buscamos avaliar a página do grupo no Facebook, reuniões face a face e matérias veiculadas nos media sobre o grupo. O período selecionado foi agosto a outubro de 2015, época de grande efervescência das ações do coletivo. Todas as postagens na rede social do grupo e todas as matérias publicadas nas versões impressas e virtuais dos jornais O Tempo e Estado de Minas foram consideradas, além de três reuniões, uma em cada mês, sempre em data posterior a algum acontecimento marcante.

Acreditamos, portanto, que esta pesquisa contribui para a expansão da compreensão de três pontos relacionados aos estudos em Comunicação sobre movimentos sociais e a troca de razões, conforme destacamos:

(A) A construção de argumentos é um eixo importante para as estratégias de convencimento dos grupos ativistas

Os dados de nossa pesquisa revelam que as construções argumentativas têm presença relevante em todos os ambientes estudados, principalmente no Facebook. Notamos que a página do movimento teve um percentual de argumentos de 34,94%; enquanto a mídia registrou 17,11%; e as reuniões tiveram uma média de 16,4% de argumentos. Os membros do movimento apresentaram clara intenção em divulgar ações e ideias. Além disso, todas as postagens são feitas pelos próprios integrantes, sem intermediários. O Facebook é um espaço livre para eles se manifestarem. Mesmo com a quantidade de recursos possibilitados pela internet, os textos baseados em construções argumentativas tiveram destaque e chegaram a quase 35% de ocorrência nesse ambiente.

O percentual de quase 20% na mídia também chama atenção. Isso porque jornalistas com frequência são criticados por não darem destaque a movimentos sociais, e, ainda assim, o número é significativo. Nos jornais e portais de notícias, existe uma grande mediação. Nossa

análise revelou que, nas matérias jornalísticas, mesmo com todas as interferências no processo produtivo, é possível encontrar um volume considerável de razões vocalizadas pelos membros do movimento que circularão na esfera pública. Cabe lembrar que a mídia é parte importante para promover publicidade e fomentar discussões públicas. A análise da construção dos argumentos nos permite apontar a mídia como a aposta de divulgação de ideais e bandeiras do grupo para o maior número de pessoas possíveis, ainda que a ocorrência de argumentos seja menor do que no Facebook, por exemplo. Por isso, observamos a mídia como o espaço do embate com outros argumentos advindos de outros setores como o poder público, por exemplo, e da busca por dar à voz aos integrantes do grupo. Como destacado no tópico 7.2.1, o discurso direto dominou 22,53% das unidades de texto avaliadas. O discurso indireto predominou em 7,60%, e a avaliação subjetiva, em 4,77%. Como aponta a literatura, esse processo aumenta a confiabilidade dos leitores e internautas com aquilo que é defendido pelos seus integrantes já que as razões são oferecidas por meios de suas próprias vozes nos jornais e nos portais.

Quanto às reuniões, apesar de números diferentes de uma para outra – a primeira chegou a registrar 28,68% de ocorrência de argumentos, enquanto a terceira não alcançou 10% –, ficou evidente a relevância dos momentos face a face para as construções argumentativas.

Outro dado desta pesquisa que corrobora a ideia deste tópico é a quase inexistência de argumentos que não possuem garantia, na definição de Brian Adams (2014). O autor considera esse elemento fundamental para a compreensão das construções argumentativas. Aplicamos o modelo nas três arenas e observamos que os índices de ausência de garantia são pequenos; apenas ocorrem distribuídos da seguinte maneira: Facebook, com 2,25%; reunião 1, com 1,57%, e reunião 2, com 0,38%. Esses dados evidenciam que a quase totalidade dos argumentos apresentados foi baseada em construções lógicas. Houve, ainda, a abordagem do fluxo argumentativo entre os ambientes. Mostramos, por meio de exemplos, que o tópico debatido em uma arena alcança outro ambiente em forma de argumento elaborado. Por isso, acreditamos que este estudo mostra a importância da análise sistêmica nas pesquisas, como revelamos no tópico subsequente.

(B) A importância de comparar diferentes ambientes

Analisar apenas o Facebook ou a mídia, por exemplo, poderia nos dar a noção da relevância da construção dos argumentos para o TZ. Contudo, a análise de um único ambiente não revelaria a complexidade do fenômeno sob investigação. Apesar de não ser possível afirmar que determinada ação ou posicionamento na rede social ocorreu por causa do fluxo de

informações nas arenas, os exemplos destacados mostram claramente a relação entre os ambientes, principalmente quando avaliamos o Facebook e as discussões feitas nos encontros face a face. Não se trata apenas de elaborar o conteúdo; outros aspectos, como a forma em que as ações seriam divulgadas, incluindo a escolha de cores e de outros recursos visuais que chamassem a atenção das pessoas, incidiram sobre as decisões estratégicas.

A abordagem sistêmica é uma das discussões mais atuais dentro do debate sobre Democracia Deliberativa. Assim, acreditamos que buscar operacionalizá-la através de estudos empíricos é uma contribuição desta pesquisa. Entendemos que desenvolver metodologias consistentes de análise que levem em consideração a investigação comparada de ambientes é um dos caminhos para a elaboração de estudos cada vez mais promissores sobre os movimentos sociais e a relação com a Comunicação. Por isso, destacamos a metodologia desenvolvida para a avaliação do TZ, que se baseia em debates contemporâneos e pode ser replicada em outros estudos de natureza similar.

Enfatizamos aqui que as análises comparativas entre as arenas nos possibilitaram achados interessantes, os quais uma investigação baseada em apenas um espaço dificilmente revelaria. Acreditamos que a análise do processo de construção dos argumentos em um contexto interconectado de arenas fornece subsídios para entender como se comportam os espaços online e offline. Como compreender, por exemplo, que ao mesmo tempo que o Facebook é o espaço da apresentação do argumento e da convocação, não é o espaço para discussão. O lugar do debate é a reunião. Como citamos no tópico 7.2.2, a discussão de ações de divulgação do movimento, fortemente presente na análise como um todo, não chegou a 1% de registros na página da rede social. Já nas reuniões, o tópico passou de 37%. O debate sobre atrair mais participantes e sobre grupos com bandeira semelhantes, por sua vez, não surgiu no Facebook, por exemplo.

Outro ponto interessante de ser observado, como detalhado no tópico 7.2.3, é a ocorrência nas reuniões de argumentos de autojustificação do coletivo. Os dados mostram que os encontros face a face são de fato o espaço de apresentação e explicação das bandeiras e ações do grupo. A construção que versa sobre “a mobilização para a tarifa zero é necessária porque a melhoria da mobilidade urbana é uma questão urgente e necessária para todos os moradores da cidade na atualidade” apresenta regularidade nas três reuniões, com ocorrências que variam de 7% a 11% e uma média de 9,14%. Mas essas construções não estão restritas aos encontros. Na mídia, por exemplo, o percentual de argumentos de autojustificação chega a 6,27%. Ou seja, a autoafirmação do grupo é importante nos âmbitos restritos, mas também nos públicos. A análise

revela que as reuniões fortalecem a elaboração que justifica a existência do coletivo e essa construção é levada para os veículos de comunicação.

Essa reflexão nos leva ao terceiro e último tópico, que é o aparato teórico que possibilitou a consolidação prática da metodologia comparativa deste estudo: a união de autores que refletem acerca do ativismo e da deliberação.

(C) A compreensão do fenômeno do ativismo por meio da articulação entre autores da Democracia Deliberativa e dos Movimentos Sociais

Ao longo deste estudo, buscamos autores que refletem acerca dos movimentos sociais como agentes de reivindicação de direitos e de mudança da realidade. A compreensão de ativistas como parte importante da esfera pública, capazes de atuar em prol de cidadãos, poderia abrir um cenário interessante de análise sobre o provimento de razões públicas. Mas como compreender a argumentação nesse cenário? Se essas duas linhas de pesquisas, a princípio, parecem distantes, buscamos investigar como elas podem ser complementares para explorar as práticas argumentativas dos movimentos sociais. A união de autores proposta aqui busca revelar a importância dos argumentos nas práticas democráticas (DELLA PORTA, 2012), perspectiva que guiou o nosso olhar ao longo de toda a análise.

Defendemos a ideia de que unir duas perspectivas teóricas, acerca dos movimentos sociais e da construção do argumento, é essencial para entender a complexidade da atuação dos coletivos ativistas. Os grupos são peças fundamentais para o fortalecimento do debate democrático em fóruns formais e informais. Refletimos que a mobilização, em alguns casos, pode não surtir efeito prático no cotidiano das pessoas, mas as novas ideias que circulam e atingem o cidadão comum têm capacidade de iniciar um profundo processo de mudança na sociedade. Essa transformação revela que os sujeitos podem lutar por seus direitos de maneira racional e socialmente aceitável pelos demais.

Como discutido no tópico 4.1, Mendonça (2006) destaca que a “rede argumentativa” elaborada e na qual os grupos são inseridos é que faz com que o processo de discussão tenha resultados e mobilize outros sujeitos. Por isso nos debruçamos sobre a construção dos argumentos do movimento Tarifa Zero de Belo Horizonte como uma estratégia de mobilização e convencimento. É nesse ponto em que a junção das duas linhas de pesquisa, tanto teórica quanto metodológica, permite compreender como os movimentos sociais fortalecem a democracia no sentido de oferecer razões que rompam os limites de poder institucional. Como afirmamos anteriormente, ser a voz dissonante é relevante para a

construção do debate interno e externo ao grupo. Em muitos casos, a generalização da causa ocorre porque há uma apropriação e reapropriação desses argumentos, a partir da perspectiva de vários atores. O coletivo se coloca diante desse conjunto de informações para oferecer razões públicas e ainda garantir formas de mobilização que garantam sua sustentabilidade com o passar do tempo. Como revelado no tópico 3.2, se a ação coletiva acontece quando as pessoas rompem com suas rotinas diárias para tornar demandas e reclamações visíveis (TILLY, 2006), reiteramos que os argumentos têm papel fundamental nesse processo.

Nesse contexto, destacamos também que a compreensão do fenômeno ativista passa por uma reflexão acerca do jogo de forças - poder e resistência - que é instituído nos diferentes espaços. Essa pesquisa revela o peso dos argumentos para as estratégias de mobilização do TZ de Belo Horizonte e compreendemos que, se essa é uma importante estratégia de mobilização, é porque é considerada capaz de inserir o coletivo nesse jogo de forças.

Reiteramos a relevância da elaboração de métodos que apreendam o fluxo argumentativo entre arenas. cremos que o enfoque nos movimentos sociais pode render bons frutos nessa área de pesquisa. Investigações futuras podem fazer avançar inúmeras indagações que surgem neste campo, como buscar mapear sistematicamente os fluxos argumentativos entre as arenas ou examinar como os argumentos se articulam com símbolos imagéticos. Essa pesquisa, ainda que restrita, indica o potencial desta perspectiva de estudos.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Brian E. Reason-giving in deliberative forums. **Journal of Public Deliberation**, v. 10, n. 2, p. 1-27, out. 2014. Disponível em:

<<http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol10/iss2/art6>>. Acesso em: 20 may 2016. (Article 6).

AYOUB, Phillip M.; WALLACE, Sophia; ZEPEDA-MILLÁN, Chris. Triangulation in Social Movement Research. In: DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 67-96.

BELO HORIZONTE. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Anteprojeto da Lei de Política Nacional de Mobilidade Urbana**, 2005. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/922/922.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei Municipal n. 1.749**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/1749/2015>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, London, v. 15, n. 5, p. 739-768, jun. 2012.

CALUWAERTS, Didier; KAVADIAS, Dimokritos. Deliberative democracy in divided Belgium: an alternative for a democracy on the edge? In: GRÖNLUND, K.; BÄCHTIGER, A.; SETÄLÄ, M. (Ed.). **Deliberative Mini-Publics: Involving Citizens in the Democratic Process**. ECPR Press: Colchester, 2014. p. 135-155.

CONFEDERAÇÃO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – Confea. **Mobilidade Urbana e Inclusão Social**. 2011. Disponível em: <http://www.confed.org.br/media/confed_mobilidade_urbana_miolo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

COULDRY, N. The social foundations of future digital politics. In: COLEMAN, S.; FREELON, D. (Ed.). **Handbook of digital politics**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 35-50. (Chapter 1).

DAHLGREN, P. The internet as a civic space. In: COLEMAN, S.; FREELON, D. (Ed.). **Handbook of digital politics**. Cheltenham, UK; Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 17-34. (Chapter 1).

DELLA PORTA, D. Communication in movement: social movements as agents of participatory democracy. In: LOADER, B. D.; MERCEA, D. M. (Ed.). **Social media and democracy: innovations in participatory politics**. New York: Routledge, 2012. p. 39-54.

DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2006.

DIANI, Mario. The concept of social movement. **The Sociological Review**, London, v. 40, n. 1, 1992, p. 1-25.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça da era pós-socialista. In: SOUZA, J. (Org.). **Democracia hoje**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange**. New York; London: Verso, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Mobilidade Urbana e Cidadania: percepções do usuário de transporte público no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.fetranspordocs.com.br/downloads/06MobilidadeUrbanaeCidadania.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik. Deepening democracy: innovations in empowered participatory governance. **Politics and society**, Thousand Oaks, v. 29, n. 1, 2001, p.5-42.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, São Paulo, ano XI, n. 21, p. 9-20, jun. 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

HABERMAS, Jürgen. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research.

Communication Theory, Austin, v.16, p. 411-426, nov. 2006.

HENDRIKS, Carolyn. Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy. **Political Studies**, Thousand Oaks, v. 54, p. 486-508, 2006.

HONNETH, Axel. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito, solidariedade. In: _____. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2. ed. São Paulo: Editora 34. 2009. cap. 5 e 6. p. 155-225.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Transporte Integrado Social: uma proposta para o pacto da mobilidade urbana**. Brasília: IPEA, nov. 2013.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

KAVADA, Anastasia. **Internet cultures and protest movements: The cultural links between strategy, organizing and online communication.** London: Intellect, 2013. p. 75-94.

LINDEKILDE, Lasse. Discourse and frame analysis: in-depth analysis of qualitative data in social movement research. In: DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Methodological practices in social movement research.** Oxford: Oxford University Press, 2014. p.195-227.

MAIA, R. C. M. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, p. 87-118, 2009.

MAIA, R. C. M. et al. Sobre a importância de se examinar diferentes ambientes online em estudos de Deliberação a partir de uma abordagem sistêmica. **Opinião Pública**, Unicamp, Campinas, v. 21, n. 2, p. 490-513, ago. 2015.

MAIA, R. C. M. Representação Política de Atores Cívicos: Entre a imediaticidade da experiência e discursos de justificação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, p. 78, 2012.

MAIA, R. C. M.; CAL, D.; BARGAS, J. K. R. Argumentação e uso de histórias em processos deliberativos: análise do debate sobre redução da maioria penal em ambientes formais e informais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** 2016. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/eventos/10o-encontro-abcp/anais?page=15>. Acesso em: 10 de set. 2016.

MAIA, R. C. M.; ROSSINI, P. G. C.; OLIVEIRA, V. V.; OLIVEIRA, A. G. Confronto político e mídia digital: investigando o “nós” da ação coletiva. In: JESUS, Eduardo; TRINDADE, Eneus; JANOTTI JR., Jeder; ROXO, Marco (Org.). **Reinvenção Comunicacional da Política**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, v. 1. p. 47-63.

MAIA, Rousiley. **Deliberation, the media and political talk.** New York: Hampton Press, 2012. p. 211-224.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Ângela (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MANSBRIDGE, Jane. et al. A systemic approach to deliberative democracy. In: PARKINSON, J.; MANSBRIDGE, J. (Ed.). **Deliberative systems.** Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012. p. 1-26.

MARQUES, A. C. S.; MAIA, R. C. M. A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. **Política & Sociedade** [online], v. 7, n. 12, p. 143-177, abr. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n12p143/6999>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MATTONI, Alice. Repertoires of communication in social movement processes. In: CAMMARTS, B.; MATTONI, A.; McCURDY, P. **Mediation and protest movements.** Chicago, IL: Intellect Ltd, 2013. p. 39-56.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, Douglas; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **The Dynamics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MENDONÇA, Ricardo F. Movimentos sociais e interação comunicativa: a formação da comunicação sem sujeito. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 4, n. 1, 2006, p.73-98.

MOSCA, Lorenzo. Methodological Practices in social movement online research. In: DELLA PORTA, Donatella (Ed.). **Methodological practices in social movement research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 397-417.

PAPACHARISSI, Zizi. Conclusion: a networked self. In: PAPACHARISSI, Zizi. **A networked self: identity, community and culture on social network sites**. New York: Routledge, 2011. p. 304-318.

PARKINSON, John. **Democracy and public space: the physical sites of democratic performance**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 71-92. (Chapter Place and politics).

PRUDENCIO, Kelly. Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 4, p. 88-110, ago./dez. 2014.

SALDAÑA, Johnny. **The coding manual for qualitative researchers**. London: Sage, 2012.

STEINER, J. Rationality and Stories in deliberative justification. Chapter 2. In: STEINER, J. **The Foundations of Deliberative Democracy: Empirical Research and Normative Implications**. New York: Cambridge University Press, 2012. p. 57-87.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, 2010, p. 133-160.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: University Of Chicago Press, 2010.

VELOSO, André H. B. **O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

VIMIEIRO, A. C. A contribuição dos acontecimentos programados para a democracia deliberativa. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (Compolítica), 2., dez. 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Compolítica, 2007.

YOUNG, Iris M. Activist Challenges to Deliberative Democracy. **Political Theory**, v. 29, n. 5, p. 670-690, 2001.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Tradução de Alexandre Morales. **Inclusion and democracy**. São Paulo: Lua Nova, 2006. p. 139-267.